



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA
SOCIAL**

Vera Lúcia Rodegheri

**A PSICOTERAPIA EM 23 PERIÓDICOS NACIONAIS: UMA
CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL**

São Paulo,
2011

Vera Lúcia Rodegheri

**A PSICOTERAPIA EM 23 PERIÓDICOS NACIONAIS: UMA
CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São
Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de MESTRE em
Psicologia Social, sob orientação
da Profa. Dra. Emérita Maria do
Carmo Guedes

São Paulo,
2011

R687p Rodegheri, Vera Lúcia
A Psicoterapia em 23 Periódicos Nacionais: Uma Contribuição
à História da Psicologia no Brasil. [dissertação] / Vera Lúcia
Rodegheri; orientadora, Maria do Carmo Guedes. – São Paulo,
SP, 2011.
2 v.: Il.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia
Social.

Inclui referências.

Conteúdo: v. 1. Dissertação; v. 2. Apêndices.

1. Psicoterapia. 2. Psicologia – História. 3. Profa. Dra.
Emérita Maria do Carmo Guedes I. Título.

CDU: 159.9:930

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Acadêmico Professor Antonio Meneghetti, fundador da ciência ontopsicológica, a qual escolhi, seja como racionalidade científica, seja como lógica existencial, desde 1980. Escolhi por ter encontrado uma mente precisa de incansável labor científico. Pesquisador metódico, aportou contribuições ao mundo da ciência, que, à frente de seu tempo, provoca e espera pacientemente a aproximação ao diálogo. Agradeço-lhe, pois a possibilidade do diálogo desafiou-me à responsabilidade e incentivou-me a retomar minha especialização acadêmica no Brasil.

Agradeço, em segundo lugar, mas não em menor importância, e principalmente, a minha orientadora, Dra. Maria do Carmo Guedes. Agradeço por ter me acolhido em seu Núcleo de Pesquisa, por ter aberto as portas para que eu pudesse realizar o meu projeto de estudos nessa instituição, a PUC de São Paulo. Por ter me ensinado a aprender, a pesquisar e ensinar. Sua inteligência, sensibilidade, experiência, impressionante capacidade de trabalho e profissionalismo, aparecem bem em sua “batuta” de orientadora, com dureza e elegância. Quando tive ocasião de apresentar o modo de trabalho da Dra. Maria do Carmo, para o Dr. Paolo Garcia – "Cultore della materia" em História Econômica, título conferido pela Universidade La Sapienza de Roma, e secretário geral da Associação Internacional de Ontopsicologia – ele exclamou: “Então, é verdade”! Esses professores existem! Eles te tomam pela mão e te ensinam passo a passo! És afortunada!” Ele tinha razão Dra. Maria do Carmo, o título “Emérita”, não é um acaso.

Aproveito para agradecer ao Dr. Paolo Garcia, incansável pedagogo, pelas sugestões na realização dessa dissertação. A primeira vez que o vi foi em Buenos Aires, em 2004, quando fazia uma intervenção em um seminário sobre ontopsicologia – logo após ao IV Congresso Mundial de Psicoterapia – e discorria sobre “as civilizações e as línguas latinas”, mas o que ele informou foi “como ensinar”, emocionou.

Agradeço às pesquisadoras e colegas do NEHPSI, encontrei um ambiente onde “se faz pesquisa de verdade”. Agradeço pelas sugestões, por terem compartilhado com entusiasmo suas pesquisas, por me ensinarem a pesquisar, pelo profissionalismo, pelos

momentos sérios e alegres. Obrigada Dras. Marisa Todescan Baptista, Carmen Silvia Taverna, Fernanda Waeny, Monica Azevedo. Aos colegas Célia Marcondes Ferraz, Alessandro Ezabella, Bruno Carvalho, Marcos Sá, Maria Flor Conceição, Andrea Wuo e Alekssey. Se a Dra. Maria do Carmo é a eterna orientadora, vocês serão sempre “meus colegas de mestrado”, obrigada.

Agradeço a Dra. Mitsuko Aparecida Makino Antunes, a Mimi, pela sua competência, dedicação, amor pelo seu trabalho, pelas sugestões no exame de qualificação e por trabalhar desse modo, inteligente, junto a Dra. Maria do Carmo. Aprendi, vendo essa parceria, como pode ser divertido um trabalho intelectual tão sério.

Agradeço ao Professor Salvador Sandoval pelas sugestões, que me auxiliaram a encontrar “um norte” e prosseguir no desenvolvimento do trabalho a partir do exame de qualificação.

Agradeço aos professores do Programa, com quem estudei e pude vivenciar suas perspectivas teóricas: Dra. Bader Sawaia e Dr. Odair Furtado. E a Dra. Fúlvia Rosemberg, suas aulas podem ser chamadas de consultoria aos projetos de pesquisa.

Agradeço a Marlene, super secretária do Programa, ela é “o pilar” do programa. Obrigada pela acolhida, pela paciência e disponibilidade.

Ao incansável irmão Henrique Justo, pela disponibilidade e carinho com que me recebeu para a entrevista e pela bela história que relatou. Muito do que me contou, encontrei escrito nos artigos pesquisados, mas não substituem a experiência viva do pioneiro. Faremos bom uso dessas informações, para contar mais uma história.

Agradeço ao Dr. Eduardo José Afonso, pela contribuição, sugestões e leitura. O senhor tem um dom maravilhoso, é impossível não prestar atenção, do início ao fim, em suas aulas sobre história.

Agradeço a Dra. Estela Giordani pela valiosa contribuição ao projeto, sem a sua participação muitas coisas não teriam acontecido, principalmente quanto ao exame de qualificação.

À Maria Teresa Andreolla, colega e amiga, pelo trabalho árduo na revisão crítica dos capítulos e pela parceria na construção do segundo capítulo. Foi sugestão da Dra. Maria do Carmo, sorte a minha ter escolhido você para discutir o todo.

Aos colegas da Antonio Meneghetti Faculdade pelo apoio e colaboração. A experiências na orientação e nas bancas de avaliação dos trabalhos do MBA são uma escola viva.

À Claudiane Weber, pelo trabalho quase contínuo na busca dos artigos e contribuições várias quanto a metodologia, formatação e soluções, até a ficha catalográfica.

Às pesquisadoras Ana Cláudia Menini e Yáskara Palma, pela contribuição inestimável no início do trabalho de pesquisa. Nossas reuniões semanais para revisão dos artigos e montagem dos quadros vão ficar na minha história. Amanda Machado, não esqueci, a transcrição da entrevista com o Irmão Justo foi trabalhosa e divertida. Esse material é precioso, vai ser útil em outro momento.

À Ialê Schetty pelo entusiasmo e pelo Abstract.

Aos meus clientes, com quem aprendo todos os dias, e não é retórica, eles me provocam e eu estudo para resolver. “Guerra é guerra”!

A Rafaela Soares, estagiária “para assuntos aleatórios de iniciação científica”, pela prontidão e disponibilidade.

A todos os que ficaram “torcendo por mim”, familiares e amigos. E àqueles que perguntavam sempre: “ainda não defendeu?”

A todos que colaboraram para que este projeto se tornasse uma dissertação de mestrado, agradeço, pois colaboraram com o meu crescimento.

E finalmente, ao Recanto Maestro, pela inspiração e vontade de realizar.

“a história de cada um de nós
pode resumir também os passados culturais
que teve a história científica do pensamento
em relação à alma ou Eu”.

Antonio Meneghetti

RESUMO

A carência de estudos históricos sobre a psicoterapia, levou-nos a pesquisar o que tem sido a escrita dessa história no Brasil, ao longo do tempo. Tendo como fontes primárias artigos publicados em 23 periódicos brasileiros, que trazem o tema psicoterapia, terapia e terapêutico(a), no período compreendido entre 1955 e 2010, encontramos 532 artigos trazendo os descritores, 197 deles com dados históricos para a psicoterapia. Realizamos dois levantamentos: o primeiro considerou o período entre 1994 a 1999 – seguindo o artigo de Teixeira e Nunes (2001), “Psicoterapia: Uma História Sem Registro” – e o segundo expandiu o período da pesquisa, de 1955 a 1993 e 2000 a 2010, nos mesmos 23 periódicos. Nos 197 artigos escrevem 266 autores. No período 1994 – 1999, 33% dos autores são psiquiatras, 18% de outros autores seguem a abordagem psicanalítica e os 51% restantes distribuem-se em outras perspectivas. Ao longo de 48 anos, segundo levantamento, a preponderância do número de autores é da psicanálise e da psiquiatria, aparecem também, com presença significativa, a fenomenologia e a abordagem centrada na pessoa, tendo-se percebido crescimento significativo das linhas cognitivo comportamental. Constatou-se que a leitura de artigos completos permite encontrar informações sobre uma história da psicoterapia. São nomes de pessoas ou de eventos associados à psicoterapia ou a práticas interpretadas como próprias ou próximas ao que se tem chamado de psicoterapia. No final, considerando a dificuldade de se encontrar definições de psicoterapia nos artigos estudados, buscamos definições em dicionários, entre elas, a definição da American Psychological Association (APA), do Conselho Mundial de Psicoterapia, do Conselho Federal de Psicologia e uma que difere de todas, a do dicionário de Ontopsicologia. A partir de uma rápida análise das definições, constata-se que não existe um consenso sobre o que é Psicoterapia e discute-se se é possível uma história da psicoterapia.

Palavras Chave: História da Psicoterapia. História da Psicologia.

ABSTRACT

The lack of historical studies on psychotherapy led us to research what the writing of this history has been like in Brazil, over time. Having as a primary source articles published in 23 Brazilian journals which bring the theme psychotherapy, therapy and therapeutics, during the period between 1955 and 2010, we've found 532 articles bringing the descriptors, 197 of them with historical data for psychotherapy. We've conducted two surveys: the first one considered the period between 1994 and 1999 - following Teixeira e Nunes' article (2001), "Psychotherapy: A History Without Registration" - and the second expanded the research period from 1955 to 1993 and from 2000 to 2010 in the same 23 journals. In those 197 articles, 266 authors write. In the period from 1994 to 1999, 33% of the authors are psychiatrists, 18% of other authors follow the psychoanalytic approach and the remaining 51% are distributed in other perspectives. Over 48 years, according to the research, authors from the area of psychoanalysis and psychiatry prevail; the phenomenology and person-centered approach also appear significantly, and the significant growth of cognitive behavioral approaches has been noticed. It was noticed that reading complete articles can help you find information about a history of psychotherapy. People's names or events are associated with psychotherapy or practices interpreted as belonging to or close to what has been called psychotherapy. In the end, considering the difficulty of finding definitions for psychotherapy in the articles studied, we searched definitions in dictionaries, among which the American Psychological Association's (APA) definition, the World Council for Psychotherapy's definition, the Federal Council of Psychology's definition and one that differs from all, the one found in the Ontopsychology dictionary. From a quick analysis of the definitions, we conclude that there is no consensus about what Psychotherapy is and debate over whether it is possible a history of psychotherapy.

Keywords: History of Psychotherapy. History of Psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	14
SOBRE O CAPÍTULO I	23
SOBRE O CAPÍTULO II	27
SOBRE O CAPÍTULO III	30
EM RESUMO	33
I. PSICOTERAPIA: UMA HISTÓRIA COM ALGUM REGISTRO	34
REFERENCIAS DO CAPITULO I	53
II. PARA UMA HISTÓRIA DA PSICOTERAPIA NO BRASIL	58
2.1 MÉTODOS EM PSICOLOGIA E FUNDAMENTOS PARA UMA PSICOTERAPIA	61
2.2 APLICAÇÃO DOS FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER	63
2.3 EM DIREÇÃO À FORMAÇÃO DO PSICOTERAPEUTA	69
2.4 TENTATIVA DE RETORNO AOS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA A PSICOTERAPIA	73
2.5 QUEM SÃO OS “LEGÍTIMOS À PRÁTICA PSICOTERÁPICA”?	75
2.6 NOVAS PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO A “VISÃO DE HOMEM E DE MUNDO” E “OUTROS HORIZONTES PARA A PSICOTERAPIA”	77
2.7 PSICOTERAPIA: REPENSANDO A PRÓPRIA PRÁTICA	82
2.8 PARA UMA HISTÓRIA DO INDIVIDUAL AO SOCIAL – BUSCANDO RESPOSTAS	89
2.9 ESPECIALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	98
2.10 PSICOTERAPIAS: A MULTIPLICIDADE EM BUSCA DE UMA UNIDADE	105
REFERENCIAS DO CAPITULO II	110
III. É POSSÍVEL UMA HISTÓRIA DA PSICOTERAPIA?	123
REFERENCIAS DO CAPITULO III	130
REFERÊNCIAS NO TEXTO	133
APÊNDICES	136

SUMÁRIO APÊNDICES

APÊNDICE 1: QUADRO A – Informações Editoriais sobre os 23 periódicos pesquisados.....	1
APÊNDICE 2: QUADRO 1 – Elementos Históricos em 98 artigos sobre Psicoterapia entre 1994 e 1999	09
APÊNDICE 3: QUADRO 2 – Elementos Históricos comparados em 98 artigos sobre Psicoterapia entre 1994 e 1999.....	63
APÊNDICE 4: QUADRO 3 – 76 Autores de Artigos com Descritores e Dados	83
APÊNDICE 5: QUADRO 4 – Elementos Históricos em 145 artigos sobre Psicoterapia entre 1955 e 2010	102
APÊNDICE 6: QUADRO 5 – 190 Autores de Artigos com Descritores e Dados Históricos	190
APÊNDICE 7: QUADRO 6 – Gerais para a Psicoterapia X Específicos por Abordagem	231
APÊNDICE 8: QUADRO 7 – Artigos com dados históricos X apenas “Reflexões”	238
APÊNDICE 9: TABELA 3 – Definições de Psicoterapia em Dicionários	247

INTRODUÇÃO

Estudos têm sido empreendidos para compreender o percurso histórico da psicologia. Entendemos fundamentais esses estudos na medida em que se tornam balizadores do pensamento científico contemporâneo, da ciência que se produz. A tomada de consciência sobre os rumos de uma área muito contribui para avaliar e redimensionar novos investimentos nas pesquisas futuras.

No Brasil, o estudo dos rumos da psicologia contribui para a memória, bem como para compreensão dos percursos da racionalidade e de como tem se constituído. Além de investigar a história e as memórias que foram registradas, elucidada o modo de fazer ciência e das concretas condições de entendimento e ação que a psicologia desenvolveu.

Desta forma, trata-se de encontrar a epistemologia, os fundamentos que nos foram legados para entender sob que circunstâncias e o porquê do estágio atual da psicologia e, de parte dela, em especial, da psicoterapia, prática psicológica por excelência.

A psicoterapia é um termo empregado com um sentido *lato* que abarca várias terapias e nasce em várias áreas. As dificuldades nos estudos da área se colocam em diferentes questões tais como: que definição tem, que métodos existem, qual seu objeto de estudo, que resultados, como efetivamente pesquisa, existe uma unidade de sentido e um critério epistêmico que dê essa unidade?

A pesquisa empreendida por nós também pode, do ponto de vista de sua repercussão empírica, portar questões reflexivas que implicam na formação dos novos profissionais do campo da psicoterapia.

Depois de muitos anos dedicados à prática da psicoterapia e à contínua formação profissional, nos deparamos com algumas questões que nos remetem à necessidade de mais estudos. Buscando alternativas para empreender tais estudos entendemos que o conhecimento da história da psicoterapia pode nos auxiliar a encontrar respostas. Para iniciar nossa investigação, formalizamos a questão: o que tem sido a escrita sobre a história da psicoterapia no Brasil ao longo do tempo?

Entender como se formaram as bases da racionalidade de uma prática profissional significa estudar como se constituiu sua trajetória e, desta forma, descobrir-se como história profissional coletiva. Por meio desta investigação buscamos entrar na raiz do que foi narrado a respeito da atividade da psicoterapia, para desvelar os percursos histórico que constituíram a psicoterapia no Brasil.

Encontramos em Massimi (1990) que, já nos séculos XVII e XVIII, derivada da tradição teológica e catequética, se esboça uma forma de conhecimento psicológico a partir do “conceito de emoção como fenômeno psicossomático” concebendo como unidade “a dimensão física, psíquica e moral do ser humano” (p. 22). Neste mesmo período também se dá a influencia das doutrinas iluministas no Brasil por meio de autores com formação cultural européia, estes entendem que “o estado físico do organismo é que determina os fenômenos do espírito” (p. 25). Podemos sugerir que aqui já se encontravam premissas para uma psicoterapia brasileira, derivada de raízes européias.

Na tentativa de construção de nosso objeto de investigação nos reportamos a pesquisa desenvolvida por Teixeira e Nunes em 2001, publicada em *Revista Brasileira de Psicoterapia*, com título provocativo: “Psicoterapia: Uma História sem Registro?”. Tendo como fonte periódicos brasileiros indexados na Biblioteca Virtual de 1994 a 1999, as autoras analisam 22 periódicos, encontrando 77 artigos sobre o tema ‘Psicoterapia’ e destacando que somente dois destes faziam referência à história da psicoterapia. Um deles data de 1996 e “traz o nascimento, a evolução das psicoterapias breves e os problemas que a corrente breve coloca em comparação com a psicanálise clássica”. O segundo artigo é do ano de 1998 e “traça um panorama evolutivo da relação psicanálise-psicoterapia analítica e de seus encontros, desde a expansão conjunta das duas terapias a partir da década de 1950” (p. 62).

Teixeira e Nunes (2001) referem que o estudo sistemático da história da própria Psicologia e suas práticas é um empreendimento ainda recente. As autoras mencionam textos pioneiros na área como os de Murphy, 1932, Boring, 1950 e Watson, 1960, todos referidos em Brozek et al. (1998), e levantam o questionamento sobre o que teria provocado o interesse pela história, na atualidade, e porque é tão importante os profissionais “serem versados” na história de sua ciência e de sua profissão.

[...] De maneira geral, os autores destacam que a história é necessária para a Psicologia, pois permite compreender o seu passado, a liberta de modismos, possibilita a compreensão do todo, explica as diversidades e tendências conflitantes presentes nas teorias e nos métodos da Psicologia e principalmente porque permite a consolidação da identidade e da cientificidade da Psicologia. (TEIXEIRA E NUNES, 2001, p. 55-64).

Não seriam estes mesmos critérios aplicáveis à necessidade de estudo da história da psicoterapia?

As autoras afirmam também que, mesmo com todos os avanços, perdura a “dificuldade em definir o estatuto epistêmico da história da psicologia”, pois a psicologia desdobra-se e penetra em outros campos do saber, como a filosofia e a medicina. Elaboram uma hipótese a respeito dessa problemática e também esboçam algumas conclusões que achamos pertinentes.

Pode-se supor que a história da Psicoterapia percorre os mesmos caminhos que a história da Psicologia. Contudo o psicoterapia é ainda uma área carente de investigação histórica. (...) as pesquisas relacionadas a qualquer tema de psicoterapia são ainda uma novidade no cenário científico brasileiro. Já no cenário mundial os estudos sobre os resultados da psicoterapia de orientação analítica datam de 1920, com Otto Fenichel na Universidade de Berlin. (p. 58). (...) pode-se supor que a existência de um tronco comum entre a psicanálise, a psicologia clínica e a psicoterapia, qual seja a medicina, tem favorecido as confusões e as distorções na definição destas, reforçadas pelo desconhecimento de suas histórias. Será que a história da psicoterapia sofre o mesmo descaso inicial da história da psicologia? Será que os psicoterapeutas não querem saber de sua árvore genealógica, ou ainda perdura entre eles a aparência não muito científica ou apenas erudita dos estudos históricos? (p. 59).

O estudo de Teixeira e Nunes (2001) evidencia, também, que existem poucos periódicos dedicados exclusivamente ao tema psicoterapia. De 22 revistas analisadas somente em duas a temática psicoterapia é exclusiva, a saber: *Insight Psicoterapia* e a *Revista da Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo*.

Embora a psicoterapia seja uma temática presente na produção de artigos científicos, a maioria versa sobre práticas psicoterápicas e diferentes modalidades psicoterapêuticas. Até o momento da pesquisa das autoras revelava-se nas publicações uma hegemonia do sistema psicanalítico, e elas argumentam que “[...] a confusão e a falta de limites claros acerca do que é psicoterapia parece ser um tema de interesse dos profissionais, mas ainda centralizado nas questões da técnica, da prática, do fazer psicoterápico, sem apontar o porquê deste anacronismo” (p. 61). Esse problema poderia

nos remeter à crise da psicologia, evidenciada por Edmund Husserl em 1936, destacada por Carotenutto (2007), quando postulou que a psicologia não construiu um método adequado para investigar a subjetividade do homem enquanto pessoa?

Um dado que chama a atenção de Teixeira e Nunes (2001) é o grande número de artigos sobre a psicoterapia publicados no ano 1995 – 28 artigos. Para as autoras, este dado as levou a se perguntar que eventos e fatos sociais, culturais, científicos, econômicos, políticos teriam levado à produção de tantos artigos sobre a psicoterapia. De todo modo, as autoras encontraram apenas dois artigos, entre os 77 pesquisados, que trazem questões relativas a história da psicoterapia e “mesmo assim de forma superficial e secundária” (TEIXEIRA e NUNES, 2001, p. 64).

Dos dois artigos encontrados que tratam da história da psicoterapia, um é de Gillieron, publicado em 1996 na revista *Interações: Estudo e Pesquisa em Psicologia*; o autor aborda o nascimento e a evolução das psicoterapias breves e os problemas que a corrente breve coloca em comparação com a psicanálise clássica. O título do artigo é “Evolução das Psicoterapias Breves”.

Este artigo evoca o nascimento, a evolução das psicoterapias breves e os problemas que a corrente breve coloca em comparação à cura psicanalítica clássica. Fazemos em seguida algumas considerações sobre a variedade das técnicas utilizadas e sua ligação com a relação terapêutica. Explicamos, em algumas palavras, porque fomos levados a mudar a técnica ativa, comumente utilizada em psicoterapia breve, pela noção da atividade de pensamento. Dois aspectos de nossa atividade terapêutica são evocados: a investigação psicodinâmica breve e a psicoterapia breve de inspiração psicanalítica propriamente dita (GILLIERON, 1996, p. 9)

O outro artigo, de Miodownik, publicado sob o título “Psicanálise e Psicoterapia: o Vértice do Psicanalista” é de 1998 da *Revista Brasileira de Psicanálise* e traça um panorama evolutivo da relação psicanálise-psicoterapia analítica e de seus encontros, desde a expansão conjunta das duas terapias a partir da década de 1950.

O autor traça um panorama evolutivo da relação psicanálise psicoterapia analítica e os seus encontros (vértices), desde a expansão conjunta das duas terapias a partir da década de 50. Mostra que existem dois períodos de características distintas. O primeiro, apresentando conceitos mais definidos a respeito das semelhanças e diferenças entre as terapias. O segundo, a partir do final da década de 70, quando surgem mais entrecruzamentos e áreas nebulosas, em consequência de mudanças na teoria e na técnica, principalmente a valorização dos aspectos interacionais da dupla terapeuta-paciente. Aborda essas questões, apresentando ilustrações clínicas e

examinando alguns critérios habitualmente utilizados nas discussões sobre o tema: indicações, frequência das sessões, neutralidade e atividade do terapeuta, relação transferencial, objetivos e resultados do tratamento (MIODOWNNIK, 1998, p. 865-884).

Conforme análise das autoras, parece que para abordar a história é necessário ter como pano de fundo os aspectos da técnica e dificuldades que estas correntes enfrentam para assegurarem seus lugares no campo das psicoterapias. Confirmam a idéia de que “a história em si não é objeto de interesse e de pesquisa por parte dos psicoterapeutas” (p.64). Como conclusão geral enfatizam:

a psicoterapia não surgiu no vácuo e a sua técnica vem sendo influenciada, no decorrer do século, por aspectos históricos. (...) Pensar em profissionais que exercem a psicoterapia sem conhecer a sua história suscita questões cruciais para o futuro da psicoterapia e põe em dúvida a ética, a formação universitária, a formação psicoterápica dos inúmeros cursos de psicoterapia e a própria técnica tão explorada nas produções científicas dos profissionais e valorizadas pelas revistas da área (TEIXEIRA e NUNES, 2001).

Dois problemas se colocam então: a carência de estudos históricos sobre a psicoterapia e o fato de a psicoterapia se colocar como interesse prático, centrada ainda apenas em questões técnicas.

Desta forma, interessa-nos estudar o que tem sido, ao longo do tempo, a escrita da história da psicoterapia no Brasil, a partir da análise de artigos publicados em periódicos nacionais.

DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa a que nos propomos quer explicitar o que tem sido a escrita da história da psicoterapia no Brasil, ao longo do tempo em periódicos nacionais. Compreendemos que também este fenômeno é produzido tendo em vista as relações sociais que se constituíram em cada tempo e em cada espaço, por grupos que elaboraram seu modo de se relacionar com ele. Por sua vez, também os homens dão forma a construções sociais específicas, pelo modo como vivem, significam, respondem a tais condições históricas e sociais. Para tratar da complexidade desta problemática esta pesquisa se propõe partir do método histórico. Prost (2008) argumenta que a construção

do objeto histórico deriva da questão do historiador e é o seu fundamento ao mesmo tempo que o constitui.

Para realizar a investigação histórica escolhemos a pesquisa documental, caracterizada pela busca de dados em documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados científicos. No trabalho com os documentos selecionamos, tratamos, narramos e interpretamos as informações encontradas em artigos publicados em periódicos brasileiros.

Obtido o artigo de Teixeira e Nunes na íntegra, seguimos o percurso das autoras e verificamos que encontraram 77 artigos em 22 periódicos pesquisados, todos indexados na base de dados 'indexpsi'. Dentre estes, lidos por elas apenas os títulos e os resumos, somente dois referiam questões históricas sobre a psicoterapia. Em sua pesquisa, as autoras apresentam um quadro com o número de artigos publicados ano a ano de 1994 a 1999, tema geral dos artigos e o nome do periódico, sem especificar o título do artigo, o nome do autor e as referências completas dos periódicos. E, encontrando na conclusão das autoras que eram poucos os dados sobre a história da psicoterapia, desenhamos nosso percurso de investigação.

Para estudar nosso objeto que é conhecer o que tem sido a escrita da história da psicoterapia ao longo do tempo no Brasil, em periódicos nacionais, definimos como objetivo geral procurar a história da psicoterapia, mesmo que os descritores não estivessem presentes no título ou no resumo do artigo. Procedemos assim, pois acreditamos que em artigos sobre psicoterapia existem informações que permitem dizer que há sempre algum registro sobre a história da área. Para realizar este objetivo definimos as seguintes etapas:

1) Ampliamos a pesquisa desenvolvida por Teixeira e Nunes (2001). Isso nos levou a um primeiro levantamento: buscar os 22 periódicos selecionados pelas autoras e os respectivos artigos; em seguida, um segundo levantamento: fazer uma busca anterior e posterior ao período pesquisado pelas autoras nos mesmos periódicos, além de incluir o periódico no qual publicaram seu artigo e que não se encontrava entre os 22 pesquisados. Somamos assim 23 periódicos nos quais pesquisar nossos descritores de busca, ou seja, as palavras "psicoterapia", "terapia" e "psicoterapêutico(a)". Assim, a

ampliação proposta incluiu, além de leitura completa dos artigos, extensão do período a examinar: decidimos considerar 55 anos de publicações de artigos, sobre psicoterapia.

2) Realizamos a leitura completa dos artigos encontrados a partir dos descritores, levantando informações para uma história da psicoterapia.

De posse dos 23 títulos dos periódicos que deveriam ser localizados, a primeira tarefa consistiu em verificar quais deles estavam disponíveis on-line em texto completo. Para tal, recorreu-se ao Portal de Periódicos Capes, bem como a outras bases, catálogos ou sites específicos da área de Saúde, que compreendiam a área da Psicologia. Os resultados mais expressivos foram encontrados nas Bases em Texto Completo: PePSIC- Periódicos Eletrônicos em Psicologia; SciELO - Scientific Electronic Library Online. Nestas bases foram encontradas 8 revistas, porém, nem todas com os artigos em texto integral: Revista Brasileira de Psiquiatria; Jornal Brasileiro de Psiquiatria; Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia; Estudos de Psicologia; Psicologia: Ciência e Profissão; Boletim de Psicologia; Psicologia: Teoria e Pesquisa; Psicologia em Estudo.

Recorremos ainda a buscadores como Google, para identificar possíveis sites dos periódicos restantes. Novamente cada periódico era levantado, para identificar um possível endereço eletrônico. Sem resultados muito expressivos, teve-se que buscar as bibliotecas brasileiras que tivessem em seu acervo tais periódicos e, para tanto, usou-se o CCN (Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas)¹. Após o levantamento das principais bibliotecas que continham os periódicos, foi feita uma pré-seleção das bibliotecas localizadas mais próximas geograficamente para pesquisas *in loco*.

Como nem todas as universidades brasileiras fazem parte do CCN, em paralelo também mapeamos as principais universidades brasileiras que possuem o curso de psicologia. E com o auxílio disponibilizado pelas bibliotecas tivemos acesso às redes virtuais dos bibliotecários, para poder levantar dentro da instituição onde e com quem conseguir informações sobre os periódicos, bem como obter o material na íntegra.

¹ O Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), coordenado pelo IBICT, é uma rede cooperativa de unidades de informação localizadas no Brasil com o objetivo de reunir, em um único Catálogo Nacional de acesso público, as informações sobre publicações periódicas técnico científicas reunidas em centenas de catálogos distribuídos nas diversas bibliotecas do país. Disponível em: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=ccn>

Iniciamos, então, nossa busca na biblioteca da PUCSP, além da Biblioteca Central da PUCRS, da UFRGS e USP. Também foram pesquisadas as bibliotecas da UNIVALI, UFSC, UFSM, UNIFRA, Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre e Centro de Estudos Luis Guedes (FAMED/UFRGS). Os periódicos não encontrados nessas bibliotecas foram procurados em acervos particulares.

No total foram encontrados 532 artigos, distribuídos conforme segue:

TABELA 1 – Distribuição dos artigos sobre psicoterapia encontrados para 23 periódicos entre 1955 e 2010

	PERÍODO	PERIÓDICOS	ARTIGOS	COM INFO. P/A HISTÓRIA	AUTORES
Levantamento 1	1994-1999	23	98	52	76
Levantamento 2	1955-1993 + 2000-2010	Mesmos 23	434	145	190
TOTAL	1955-2010	23	532	197	266

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010

A tabela abaixo mostra o resultado desta procura. E, em apêndice, outras informações editoriais sobre os periódicos considerados nessa pesquisa². Os levantamentos 1 e 2 são fonte, respectivamente, para os capítulos 1 e 2 nesta pesquisa.

² Em apêndice, identificado como QUADRO A.

TABELA 2 – Para cada periódico, entidade responsável, linha editorial e número de artigos que atendem aos descritores selecionados, conforme obtidos nos dois levantamentos.

	TÍTULO DO PERIÓDICO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	LINHA EDITORIAL DO PERIÓDICO	LEVANTAMENTO 1		LEVANTAMENTO 2	
				ANO	No. ARTIGOS	ANO	No. ARTIGOS
1	Boletim de Psicologia 1º. 1949	SPSP Atual APSP	Publicação de trabalhos de interesse da Psicologia e áreas afins.	1996	3	1958 1959 1960 1961 1962 1964 1964-65 1966-67 1970 1978-80 1981 1985 2005 2006 2007 2008 2009 2010	1 1 1 1 2 1 3 2 5 1 5 1 5 4 9 6 2 3
2	Cadernos da ANPEP 1º. 1992	ANPEPP	Divulgar a pesquisa em Psicologia no Brasil, por meio de mapeando e divulgando resumos de teses, dissertações e outras publicações.	0	0	1992 1993	3 3
3	Cadernos de Psicologia 1º. 1984 Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	UFMG UFMG, UFU, UFSJ, UFJF.	Propõe abarcar a diversidade dos estudos em psicologia e de áreas fronteiriças, bem como valorizar a apresentação de manuscritos que colaborem na formação de profissionais, pesquisadores e professores, trazendo, desta forma, importante contribuição para a Psicologia enquanto Ciência e Profissão. De cunho generalista, destinado a publicar trabalhos inéditos em Psicologia e áreas afins.	1994	1	1985 1986 2008 2009	1 1 3 2

TABELA 2 – Para cada periódico, entidade responsável, linha editorial e número de artigos que atendem aos descritores selecionados, conforme obtidos nos dois levantamentos.

	TÍTULO DO PERIÓDICO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	LINHA EDITORIAL DO PERIÓDICO	LEVANTAMENTO 1		LEVANTAMENTO 2	
				ANO	No. ARTIGOS	ANO	No. ARTIGOS
4	Estudos de Psicologia 1º. 1983	Pós Psicologia PUCAMP	Promover e divulgar o conhecimento científico e técnico na área de Psicologia	1996 1999	3 3	1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 2004 2007 2008	1 5 4 1 2 3 1 3 2 3 3 4 2 2
5	IDE Psicanálise e Cultura 1º. 1975	SBPSP	Tem como linha editorial o diálogo entre psicanálise e cultura.	1995	2	2005 2007 2010	10 2 1
6	Insight Psicoterapia 1º. 1990	Ed. Lemos	Publicação de temas sobre psicoterapia. Inicialmente aberta a todas as linhas.	1995 1997	8 3	1990 1991 1992 1993 2001 2002	8 24 2 6 2 1
7	Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia 1º. 1996	Pós Psicologia UNIMARCO	Psicologia: contribuições da psicologia social de extração histórico-crítica, da psicanálise.	1996	1	2003 2004 2005 2006	1 2 1 1
8	Jornal Brasileiro de Psiquiatria 1º. 1952	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	Divulgar trabalhos de pesquisa científica no campo da psiquiatria e áreas afins, realizados em instituições brasileiras e estrangeiras.	1994 1995 1998 1999	2 7 4 7	1955 1958 1959 1981 1982 1983 1985 1986 1989 1990 1991 1992 1994 2008 2009	2 1 1 1 2 6 1 5 1 1 1 2 1 1 1

TABELA 2 – Para cada periódico, entidade responsável, linha editorial e número de artigos que atendem aos descritores selecionados, conforme obtidos nos dois levantamentos.

	TÍTULO DO PERIÓDICO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	LINHA EDITORIAL DO PERIÓDICO	LEVANTAMENTO 1		LEVANTAMENTO 2	
				ANO	No. ARTIGOS	ANO	No. ARTIGOS
9	Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais 1º. 1993	UMESP	Destina-se a um público leitor especializado em saúde mental ou saúde coletiva, em geral, constituído por psicólogos da área de saúde, social e clínica; por médicos psiquiatras, neurologistas e pediatras, interessados no desenvolvimento humano e da pessoa.	1994 1996 1997 1998 1999	11 2 1 2 3	1993 2000 2004 2007 2008	3 1 3 5 1
10	Psico USF 1º. 1974	Pós Psicologia Uni. S. Francisco	Servir de fórum para a apresentação de pesquisas atuais no campo da Psicologia	1998	1	2004 2005 2006 2007 2009	2 1 1 1 1
11	Psicologia em Estudo 1º. 1996	UEM PR	Temáticas que privilegiem pesquisas predominantemente qualitativas na área das Ciências Humanas e da Saúde, tendo em vista o desenvolvimento da Psicologia	1981	1	2002 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010	1 2 2 3 3 2 4 1
12	Psicologia Revista 1o. 1995	Faculdade de C. Humanas e da Saúde PUCSP	Publicação de artigos científicos relacionados à Psicologia	1995	3	2004 2006 2008 2009	1 1 2 1
13	Psicologia Teoria e Prática 1o. 1999	Faculdade de Psicologia e Pós em Distúrbios do Desenvolvimento – Uni. Makenzie.	Publica trabalhos inéditos em Psicologia e áreas afins	1995 1999	1 4	2005 2006 2007 2008 2009	3 1 1 1 2
14	Psicologia USP 1º. 1990	IP USP	Publica trabalhos originais e inéditos que contribuam para o conhecimento e desenvolvimento da Psicologia e ciências afins	1995	6	1990 2000 2004 2005 2007 2008 2009	2 1 3 2 3 2 1

TABELA 2 – Para cada periódico, entidade responsável, linha editorial e número de artigos que atendem aos descritores selecionados, conforme obtidos nos dois levantamentos.

	TÍTULO DO PERIÓDICO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	LINHA EDITORIAL DO PERIÓDICO	LEVANTAMENTO 1		LEVANTAMENTO 2	
				ANO	No. ARTIGOS	ANO	No. ARTIGOS
15	Psicologia: Ciência e Profissão 1º. 1979	CFP e CRPs	Publica artigos originais que remetam à atuação profissional do psicólogo.	1996	4	1979 1981 1982 1983 1985 1986 1987 1989 1990 1992 2000 2004 2005 2006 2007 2008 2009	3 1 1 1 2 1 2 1 1 2 1 2 2 5 2 2 1 1
16	Psicologia: Teoria e Pesquisa 1º. 1985	IP UNB	Publicar trabalhos originais na área de psicologia.	1997	2	1988 1989 1993 2007 2008 2010	1 1 1 2 2 1
17	Revista Brasileira de Psicanálise 1º. 1967	Associação Brasileira de Psicanálise	Seu objetivo é divulgar o melhor da produção literária psicanalítica nacional.	1997 1998	1 1	1967 1970 1973 1982 1988 2000 2004 2007 2009 2010	3 2 1 1 4 2 2 4 1 1
18	Revista Brasileira de Psicodrama 1º. 1977	FEBRAP	Sobre Psicodrama, Sociodinâmica, Sociometria, Sociodrama, Psicoterapia Psicodramática Individual e de Grupo, Psicodrama Aplicado e matérias correlatas.	1998	1	1979 1982 1983 1984 2004 2005 2006	3 2 3 5 4 8 7
19	Revista Brasileira de Psicoterapia 1º. 1999	UFRGS CELG	Publicação de artigos dentro da área da psicoterapia, englobando todas as práticas psicoterápicas cientificamente reconhecidas.	1999	2	2000 2002 2004 2005 2006 2007 2009	1 2 9 5 1 1 14

TABELA 2 – Para cada periódico, entidade responsável, linha editorial e número de artigos que atendem aos descritores selecionados, conforme obtidos nos dois levantamentos.

	TÍTULO DO PERIÓDICO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	LINHA EDITORIAL DO PERIÓDICO	LEVANTAMENTO 1		LEVANTAMENTO 2	
				ANO	No. ARTIGOS	ANO	No. ARTIGOS
20	Revista ABP – APAL Revista Brasileira de Psiquiatria – RBP 1º. 1999	Associação Brasileira de Psiquiatria	Todas as áreas da psiquiatria, com ênfase nas áreas de saúde pública, epidemiologia clínica, ciências básicas e problemas de saúde mental	1995 1996 1997	2 1 1	1970 2000 2004	1 3 1
21	Revista da Ass. Bras. de Psicoterapia Analítica de Grupos 1º. 1996; 2000	ABAPG Atual SPAGESP	Publica trabalhos originais nacionais ou estrangeiros sobre grupos, famílias, casais e instituições, inspirados na Psicanálise Vincular e/ou com interesse em Saúde Mental em geral, que se enquadrem nas seguintes categorias: relatos de pesquisa, estudos teóricos, relato de experiência profissional, revisão crítica da literatura, comunicação breve sobre pesquisa, nota técnica, resenhas de livros de destaque e notícias.	1995 1997	1 1	1991-94 2000 2001 2003 2005 2006 2007 2008	2 2 2 2 2 2 1 1
22	Revista de Psicanálise 1º. 1993	SPPA	Publica artigos que abrangem os vários vértices da Psicanálise	1991	1	1993 2001 2004	4 2 2
23	Revista Percurso 1º. 1988	Depto. De Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.	Traz artigos originais, traduções, entrevistas com analistas importantes e resenhas. Circulação nacional, aceita trabalhos provenientes de todo o país, independentemente de o autor ser membro do Departamento que a edita.	1991	1	1988 1989 2003 2003-04 2004 2005 2006 2007 2008 2009	2 1 1 3 1 8 3 3 4 4
TOTAL					98		434

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010. Estes artigos compõem a base documental para os capítulos I (levantamento 1) e II (levantamento 2).

Assim, dos 23 periódicos analisados para o capítulo I, apenas 2 concentram 40% do total de artigos (nos. 08 e 09) e um terceiro (no. 06) tem 10%. A distribuição pelos

outros 20 periódicos abarca uniformemente os restantes 50% dos artigos considerados. Para o capítulo II, 47% do total de artigos concentram-se em 5 periódicos (nos. 01, 06, 04, 18 e 19), outros 6 (nos. 08, 13, 14, 15, 17 e 23) concentram mais 33% dos artigos e o restante distribui-se entre os demais periódicos.

No universo dos 23 periódicos alcançamos a totalidade de 98 artigos para o capítulo I, e 52 deles trazem dados históricos; para o capítulo II encontramos 434 artigos trazendo os descritores e, desses, 145 com dados históricos.

Dos 23 periódicos pesquisados, 12 deles começaram sua publicação na década de 1990, quatro na década de 1980, um na década de 1940, igualmente um para década de 1950, e também um na década de 1960, quatro tem seu primeiro número editado na década de 1970.

O maior ou menor número de artigos encontrados nos diferentes periódicos está relacionado também às características editoriais e temáticas. Em alguns periódicos, embora sendo da área ‘psi’, não somente os descritores estão ausentes, como destinam-se à publicação de artigos com outros temas da psicologia, como aprendizagem, pesquisas culturais, pesquisas em relação à saúde, sem a temática psicoterapia.

Alguns periódico priorizam abordagem quantitativa sem dados históricos. Por exemplo a *Revista PsicoUSF*, de um universo de 10 números, com aproximadamente 100 artigos pesquisados, somente cinco artigos trazem os descritores considerados por nossa pesquisa. Outro exemplo são os periódicos que apresentam preponderantemente a perspectiva psicanalítica, nesses quase não aparece o termo psicoterapia, mas sim o termo análise, embora possuam dados históricos sobre a psicoterapia.

SOBRE O CAPÍTULO I

Diferente de Teixeira e Nunes (2001), a nossa pesquisa não se limitou a buscar os descritores no título ou no resumo, mas também no corpo do artigo, o que nos levou a encontrar para o período 1994 - 1999 outros doze artigos nos mesmos periódicos, que tratam do tema psicoterapia, totalizando 98 artigos em vez dos 77 referidos em sua

pesquisa. Entre estes artigos, encontram-se cinco entrevistas, publicadas nestes mesmos periódicos, que embora não sejam artigos, trazem informações relevantes para nosso tema de pesquisa.

Todos estes artigos foram lidos e registramos os dados históricos encontrados contemplando as datas, os eventos, as pessoas e referências dos artigos. A partir deste levantamento foi gerado um quadro que resume nossa base de pesquisa documental para elaborar o capítulo I, conforme exemplificado a seguir.³

QUADRO 1 – Elementos Históricos em 98 artigos sobre Psicoterapia entre 1994 e 1999

NOME CITADO	ANO	EVENTO	LOCAL	REFERÊNCIA
	1901	Instituto Psycho-Physiologico, uma das primeiras instituições oficiais a desenvolver pesquisa, prestar assessoria e contribuir para o ensino da Psicologia.	São Paulo	CASTRO, Paulo Francisco de. Reflexões em Psicologia e Ciência: uma análise da pesquisa aplicada à psicologia clínica. Psicologia: Teoria e Prática , São Paulo. v.1 n.1, p. 3-13, 1999.
Freud (1856 - 1939)	1904	“existem muitos meios e modos de praticar a psicoterapia”	Viena	ENÉAS, Maria Leonor Espinosa. Considerações Sobre o Emprego da Psicoterapia Breve Psicodinâmica. Revista Psicologia: Teoria e Prática , São Paulo, v.1 n.1, p.19-23, 1999.
Freud	1904	Escreve um artigo para seus colegas médicos defendendo a causa da psicoterapia. Nesse diz que ‘a psicoterapia não é um método terapêutico moderno, mas sim a mais antiga terapia de que se serve a medicina. Diz que existem várias psicoterapias e muitos meios de praticá-las . Ele opta pelo método psicanalítico uma vez que participou de sua criação e portanto sente-se responsável, dedicando-se a explorá-la e construir suas técnicas. (p. 199-200)	Viena	SARFATT, Heloisa Sussmann. Psicoterapia Psicanalítica x Psicanálise: um levantamento bibliográfico. Jornal Brasileiro de Psiquiatria , Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p.

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010.

Ainda, para auxiliar a leitura e análise dos dados na tecitura do primeiro capítulo, construímos outro quadro que nos possibilitasse visualizar as informação a

³ Os quadros completos estão em apêndice.

respeito do Brasil, comparando-os aos elementos que se referiam a outros países. Para isso, registramos Data, Brasil/Tema, Outros Países/Tema e Referências, conforme segue⁴.

QUADRO 2 – Elementos Históricos comparados em 98 artigos sobre Psicoterapia entre 1994 e 1999

DATA	BRASIL/ TEMA	OUTROS PAÍSES/TEMA	REFERÊNCIAS
1901	Instituto Psycho-Physiologico em São Paulo	-----	14
1904	Nasce a Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Brasil.	-----	09
1905	-----	Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade.	41
1905	-----	Três Ensaio sobre a sexualidade infantil	05
1908	-----	Primeiro Congresso Mundial de Psicanálise	30
1908	-----	Primeira edição do periódico de psicanálise 'Jahrbuch'.	30
1908	-----	Inicia a interpretação de sonhos na psicoterapia com crianças.	25
1909	-----	Livro: Análise de uma Fobia de um Menino de cinco anos.	41
1924	-----	Obra 'Psicanálise Silvestre' – crítica ao diagnóstico precoce	41
1910	-----	Edição do periódico de psicanálise 'Zentralblatt'.	30
1910	-----	Reformulação da teoria dos Três Ensaio sobre a Sexualidade.	05
1911	-----	Pensamento seria inicialmente um processo inconsciente.	20

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010.

Procurando conhecer a linha de trabalho dos autores dos artigos que compõem nossa pesquisa fomos buscar seus currículos. Buscamos estas informações nos próprios

⁴ Os quadros completos estão em apêndice.

artigos, acessamos a Plataforma Lattes do CNPq, a base de dados das instituições às quais os autores estão vinculados e também recorremos ao Google.

Para melhor visualizar as informações e identificar as áreas de pesquisa dos autores, construímos um quadro que resume nossa base de dados sobre os 76 autores dos 52 artigos que compõem o primeiro capítulo. Conforme exemplificado a seguir⁵.

QUADRO 3 – 76 Autores de Artigos com Descritores e Dados Históricos

NOME/PROFISSÃO	PERSPECTIVA	REFERÊNCIA
AGUIAR, Rogério Wolf/ Professor aposentado, trabalha com psiquiatria forense	Psiquiatria Forense	AGUIAR, Rogério Wolf. Psicoterapias: desafios atuais e perspectivas futuras- uma proposta pluralista. Revista Brasileira de Psicoterapia , Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 93-105, 1999.
AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do/ Professora, psicóloga	Psicanálise.	AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: um texto perdido em suas sucessivas edições. Psicologia USP , São Paulo, v. 6, n. 2, 1995.
ANDRIATTE, Aparecida Malandrini/ Supervisora e pesquisadora, psicóloga	Desenvolvimento humano, psicanálise, atendimento a grupos, observação da relação mãe-bebê e psicologia do adolescente. (Psicanálise).	ANDRIATTE, Aparecida Malandrini; PIMENTEL, Eulalia M.P.; <i>et al.</i> Manifestações transferenciais e contratransferenciais na tríade mãe-observador-bebê. Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais , São Bernardo do Campo, v. 2, n. 2, p. 77-85, 1994.

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010 (Levantamento 1).

Quanto aos autores do primeiro capítulo observamos que seu interesse define-se por sua diversidade, a saber: psiquiatria, psicanálise, processos grupais (grupo focal, operativo e de Pichon Rivière), terapia familiar, análise do comportamento, psicologia social, fenomenologia/gestalt-terapia, psico-oncologia, psicologia escolar, acompanhamento terapêutico, psicologia clínica, neuropsicologia e psicologia cognitivo-construtivista. Vemos a psiquiatria publicando mais, totalizando 25 autores, seguida pela psicanálise, com 14 autores; as áreas que aparecem menos, escrevendo

⁵ Os quadros completos estão em apêndice.

sobre psicoterapia são: atendimento terapêutico, psicologia clínica, neuropsicologia e psicologia cognitivo-construtivista, aparece apenas um autor. São em maior número os autores formados em medicina e que atuam como professores escrevendo sobre o tema, em geral professores da psiquiatria. Somente psiquiatras e psicólogos, incluindo profissionais em formação, escrevem trazendo dados sobre a história da psicoterapia.

SOBRE O CAPÍTULO II

Na continuação, expandindo nossa pesquisa (levantamento 2), de cada periódico procuramos os números anteriores a 1994, mantendo o mesmo critério para localizar os artigos sobre psicoterapia. O artigo mais antigo que encontramos com dados históricos sobre nosso tema data de 1955. Do mesmo modo, todos os artigos foram lidos e registramos os dados históricos encontrados considerando as datas, os eventos, as pessoas e referências dos artigos. A partir deste levantamento foi gerado outro quadro que resume nossa base de pesquisa documental para o período entre 1955 a 1994.

O próximo passo foi encontrar as publicações dos mesmos periódicos após 1999 até 2010 – recorte de nossa pesquisa – mantendo o mesmo critério para localizar os artigos sobre psicoterapia. Todos os artigos foram igualmente lidos e registramos os dados históricos encontrados considerando as datas, os eventos, as pessoas e referências dos artigos. A partir deste levantamento foi gerado outro quadro que resume nossa base de pesquisa documental para o período entre 1999 a 2010.

Encontramos como data da primeira publicação o periódico *Boletim de Psicologia*, ano de 1949. Porém, os primeiros dados sobre a psicoterapia no Brasil, aparecem em 1955, no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Dentro desse universo encontramos 434 artigos com os descritores psicoterapia, terapia e terapêutico(a) e, destes, 145 com dados históricos sobre a psicoterapia no Brasil.

As duas bases de dados foram unificadas em um único quadro que resume nossa base de pesquisa documental para elaborar o capítulo II, conforme exemplificado a seguir⁶.

⁶ Os quadros completos estão em apêndice.

QUADRO 4 – Elementos Históricos em 145 artigos sobre Psicoterapia entre 1955 e 2010.

NOME CITADO	ANO	EVENTO	LOCAL	REFERÊNCIA
	1808	Fundação da Faculdade de Medicina da Bahia, denominada “Escola de Cirurgia”.	Bahia	SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. Psicologia: Ciência e Profissão , C.F.P., Brasília, n. 0, p. 09-59, 1979. Edição especial, comemorativa aos 100 anos da Psicologia. (59)
	1808	“A vinda da corte português para o Brasil nesse ano determinou o afrouxamento do domínio colonial e foram permitidos alguns progressos como a abertura dos portos, a industrialização e entre outros o surgimento dos Cursos de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro”. (p.91)	Bahia e RJ	ABREU, José Ricardo, PICCININI, W., CACILHAS, A., TRAHMAN, C., THORMANN, N. Psicoterapia no Brasil: duas Décadas Através das Publicações Psiquiátricas. Revista Brasileira de Psicoterapia , Porto Alegre, v.2, n.1, p. 89-104, 2000.
Família Real/ Dona Maria I.	1808	“Uma particularidade da família Real é que a rainha, Dona Maria I, quando chegou ao Brasil, era dada como insana. Foi interdita pelo cirurgião-mor do Reino, considerado o fundador da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia.	Bahia	ABREU, José Ricardo, PICCININI, W., CACILHAS, A., TRAHMAN, C., THORMANN, N. Psicoterapia no Brasil: duas Décadas Através das Publicações Psiquiátricas. Revista Brasileira de Psicoterapia , Porto Alegre, v.2, n.1, p. 89-104, 2000.
	1815	Faculdade de Medicina da Bahia passou a se chamar “Academia Médico-Cirúrgica”.	Bahia	SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. Psicologia: Ciência e Profissão , C.F.P., Brasília, n. 0, p. 09-59, 1979. Edição especial, comemorativa aos 100 anos da Psicologia. (59)
	1832	A “Academia Médico-Cirúrgica” torna-se faculdade.	Bahia	SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. Psicologia: Ciência e Profissão , C.F.P., Brasília, n. 0, p. 09-59, 1979. Edição especial, comemorativa aos 100 anos da Psicologia. (59)

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010.

Para melhor apropriar os dados, na análise, além dos quadros foi necessário voltar aos textos, para recuperar as condições nas quais as “descobertas” eram encontradas.

Assim como para o primeiro capítulo, procuramos conhecer a linha de trabalho dos autores. Utilizando a mesma metodologia de busca empregada para o primeiro capítulo, obtidos os dados, construímos um quadro que resume nossa base de dados

sobre os 190 autores dos 145 artigos que compõem o segundo capítulo, pesquisados nos 23 periódicos brasileiros. Conforme exemplificado a seguir⁷.

QUADRO 5 – 190 Autores de Artigos com Descritores e Dados Históricos

NOME/PROFISSÃO	PERSPECTIVA	REFERENCIA
ABRÃO, Jorge Luís Ferreira/ Psicólogo, professor	História e epistemologia da psicanálise, psicanálise de crianças e relação mãe-bebê. (Psicanálise)	ABRÃO, J. L. F. As Origens da Psicanálise de Crianças no Brasil: Entre a Educação e a Medicina. Psicologia em Estudo , Maringá, v. 14, n. 3, 2009.
ABREU, Dorothy Bono de/ Psicóloga, grupoterapeuta, presidente da SPAGESP	Terapias grupais. (Processos grupais)	ABREU, Dorothy Bono de. SPAGESP: 10 Anos Formando Especialistas - uma Trajetória de Conquistas. Rev. SPAGESP , Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, 2006 .
ABREU, Rosane de Albuquerque dos Santos/ Professora, pesquisadora, coordenadora	Internet e subjetividade, internet e psicopedagogia. (Processos grupais)	ABREU, R. S.; LEITÃO, C. F. e NICOLACI-DA-COSTA, A.M. Profissionais à Deriva: Professores e Psicoterapeutas na Sociedade em Rede. Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia . São Paulo, v. 10, n. 19, p. 151-174, 2005.
ALCHIERI, João Carlos/ Psicólogo, professor, orientador	Construção de instrumentos e medida psicológica, avaliação psicológica, informatização em psicologia, violência, uso de substâncias psicoativas, grupo de estudo de saúde mental e trabalho. (Neuropsicologia)	NORONHA, Ana Paula Porto; ALCHIERI, João Carlos. Conhecimento em Avaliação Psicológica. Estudos de Psicologia , Campinas, v. 21, n.1, p 45, 2004.

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010 (Levantamento 2).

Quanto aos autores deste capítulo, encontramos 38 diferentes “áreas de interesse”. Seguem área de interesse e número de autores: psicanálise, 60; psiquiatria, 26; análise do comportamento ou psicologia experimental ou psicoterapia cognitivo-comportamental, 14; com 9 autores cada: psicologia clínica, psicologia escolar ou educacional e psicologia social; com 7 autores: fenomenologia e psicologia humanista ou Abordagem Centrada na Pessoa (ACP); a psicologia hospitalar ou da saúde tem 6

⁷ Os quadros completos estão em apêndice.

autores; processos grupais, 5; com 4 autores: existencialismo e psicologia analítica ou psicologia junguiana; com 3: neuropsicologia e psicologia familiar; com 2: interação humano-computador, psicologia institucional, psicoterapia breve, psicoterapia vivencial, psiquiatria dinâmica, saúde mental, terapia ocupacional; e com 1 cada: antropologia, ciências sociais, direito, etnopsicoterapia, gestalt-terapia, logoterapia, medicina, metodologia de pesquisa científica, ontopsicologia, psicodinâmica, psicologia organizacional, psicologia sistêmica, psicologia transpessoal, psicoterapia transcultural, psiquiatria cultural, psiquiatria preventiva . A formação dos autores, cujos artigos são analisados para este segundo capítulo, é em psicologia e medicina/ psiquiatria, mas profissionais de outras áreas também escrevem sobre psicoterapia (8 autores). Existem ainda aqueles que se interessam por duas ou mais abordagens teóricas.

SOBRE O CAPÍTULO III

Para auxiliar nossa análise fomos reler os títulos dos artigos pesquisados e selecionamos aqueles que traziam – além dos termos psicoterapia, ou terapia, ou terapêutico – alguma expressão que indicasse perspectiva histórica. Do universo de 197 artigos analisados por nós, apenas 67 deles, olhando os títulos, nos permitiriam classificá-los como “artigos com possível perfil histórico” para a psicoterapia. Em seguida definimos duas categorias: 1) Gerais para a Psicoterapia X Específicos (por abordagem) e 2) Com dados Históricos X apenas “Reflexões”. Para melhor visualizar construímos dois quadros, conforme exemplificado a seguir⁸.

⁸ Os quadros completos estão em apêndice

QUADRO 6 – Artigos “Gerais para a Psicoterapia X “Específicos por Abordagem”.

	GERAIS PARA A PSICOTERAPIA	ESPECÍFICOS
1	AGUIAR, Rogério Wolf. Psicoterapias: desafios atuais e perspectivas futuras- uma proposta pluralista. Revista Brasileira de Psicoterapia , Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 93-105, 1999. (01)	FORBES, Jorge, Os 100 Anos da Psicanálise e EBP. Insight Psicoterapia , São Paulo, n. 57, 1995. Entrevista. (23)
2	BASTOS, Othon. Vida Associativa Psiquiátrica Brasileira: alguns dados históricos. Jornal Brasileiro de Psiquiatria , Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 213-216, 1998. (09)	GALANO, Mônica H. A Influência dos Psicanalistas Argentinos no Brasil na Década de 70. Insight Psicoterapia , São Paulo, n. 54, 1995. (26)
3	CASTRO, Paulo Francisco de. Reflexões em Psicologia e Ciência: uma análise da pesquisa aplicada à psicologia clínica. Psicologia: Teoria e Prática , São Paulo. v.1 n.1, p. 3-13, 1999. (14)	GILLIERON, Edmond. Evolução das Psicoterapias Breves. Interações: Estudo e Pesquisa em Psicologia , São Paulo, v. 1, n. 2, p. 7-28, 1996. (27)
4	LIMA, Mônica Colares Oliveira; CAETANO, Dorgival. Evolução Histórica do Conceito de Esquizofrenia. Jornal Brasileiro de Psiquiatria . Rio de Janeiro, v. 44, n. 11, p. 559-562, 1995.(31)	LEITE, Eliana Borges Pereira. Dez Anos de Percurso. Revista Percurso , São Paulo, n. 20, 1998. (30)

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010

Dos 67 artigos selecionados, 33% trazem de modo geral o tema psicoterapia e 67% apresentam o tema especificando a abordagem.

QUADRO 7 – Artigos “Com dados Históricos X apenas ‘Reflexões’”

	HISTÓRICO	“REFLEXÕES
1	AGUIAR, Rogério Wolf. Psicoterapias: desafios atuais e perspectivas futuras- uma proposta pluralista. Revista Brasileira de Psicoterapia , Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 93-105, 1999. (01)	CASTRO, Paulo Francisco de. Reflexões em Psicologia e Ciência: uma análise da pesquisa aplicada à psicologia clínica. Psicologia: Teoria e Prática , São Paulo. v.1 n.1, p. 3-13, 1999. (14)
2	BASTOS, Othon. Vida Associativa Psiquiátrica Brasileira: alguns dados históricos. Jornal Brasileiro de Psiquiatria , Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 213-216, 1998. (09)	FORBES, Jorge, Os 100 Anos da Psicanálise e EBP. Insight Psicoterapia , São Paulo, n. 57, 1995. Entrevista. (23)
3	GALANO, Mônica H. A Influência dos Psicanalistas Argentinos no Brasil na Década de 70. Insight Psicoterapia , São Paulo, n. 54, 1995. (26)	PARREIRA, Walther Andrade. Algumas Reflexões Sobre a Prática Psicoterápica e a História da Formação de Psicoterapeutas em Minas Gerais. Cadernos de Psicologia . Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 97-110, 1986. (46)

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010

A maioria destes artigos, 95%, indicam trazer dados históricos, já os 5% restantes apresentam somente o tema “reflexões”.

Ainda, para completar nossa análise, fomos buscar definições de psicoterapia em dicionários e vocabulários. No total são 24 definições, entre estas, seis de dicionários gerais para a língua portuguesa, dez gerais para a psicologia, um específico para psicoterapia e a definição do Conselho Federal de Psicologia. Dispomos estas definições em tabela, conforme exemplificado a seguir⁹.

TABELA 3 – Definições de Psicoterapia em Dicionários

	DICIONÁRIO	DATA	PÁGINA	DEFINIÇÃO DE PSICOTERAPIA
1	Dicionário de Psicologia Moderna	1978	440	“ação psicológica sobre as perturbações fisiológicas e afetivas. A Psicoterapia é, em primeiro lugar, um trabalho de relação homem a homem”.
2	Dicionário Técnico de Psicologia	1989	319	“a aplicação de técnicas especializadas ao tratamento de distúrbios mentais ou aos problemas de ajustamento cotidiano”.
3	Enciclopèdia Garzanti	1993	932	“qualquer forma de tratamento sistemático dos distúrbios psíquicos, por via psicológica e preponderantemente por meio da interação verbal entre o terapeuta e o paciente”.
4	The New Encyclopedia Britannica	1993	767	“qualquer forma de tratamento para distúrbios psicológicos ou emocionais, no qual uma pessoa treinada estabelece uma relação com um ou mais pacientes, com o propósito de modificar ou remover sintomas existentes e promover o crescimento da personalidade”.
5	Michaelis, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa	1998		“tratamento por métodos psicológicos” e “conjunto das técnicas que visa ao tratamento das moléstias mentais por persuasão, sugestão, psicanálise, atividades lúdicas ou de trabalho”.

Fonte: Dados da Pesquisa 2009/2010

⁹ A tabela completa está em apêndice.

EM RESUMO

Observamos que, no período estudado por Teixeira e Nunes (1994 – 1999), 33% dos autores são psiquiatras, 18% de outros autores seguem a abordagem psicanalítica e os 51% restantes distribuem-se em outras perspectivas. Já, no total, ao longo de 48 anos (levantamento 2), 31% dos autores orientam-se pela psicanálise, 13,5% de outros autores são psiquiatras; 7% seguem a perspectiva cognitivo comportamental; a psicologia escolar e a psicologia clínica, contam, cada uma com 4,7% dos autores; a abordagem centrada na pessoa e a fenomenologia aparecem com 3,6% cada uma e os 38,5% restante dividem-se entre as demais abordagens.

Observamos, assim, uma preponderância do número de autores da psicanálise e da psiquiatria. Aparecem também no segundo capítulo, com presença significativa, a fenomenologia e a abordagem centrada na pessoa, tendo-se percebido crescimento significativo das linhas cognitivo comportamental.

No primeiro capítulo vamos mostrar que a leitura de artigos completos permite encontrar informações sobre uma história da psicoterapia, pelo menos, que permitiriam contá-la, se a isso se dispuserem os pesquisadores em histórias. São nomes de pessoas ou de eventos associados à psicoterapia ou a práticas interpretadas como próprias ou próximas ao que se tem chamado de psicoterapia.

O segundo capítulo retoma o primeiro de nossos objetivos: o que dizem sobre psicoterapia os artigos publicados em periódicos nacionais entre 1955-1993 e 2000-2010.

No terceiro capítulo nos dedicamos as considerações finais, partindo de uma rápida análise de definições de psicoterapia.

CAPÍTULO I

PSICOTERAPIA: UMA HISTÓRIA COM ALGUM REGISTRO

Nesse capítulo, temos como referência a pesquisa de Teixeira e Nunes (2001), que delimitaram o período de 1994-1999, e traziam a questão “psicoterapia uma história sem registro?”. Realizamos a leitura dos textos completos pois, entendemos que poderiam emergir novas respostas para a questão levantada pelas autoras. É isso que se pretendeu e que levou a intitular este capítulo tal como está.

Para isso foram analisados 23 periódicos; dentro do universo de artigos encontramos 98 com os descritores propostos como busca, 52 deles continham dados históricos. Segue o que encontramos como registro, para uma história da psicoterapia, nesses periódicos brasileiros. Acompanhando a narrativa, informa-se a fonte indicando o número do artigo, cuja relação se encontra ao final deste capítulo (pp.46-50).

Os textos completos trazem algumas referências sobre a história da psicoterapia. Os primeiros dados referem-se a informações históricas com relação às primeiras duas décadas de 1900, no âmbito de nossa pesquisa, no Brasil. Os mesmos artigos informam, também, sobre a temática psicoterapia, nesse mesmo período, em outras partes do mundo.

As primeiras informações sobre o Brasil datam do início de 1900 e trazem temas relacionados à fundação do Instituto Psycho-Physiologico em São Paulo, em 1901 (14); temos aqui a psicologia associada às questões da fisiologia, seguindo o endereço dos primeiros laboratórios, como o de Wundt (14). Com o nascimento da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Brasil em 1904 (09), com Juliano Moreira e colaboradores, podemos inferir a existência de uma psicoterapia associada ao âmbito da psiquiatria. Em 1913 a criação do Laboratório de Psicologia da Escola Normal em São Paulo, ‘contribui para a construção de uma psicologia científica e a consolidação de saberes psicológicos’ que colocam, também, alicerces para o desenvolvimento de uma psicologia clínica (14). Em 1923 nasce a Liga Brasileira de Higiene Mental, “sediada no Rio de Janeiro e fundada pelos psiquiatras Gustavo Riedel, Ernani Lopes, Inácio Cunha Lopes e outros” (09). Em 1924, também ligado à iniciativa de Gustavo Riedel, funda-se o Laboratório de psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, no Rio de

Janeiro (14), e, com esse dado, podemos dizer que temos então uma psicologia diretamente associada à prática da psiquiatria. Este registro é significativo, pois a partir dos estudos desenvolvidos nesse laboratório de psicologia, seu diretor Waclaw Radecki e Gustavo Rezende publicam o livro intitulado *Introdução a Psychotherapia*, datado de 1926. Embora este último dado não esteja registrado nos artigos que compõem o universo de nossa pesquisa para esse capítulo, corrobora a importância da informação anterior.¹⁰

Os nomes que se destacaram então, no Brasil, associados aos laboratórios foram: Domingos Jaguaribe, Ugo Pizzoli, Waclaw Radecki e Helena Antipoff (14).

Os dados históricos, nesse mesmo período, que se referem a outras partes do mundo, iniciam em 1904 e fazem referência a conferência de Freud em Viena perante o “Wiener Medizinisches doktorenkolleegin”. Nessa ocasião, perante seus colegas médicos, Freud propõe-se a defender a psicoterapia. Diz que “a psicoterapia não é um método terapêutico moderno, mas sim a mais antiga terapia de que se serve a medicina”. Segue expondo sua visão de que existem muitas formas de psicoterapia e muitos meios de praticá-la, frisando que todas as que levam à meta da recuperação são boas. Porém, ele opta pelo método analítico, e, “pelo fato de haver participado da criação dessa psicoterapia, se sentia pessoalmente obrigado a se dedicar a explorá-la e a construir suas técnicas”(46).

A partir de 1905, as informações registradas apresentam temas como as formalizações teóricas realizadas por Freud a partir de suas pesquisas (41), as contínuas revisões que propôs em sua teoria (05, 25, 41, 20, 47) e também de alguns de seus seguidores, como Ferenczi e Melanie Klein (ver 1926) (05). Ainda, a criação de periódicos sobre Psicanálise (1910/ 1912/ 1913 e 1919) (30), e a realização de Congressos (30) (em 1918, o V Internacional de Psicanálise em Budapeste) (46). Esses dados sugerem que a Psicanálise, naquele período, estava desenvolvendo seu processo de institucionalização e difusão.

Ainda, em 1928 inicia-se a publicação da *Revista Brasileira de Psicanálise* (44). Essa informação nos dá pistas de que já havia produção científica nessa área no Brasil.

¹⁰ RADECKI, Waclaw e REZENDE, Gustavo. *Introdução a Psychotherapia*. Editora Científica Brasileira DOBICI & Cia, Rio de Janeiro, 1926.

Contudo, o artigo que traz este dado, revelando os nomes dos autores que publicam no primeiro número da revista, não menciona de que temas tratam. Os autores que publicam no primeiro número são: Franco da Rocha, Porto Carrero, Durval Marcondes e Paulo José Toledo. “Contava o professor Durval Marcondes que Freud empreendeu o estudo da língua portuguesa a fim de poder ler por si mesmo o primeiro número da *Revista Brasileira de Psicanálise*” (44).

Continuando nas duas primeiras décadas de 1900, encontramos referências a dados históricos no Brasil, para a psicoterapia e afins, onde transparece a formalização científica, ou seja, pesquisa, ensino, aplicação e difusão, todavia há uma carência de informações sobre o que se pesquisava.

No ano de 1918, tratando da tarefa terapêutica, Freud diz que esta consistiria em tornar consciente o material reprimido e descobrir resistências (15). Note-se que referências à psicanálise são as mais frequentes neste início de século. É somente em 1921 que outra perspectiva aparece – o Psicodrama (45). Essa é a primeira referência a outra abordagem que não a psicanálise. Mas nasce em Viena – lugar, por excelência, da Psicanálise – embora, por um romeno, Jacob Moreno, como parte de seu projeto em Sociometria, que propunha diminuir a dificuldade entre as pessoas e tratar toda a comunidade. Outra perspectiva é definida em 1926, com a formulação do primeiro conceito de Psicoterapia Analítica de Grupo por Trigant Burrow (45).

Enquanto Freud formalizava a Psicanálise – e aparecem registros de sua atividade de pesquisa e revisão de conceitos até 1924 – há indícios de que outros cientistas desenvolviam pesquisas e formalizavam suas teorias a respeito da patologia mental. É o caso de Kraepelin, psiquiatra alemão, aluno de Wundt, do qual os registros aludem somente a partir de 1919, quando descreve o perfil clínico da “demência precoce”, mais tarde denominada de “esquizofrenia” e acrescenta a definição da forma “paranóide” (31).

No Brasil, os dados parecem destacar sempre algum evento (Congresso, abertura de periódicos, fundação de laboratórios e de Associações). Apenas em 1940 aparece referência a publicação de determinados textos como os artigos que tratam da Escola de Psiquiatria Social de Pernambuco e a do Nordeste (09) diferentemente de outros países,

como é o caso das publicações de Freud nos trabalhos lidos por nós, para essa pesquisa (ver p.28, 1905 a 1912).

Cabe salientar que a formalização da ciência, segundo Alfonso-Goldfarb e Ferraz¹¹ depende de quatro componentes: a pesquisa, o ensino, a aplicação e a difusão. No mundo se tem notícias dos temas pesquisados, enquanto que no Brasil parece ter-se priorizado os registros sobre institucionalização da ‘práxis’ em detrimento de informações sobre o conteúdo das pesquisas, das aplicações e do desenvolvimento científico da área. No caso do Brasil, nesse período, temos indícios de que houve a institucionalização por meio da criação de sociedades e laboratórios (14, 09), entretanto, nesses artigos analisados não existe registro da produção científica.

A esse ponto levantamos uma questão: Poderíamos dizer que no Brasil, nessa época, estaria se desenvolvendo processo de institucionalização de abordagens da psicoterapia, cuja formalização teórica e pesquisa científica, teria sido realizada, contemporaneamente, em outros países? Essa suposta causa justificaria a carência de registros ou informações sobre o objeto de pesquisa em si, já acenada anteriormente? Nesse panorama de interação e desenvolvimento científico, como o Brasil se posiciona, responde aos movimentos de outros países ou provoca esses movimentos em relação ao desenvolvimento da psicoterapia?

Continuando a busca de registros históricos sobre a psicoterapia ao longo do tempo, nos artigos lidos para esta pesquisa, entre 1930 a 1937 não encontramos informações a respeito da psicoterapia, seja no Brasil, seja em outros países. Convém lembrar que, nessa época se ‘gestava’ a Segunda Guerra mundial, o que nos faz pensar que fatores sócio-políticos e econômicos influenciavam também a produção científica, determinando uma espécie de ausência de exposição dos intelectuais dessa área no período, pelo menos em relação à psicoterapia.

A partir de 1938 até 1943, no Brasil, acontecem a fundação da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste, o Primeiro e o Segundo Congressos da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental em João Pessoa e Aracaju, respectivamente (09). No entanto, não se faz referência, novamente, ao

¹¹ ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria e FERRAZ, Márcia H. M. Raízes Históricas da Difícil Equação Institucional da Ciência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.16, n.2, p.3-14, 2002.

conteúdo dos relatos apresentados o que nos leva a questionar se ali foram trabalhados temas referentes à psicoterapia.

Se no período anterior prevaleciam os registros a respeito da Psicanálise, o mesmo não ocorre após 1938. Desse ano temos apenas a notícia de que Ana Freud ingressa na Sociedade Britânica de Psicanálise (05). E em 1939 K. Lewin criou os grupos Skill (de tarefa) e Training (de treinamento de relações interpessoais ou de autenticidade). “Seu trabalho foi precursor dos grupos de encontro de C. Rogers” (45).

Ainda, no período compreendido entre 1944 e 1950, não aparecem registros históricos a respeito da psicoterapia e áreas afins, seja no Brasil seja na Europa. O mesmo não acontece com o que foi registrado em relação aos Estados Unidos. Nesse período são exclusivos os registros de acontecimentos nos Estados Unidos.

Note-se que até o início dos anos 1940 os Estados Unidos não são mencionados em nenhum registro histórico no universo de nossa pesquisa. Ao passo que, a partir do período pós-guerra, os registros a respeito dos fatos que ocorrem nesse país passam a ser exclusivos, nos textos consultados por nós, e não encontramos notícias de outros países.

É possível que muito dessa realidade se deva ao movimento migratório dos intelectuais e cientistas que no pós-guerra foram da Europa para os Estados Unidos. Mas, e o Brasil?

A partir de 1945 até o início dos anos 1950 observa-se um fervilhar na produção científica incluindo o nascimento de outras linhas teóricas e diversidades de psicoterapias. Podemos sugerir que após a Segunda Guerra nasce um novo olhar sobre o humano, refletido também nas práticas psicoterápicas. E floresce principalmente nos Estados Unidos. Nesse sentido surgem registros sobre: dinâmica de grupo e ‘Teoria de Campo de Kurt Lewin (45,13)’; aparece, o que seria o marco inicial da psicoterapia breve, com Franz Alexander e Thomas French; experiências de grupo com Rogers e colaboradores; Mowrer cria a teoria bi-fatorial e Skinner estuda a diferença entre comportamento operante e respondente e o reflexo condicionado (11).

Retornando ao escopo de nossa pesquisa, até esta data, encontramos registros históricos a respeito da perspectiva Gestáltica, Psicanalítica, Psicologia Humanista e Comportamental, respectivamente.

Já, de 1951 até 1957, no Brasil, temos uma concentração de registros de experiências e relatos de estudos sobre Psicoterapia de Grupo e Grupos Terapêuticos realizados em hospitais, serviços de assistência aos doentes mentais, centros de estudos especializados e entidades de ensino (45).

Observe-se que o Brasil nesse período, demonstra um maior domínio da teoria, explicitando a prática da atividade psicoterapêutica num esforço científico. Parece, pelos textos lidos, que, no Brasil, nessa fase, houve difusão significativa das terapias de grupo, em diversas abordagens, sendo muito presente a Psicoterapia Analítica de Grupo (45).

Enquanto no Brasil busca-se consolidar as premissas teóricas, por meio de experiências e relatos científicos – preponderantemente em uma linha de atuação, como a psicoterapia de grupo – em outros países, na mesma época, os dados nos contam a existência de esforços e pesquisas que trazem novidades científicas. Exceto nos Estados Unidos, ao que nos parece, de onde se tem apenas a informação de que é editado o primeiro manual estatístico e diagnóstico da APA (29). Já na Inglaterra, Bion (20) desenvolve estudos sobre a relação que se estabelece entre pensamento e percepção da realidade, mais tarde faz novas afirmações sobre os casos de distúrbios evolutivos da personalidade. Melanie Klein publica “Considerações Sobre a Vida Emocional do Bebê” (42) e Bowlby desenvolve a “teoria do apego”(36). Na França, Henri Ey trouxe à tona estudos acerca do “dilema psiquiaticida” (08).

Leve-se em consideração que esses relatos coincidem com nossa leitura anterior de que no Brasil não se desenvolvem pesquisas, ou não se registram os resultados de pesquisas que tragam novidades científicas. Mas sim o Brasil, conforme os registros históricos, empenha-se em atividades teórico-práticas no sentido de consolidar o que já foi desenvolvido por outros países no âmbito científico.

A partir de 1957 até 1971, a respeito da Psicoterapia Analítica de Grupo, no Brasil, encontramos registros referentes à institucionalização e difusão do conhecimento

dessa prática. Organiza-se o Primeiro Congresso Latino-Americano de Psicoterapia de Grupo, experiência integrativa que, nas palavras de seu presidente, Bernardo Blay Neto, “era importante para reunir os pesquisadores brasileiros que trabalhavam isoladamente” (45). Acontecem também encontros dos psicoterapeutas de grupo no Brasil, Buenos Aires e Santiago do Chile, com a criação de quatro Sociedades Brasileiras de Psicoterapia Analítica de Grupo, e entre 1963 e 1968, essas sociedades reuniram-se na Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo. Inicia-se ainda a Sociedade Paulista de Psicologia e Psicoterapia de Grupo. Esta teve 27 fundadores e o primeiro presidente foi Bernardo Blay Neto. Efetiva-se a realização do Terceiro Congresso Latino-Americano de Psicoterapia de Grupo, presidido por Walderedo Ismael de Oliveira (45).

É em 1963 que Júlio de Mello Filho organizou os primeiros grupos Balint, no Hospital Pedro Ernesto, no Brasil (45). Essa informação evidencia a preocupação em compreender o paciente em suas várias facetas, dado que Balint desenvolveu os grupos direcionados aos profissionais das diversas áreas que interagem no processo terapêutico, com o escopo de obter uma visão multidisciplinar do mesmo.

Considere-se que somente após a realização de três Congressos Latino-Americanos, alguns presididos por brasileiros, é que, em 1968, acontece o Primeiro Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo, em Porto Alegre (45). O que sugere que os psicoterapeutas brasileiros dessa área mantinham-se integrados com seus colegas latino-americanos, merecendo, também, o reconhecimento destes, contudo parece que trabalhavam isoladamente no Brasil.

Encontramos um registro de que em 1971 houve a publicação de ‘Estudos sobre a Psicoterapia Analítica de Grupo’, com referências históricas sobre o tema, em Porto Alegre (45). Isso nos diz que, sobre a psicoterapia, em 1971, já havia uma história para ser contada.

Nesse mesmo período, no Brasil, encontramos informações que evidenciam a forte presença da psicanálise continuando o processo de institucionalização por meio da manutenção e fortalecimento do método clássico freudiano (35) e a retomada da *Revista Brasileira de Psicanálise*, em 1967, após 40 anos sem ser editada (44) – sem registros, em nossa pesquisa, das razões dessa prolongada ausência. Inicia-se uma tentativa de

caracterização da psicanálise e da psicoterapia analítica, o que perdura por toda década de 1950, e nas décadas de 1960 e 1970 ‘a preocupação maior foi ressaltar diferenças, mais do que apontar as semelhanças entre ambas’ (35). Essa discussão se inicia nos Estados Unidos (mesa redonda em 1957, durante o encontro anual da APA, com a participação de vários autores) (46) e o Brasil, por sua vez, ‘identifica-se com a posição estadunidense no que se refere ao quadro político-institucional’ dessa relação psicanálise-psicoterapia analítica. Nessa diatribe, os franceses se posicionam ‘contrapondo-se à caracterização de psicanálise e psicoterapia analítica, referindo que esse movimento decorre da tendência “psiquiatrizante” da escola americana de psicanálise’ (35).

Ainda, para a história da psicoterapia no Brasil, em 1962, acontece um fato importante, a saber, a promulgação da Lei 4.119, a qual regulamenta a Profissão de Psicólogo e os cursos de Psicologia no Brasil (17). Este marco histórico está diretamente relacionado ao percurso da psicoterapia no país, pois abre a possibilidade de, institucionalizando a profissão, reunir forças e condições para consolidar a formação de profissionais e o exercício, também, da psicoterapia.

Em outros países observa-se uma diversidade de tendências. Nos Estados Unidos menciona-se a psicoterapia cognitiva nos anos 1960 (18); houve aumento das publicações em artigos relacionados à psicoterapia breve, fazendo referência a problemas concretos, ou seja “situações de crise e necessidades da população consulente” (27); Rogers cria os Grupos de Encontro nesse período (45). Também, na década de 1960, nos Estados Unidos, desenvolve-se o Projeto Denver, sob o patrocínio do Instituto Nacional de Saúde Mental, “com o escopo de oferecer terapia familiar e atendimento domiciliar como alternativa frente à internação psiquiátrica” (28). Ainda, na Inglaterra, Bion desenvolve os conceitos de “continente e contido” (20). Na Argentina surge o Acompanhamento Terapêutico (07) e Grinberg e colaboradores, partindo das idéias kleinianas, desenvolvem conceitos de culpa persecutória e de culpa depressiva (34).

Estamos ainda muito próximos do término da Segunda Guerra. Duas décadas de reconstrução e busca de alternativas para uma nova sociedade e compreensão do homem. Esse movimento não se restringe a alguns países, mas mostra-se mais urgente

naqueles que viveram o conflito de modo direto. Nesta busca de respostas, encontramos indícios também nas pesquisas a respeito da psicoterapia. A resultante do que poderíamos denominar de um reequilíbrio de forças, se refletiria, também, no âmbito ‘psi’ por meio do nascimento plural de novas perspectivas.

Essas colocações nos levam a um questionamento: a pluralidade de caminhos no pós guerra poderia ter surgido como uma resposta, também intelectual, aos modelos já existentes, que, de algum modo, foram insuficientes para auxiliar na resolução de conflitos que culminaram na Segunda Guerra? Responder a essa questão não é o escopo de nossa pesquisa, mas pode suscitar outras questões e contribuir para uma reflexão a respeito da história da psicoterapia, que é também a nossa história, pessoas e profissionais, atores das relações sócio-políticas.

Entre as perspectivas já mencionadas, como o cognitivismo, inclui-se o nascimento da abordagem sistêmica, com a psicoterapia de família, e em Milão inicia-se o Centro de Estudos da Família (22). Pichon-Riviere, na Argentina, desenvolveu o conceito de “bode expiatório” (45) e publicou uma série de notas sobre “a psicologia da vida cotidiana”(45), surgindo o movimento de contestação à psiquiatria, tendo como expoentes Thomas Szasz, Laing, Arnold Michel Cooper e Mannoni (08). Esses autores procuram entender o ser humano patológico, inserido em um contexto e entendendo-o também como resultado de suas relações.

Contemporaneamente observa-se um movimento de aprofundamento das linhas já existentes, como o humanismo com Rogers e desdobramentos da linha psicanalítica com novas intervenções em psicoterapia breve. Nasce novas pesquisas sobre a relação terapeuta cliente e “constata-se que na situação analítica, o analista, apesar de sua neutralidade, intervém como parte integrante do processo”(52). É nesse período também que Esther Bick elabora o “Manual de Observação do Bebê” (04) e Lester propõe intervenção, no momento de crise, em psicoterapia breve (36).

Somente no final da década de 1960 e início da década de 1970, encontramos registros sobre o que se desenvolvia na Argentina, possivelmente devido a “influência de psicanalistas argentinos no Brasil por meio de um grupo didata formado por Mário Martins, José Lemmert e os médicos do Centro de Estudos Juliano Moreira” (26). É nesse período também que “argentinos participam do curso de formação em

Psicoterapia de base Analítica no Instituto Sedes Sapientiae”, em São Paulo, como “o casal Bigliani, Mário e Lucia Fuks e Antonio Lancetti” (26). Interessante notar que, na interação Brasil-Argentina, deu-se a expansão de novas linhas psicoterápicas, assim como “o surgimento de novos caminhos, movimentos e instituições paralelas à APA” (26). E há notícias da ruptura de pesquisadores, no Brasil, com a APA (26).

Na década de 1970 a Escola Argentina de Psicanálise desenvolve os Grupos Operativos, resultado da síntese entre grupos de tarefa e de treinamento, desenvolvidos anteriormente por K. Lewin. E Pichon-Riviere funda a primeira Escola Privada de Psiquiatria Social (45).

No Brasil, no início da década de 1970 até 1973, além da relação com a psicanálise argentina, observa-se a continuidade do movimento de institucionalização, principalmente da psiquiatria, com algumas ações de ensino e difusão do conhecimento. Aparecem também notícias de congressos. Além da participação dos argentinos em cursos, inicia em Salvador a formação de terapeutas corporalistas, com uma forte base psicanalista bioenergética, também com os argentinos Emilio Rodriguè e Marta Berlin (26). E em São Paulo realizam-se grupos de encontro e supervisões dentro do enfoque teórico da “Dinâmica e Gênese dos Grupos” de Kurt Lewin (45). Concomitante a esses eventos, se dá a publicação dos “Estudos sobre Psicoterapia Analítica de Grupo”, já mencionado anteriormente(45).

Ainda sobre os psicanalistas argentinos no Brasil, em 1971 Gregório Barenblitt participou do Núcleo de Estudos em Psicologia e Psicoterapia (NEPP) e organizou encontros e congressos, trazendo ideias e pensadores como Saussure, Bachelard, Althusser, Lacan, Foucault, Deleuze e Guattari. Ao mesmo tempo em que Oswaldo Saidón participa da fundação do Instituto Brasileiro de Psicanálise (IBRAPSI), no Rio de Janeiro, Armando Bauleo marca sua presença em eventos, supervisões e Workshops no Brasil (26). Esses psicanalistas trazem importantes contribuições e abertura para novas epistemologias que vão ampliar os horizontes da prática psicoterápica no Brasil (26).

Continuam, em 1972 e 1973, os Congressos na área da psiquiatria, enquanto em 1976 no Espírito Santo, houve a instalação da psicanálise capixaba com Hugo Guagirioli, J.Volnovich, E. Banfim e E. Martinez no Instituto Ceppes, “a qual

apresentou relação controvertida entre a Psicanálise e a Medicina Comunitária” (26). E é também em 1976 que a *Revista Brasileira de Psicanálise* divulga que está aberta ao público de ciências humanas (44). Com esse dado podemos dizer que inicia-se um movimento em direção ao diálogo entre as diferentes perspectivas em psicoterapia.

A partir de 1976 até 1980, a respeito do Brasil, encontramos registros evidenciando que houve uma ‘saída’ do processo de institucionalização e da influência estrangeira ‘para’ um outro processo, o da produção científica ‘nacional’. Esse movimento deu-se tanto dentro das instituições de ensino como fora delas, dando ênfase a publicações de autores brasileiros. Jurandir Freire Costa defende sua tese no Centro Psiquiátrico de Saint Anne, em Paris, intitulada “História da Psiquiatria no Brasil” onde narra uma “história da Liga de Higiene Mental do Brasil” (09) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tácito Medeiros defende dissertação de mestrado sobre a assistência psiquiátrica no país até 1977 (09). A tese e a dissertação datam de 1976 e 1977, respectivamente e, curiosamente, dedicadas ao aspecto histórico.

No mesmo ano em que Jurandir Freire defende sua tese na França, 1976, o professor Isaiás Paim busca registrar aspectos da historiografia da psiquiatria no Brasil, em seu texto “Primórdios da Psiquiatria no Brasil” publicado no livro “Tratado da Clínica Psiquiátrica”. E em 1977, no mesmo ano em que T. Medeiros defende sua dissertação, Heronides Coelho Filho lança o livro “A Psiquiatria no País do Açúcar” (09).

O escrito do professor Paim é o primeiro registro sobre “historiografia da Psiquiatria” que encontramos nos textos lidos em nossa pesquisa. Também, no ano em que é publicado este livro, encontramos referência à criação da primeira instituição visando o atendimento de famílias e a formação em Terapia Familiar no Brasil. Já, em 1979, Maurício Knobel, também no Brasil, teoriza que “a evolução ou realização em psicoterapia podem ser confundidas com episódios de melhora maníaca” (43). Maurício Knobel, de origem argentina e naturalizado brasileiro, passou a residir no Brasil na década de 1970 desenvolvendo sua atividade profissional, preponderantemente em instituições de ensino da cidade de Campinas em São Paulo.

Estamos em pleno período da ‘guerra fria’ e os movimentos sócio-políticos na América do Sul são pontuados por golpes militares e pela ditadura. Enquanto muitos

intelectuais brasileiros continuam no exílio e outros são deportados, o Brasil abre as portas para os intelectuais de outros países. Essa experiência, como já foi mencionada anteriormente, trouxe aportes científicos e novos olhares sobre a realidade sócio-política, abrindo outros horizontes também para o exercício de psicoterapias.

No Brasil, no período compreendido entre os últimos anos de 1960 até o final de 1970, encontramos informações que evidenciam um intenso movimento de abertura e diversificação de perspectivas teóricas. O que parece confirmar a asserção: “emergem várias formas de psicoterapia, acompanhamento e aconselhamento na década de 1970 no Brasil”(01). Nota-se a influência da psicanálise argentina trazendo uma nova vertente. Essa novidade é voltada para a compreensão das instituições, reivindicando um novo olhar sobre o indivíduo, inserido este em uma realidade provisória e contextualizada na concretude da influência sócio-política e econômica.

Enquanto no Brasil, conforme os textos lidos, temos uma diversificação de teorias e práticas da psicoterapia, embora a maioria delas vinculadas à psiquiatria, os registros históricos a respeito de outros países demonstram movimentos mais discretos nesse mesmo período. Os registros referem-se a aprofundamentos teóricos no âmbito da psicoterapia e revisões de conceitos por parte dos autores. Por exemplo, Winnicott, em 1971, na Inglaterra, “considera o brincar criativo como atividade afim ao sonhar e ao viver, mas não pertencente ao fantasiar” (20), divergindo da posição de sua supervisora Melanie Klein. James Mann buscava um modelo integrativo de Psicoterapia Breve (36). Cramer e Palacio-Espasa desenvolvem importantes trabalhos a respeito da psicoterapia breve com crianças (36). Malan, partindo do trabalho de Balint – identificação do conflito primário – traça novas diretrizes para a psicoterapia breve por meio do estudo de casos clínicos (36). Rank, em 1979, deixou de lado a idéia de trauma de nascimento como questão central e “concentrou-se nos pólos entre os quais o ser humano se move: o da ligação emocional e dependência, e o da separação e independência”. Esse contribuiu também para o estabelecimento de uma data para o término da análise e com o conceito de ‘*will-therapy*’. Sifneos desenvolve a Psicoterapia Breve provocadora de ansiedade e Proskauer se propõe a ajudar as crianças a suportarem ligações patológicas com os pais e a se perceberem como indivíduos nas sessões de Psicoterapia Breve (36).

Apenas um registro, de 1977, faz referência à morte de um pesquisador. Falece na França o psiquiatra Henri Ey (1900 - 1977). O artigo refere também algumas de suas obras como *Manual de Psiquiatria, Études, Consciente, L'inconscient, Traité des Hallucinations, Anti-Antipsiquiatria, Défense Et Illustration de La Psychiatrie* (09).

Como vimos, desde 1962 surge a lei que regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil. Em nossos registros históricos continuamos encontrando referências a respeito da Psicoterapia ligada preponderantemente à Psiquiatria. Considerando este dado, parece-nos que a Psicologia ainda não exerce a psicoterapia com “domínio de campo”, assim como faz a psiquiatria. Essa observação leva-nos a refletir se essa constatação procede, ou se apenas a área da psicologia não tem registrado o percurso de sua prática por excelência: a psicoterapia.

Encontramos nos textos que fazem referência ao final da década de 1970 até início de 1990, dados que trazem pesquisas relatando a preocupação em consolidar práticas e modelos psicoterápicos e, principalmente, a psicoterapia breve. Constata-se que nesse período houve iniciativas no sentido de buscar um modelo que fosse mais efetivo no dar respostas à remissão de sintomas. Este movimento deu-se simultaneamente tanto em países da Europa como nas Américas (36).

No Brasil, os dados sobre a Psicoterapia Breve remetem às pesquisas de Maurício Knobel: em seu trabalho, nesse período, “são sempre acentuadas as questões sociais e econômicas, e uma constante preocupação com a viabilidade da indicação terapêutica”. (36)

Interessante observar que, conforme os textos lidos, no Brasil, continua a dar-se espaço à psicoterapia e outros trabalhos que priorizam os grupos. Entre 1980 e 1990 foram desenvolvidos estudos que ressaltam a eficácia da psicoterapia breve com grupo de pacientes borderlines (40) e surgem vários trabalhos sobre grupos de reflexão, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos (45). O que sugere um esforço de difusão desta modalidade de formação e revisão da prática profissional da área ‘psi’, nesse período.

É também nos anos 1980 que encontramos o primeiro registro, no universo de nossa pesquisa, sobre o desenvolvimento de experiências e reestruturação do serviço de

saúde mental comunitário, por meio do projeto “a nossa casa”, no Rio Grande do Sul, buscando oportunizar o acesso ao serviço também às famílias dos pacientes (28). O professor Darcy de M. Uchoa escreve em 1981 sobre a “Organização da Assistência Psiquiátrica no Brasil” e, em abril de 1982, no Rio de Janeiro acontece o XII Congresso Internacional de Psicoterapia(09). Em nossos registros é a primeira notícia sobre um congresso de psicoterapia em nosso país. Sendo o Brasil palco de um Congresso Internacional de Psicoterapia, podemos sugerir que havia desenvolvimento significativo dessa área, até esse momento, que justificasse a presença do evento em nosso país.

Em 1980 e 1988, respectivamente, acontecem o segundo e o terceiro Encontro Luso-Brasileiro, reunindo pesquisadores da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e de Portugal. O primeiro se dá em Salvador e o segundo no Espírito Santo(09).

Em 1982 surge a lei específica do estágio curricular na formação do psicólogo, a qual delimita em seu artigo 3º. (decreto no. 87.497/82): “O estágio curricular, como procedimento didático pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público e privado, oferecendo oportunidades e campo de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educativo”(17). Embora não legisle diretamente sobre a prática psicoterápica, essa lei constitui-se em importante instrumento de formalização das relações ensino/aprendizagem e incide diretamente na formação do profissional da área “psi”. Essa realidade, conseqüentemente, favorece espaços de formação profissional também para a psicoterapia e fortalece o processo de institucionalização da área.

O Conselho Federal de Psicologia, em 1988, demonstra que 80% dos psicólogos que atuam no país, o fazem na área clínica; destes 75% atuam com abordagem psicodinâmica. “O modelo predominante é de base psicanalítica, não existindo opções diferenciadas por outras áreas tradicionais, emergentes, ou outras propostas teóricas”(12). Esse dado surge no mesmo período em que uma pesquisa realizada pela *American Journal of Psychotherapy* identifica “450 tipos de psicoterapia oferecidos ao público nos Estados Unidos”(01). Com esses dados podemos inferir que o âmbito clínico, aparecendo como preferência de atuação dos psicólogos, evidencia uma tendência profissional à psicoterapia. Poderíamos então sugerir que a formação, na

esfera universitária, estaria, nesse período, direcionada preponderantemente à Psicologia Clínica e fortemente instituída como formação psicodinâmica.

Faça-se atenção que, passados 20 anos desde a lei que regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil, surge uma nova lei que, desta vez, regulamenta os estágios de psicologia, denotando a nosso ver, preocupação com a organização e formação dos profissionais da área. E também um Conselho Federal de Psicologia, que a seu tempo, interessa-se em conhecer a situação profissional de seus representados.

Nesse meio tempo a *Revista Brasileira de Psicanálise*, “contou com o apoio do CNPQ e da Finep, tendo introduzido o ‘contraponto’, uma crítica ao artigo por um colega”(44).

Continuamos encontrando, preponderantemente no Brasil, ações de institucionalização – surgem novas legislações, acontecem congressos, organizações de assistência – alguma difusão do conhecimento e pesquisa. Essa última direciona-se a conhecer a situação dos profissionais da psicologia. E continua-se a priorizar a atividade teórico-prática da psicoterapia com grupos. Por exemplo, “em 1989 nasce o grupo que atende pacientes em psicoterapia breve, de orientação analítica, no Serviço de Psicoterapia Hospitalar das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPQ do HC – FMUSP). Esse fundamenta-se nas idéias de Sifneos, Malan e Davanloo”(37).

Está presente a difusão do conhecimento a respeito da psicoterapia, por meio da Sociedade de Psicoterapia Analítica de grupo que, em 1989, “oferece cursos de formação em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; além de grupos de estudo em Mato Grosso do Sul, Juiz de Fora, Barbacena, Campinas e, o mais recente deles, o Núcleo de Estudos em Saúde Mental (NESME) do ABC, em São Caetano do Sul”(45). Ainda, Ferro-Bucher desenvolve atividades de supervisão em terapia familiar nos Centros de Terapia Familiar e Universidades brasileiras (19).

Com a abertura política na América Latina durante a década de 1980 muitos psicanalistas argentinos, que exerciam suas atividades profissionais no Brasil, retornaram para sua terra,”mas permanece no imaginário social como um grupo que tentou uma relação criativa entre psicanálise, marxismo e prática social: os pioneiros

que abriram novos caminhos para pensar a análise institucional e a intervenção comunitária”(26).

Observa-se nesse último período iniciativas no sentido de fortalecer a atividade profissional, parece haver um direcionamento para ações que dêem corpo à prática da área ‘psi’, e incremento da institucionalização. A realidade sócio-econômica e política do Brasil no final da década de 1970 e anos 1980 foi marcada pelos esforços da abertura política, o fim do governo militar e a redemocratização, podemos sugerir que reflexos dessa realidade tenham influenciado as práticas ‘psi’ levando também a concentrar esforços no fortalecimento da própria identidade, consolidando-se institucionalmente.

Em contrapartida, dos outros países temos notícias que nos Estado Unidos, entre 1980 e 1985, desenvolve-se o Programa de Hospitalização de Famílias na *Philadelphia Childs Guidance Clinic* (PCGC)’(28). Em Paris é “Re-fundada a Escola da Causa Freudiana”(23). As outras notícias dizem respeito a formalizações teóricas, aprimoramento de conceitos e desenvolvimento de estudos como a “psicoterapia expressiva” de Kenberg, nos Estados Unidos (35). “Técnica ativa” de confrontação e manutenção do foco para a Psicoterapia Breve de Dawanloo (36). Wolberg propõe uma Psicoterapia Breve com maior flexibilidade, “permitindo ao terapeuta lançar mão de diversos recursos, conforme o caso de cada paciente”(36). Estuda-se a “diferenciação de fobia social, transtorno do pânico e ansiedade, baseados nos estudos de Reich”(02) e diferenciação entre autismo e esquizofrenia infantil conforme estudos de Rutter (06). É nesse período que Therese Tellegen elabora o conceito de “Awareness” em Gestalterapia (24).

Um dado significativo para o nosso tema é a publicação de Wallerstein, em 1989, do artigo enciclopédico “Psychoanalysis and Psychotherapy: an Historical Perspective”, “retratando com detalhes as discussões desse período e dos seguintes” (35).

Considere-se que os dados que se referem aos acontecimentos em outros países, ligados à psicoterapia, continuam informando que desenvolvem-se estudos de aprofundamento e busca de alternativas para uma maior eficiência tanto da compreensão das dinâmicas do paciente, como de um método que se mostre mais eficaz na solução dos sintomas.

Evidencia-se ainda movimentos no sentido da especificação nosológica com a publicação de DSM III (40), onde o termo ‘reações’ foi alterado para ‘desorder’ (08), e ocorreu a “inclusão de critérios para diagnóstico do estresse pós-traumático (PTSD) no manual de classificação dos transtornos psiquiátricos da Associação Psiquiátrica Americana (APA)” (29).

Com relação aos esforços, de outros países, em rever continuamente o modelo de intervenção em Psicoterapia Breve, em 1990, encontra-se que “as evidências de que não existe uma abordagem que seja adequada para todos os casos levaram alguns autores a considerar que se deve adaptar a psicoterapia ao paciente, e não o contrário”, e essa concepção determinaria então uma psicoterapia breve aplicada com método e técnicas mais flexíveis, chegando-se a um modelo eclético, embora sempre com fundamentação freudiana (36).

Estamos nos anos 1990 e desenvolve-se uma pesquisa sobre a formação do psicólogo no Brasil, que descreve a predominância de um sistema de formação “orientado quase que exclusivamente para a área clínica e calcado no modelo médico, tendo como foco fundamental a posição psicanalítica” (12). Quanto às publicações a *Revista Brasileira de Psicanálise*, trouxe novidades. Além da nova diagramação com o auxílio da computação gráfica, assumiu novos critérios de avaliação de artigos, esses últimos por meio de um grupo de psicanalistas brasileiros formados na Sociedade Britânica de Psicanálise em 1991.

Dá-se o 1º Encontro Luso-Brasileiro e Luso-Americano de Psicoterapia Analítica de Grupo. O encontro de brasileiros e lusitanos neste congresso “repetiu a integração descrita por Blay Neto no congresso de Buenos Aires em 1957 e a história da Psicoterapia Analítica de Grupo do Brasil inicia um novo marco de integração entre brasileiros e portugueses na área de saúde mental e psicoterapia”(45).

Nesse mesmo ano a Associação de Psiquiatria Americana (APA) conclui que o transtorno de pânico tem início em idades variadas, contudo começa tipicamente entre o final da adolescência e a faixa de 30 anos.

De 1993 temos mais notícias com marcos históricos. No Rio de Janeiro, realiza-se o IX Congresso Mundial de Psiquiatria, ocorreu simultaneamente ao XXI Congresso

Nacional de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental, no qual “houve mesa redonda sobre ‘Vultos e Personagens da Psiquiatria Brasileira’. Nessa ocasião foram apresentados relatos de Marcos P. T. Ferraz sobre Franco da Rocha; Adolpho Hoirish sobre J. Leme Lopes; Othon Bastos sobre Ulysses Pernambucano e Manoel de Albuquerque sobre Paulo Vianna Guedes” (09). Nesse mesmo ano Othon Bastos, em Simpósio Brasil-Japão de Psiquiatria, apresentou o trabalho falado sobre “História da Psiquiatria e da Saúde Mental no Brasil” (09).

É de 1994, mês de setembro, o XIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em Caldas Novas (08). Nesse ano também encontra-se críticas “aos pressupostos teóricos que ancoram a pesquisa em Psicologia. Existiria ênfase demasiada nos aspectos empíricos e observacionais na área” (14), e menciona-se a crise nos paradigmas na pesquisa em Psicologia (14). Tal observação, mesmo não estando ligada diretamente à psicoterapia nos leva a questionar se esta realidade não poderia ser transposta para o âmbito da psicoterapia, já que deriva também da psicologia?

Em abril de 1995 nasce oficialmente a Escola Brasileira de Psicanálise, “como fruto de um trabalho de implantação do campo freudiano, iniciada em São Paulo em 1981”(23). A EBP é herdeira da tradição da Escola Freudiana de Paris, fundada por Jaques Lacan, depois chamada Escola da Causa Freudiana de Paris (23).

É de 1996 a tese de livre-docência do Professor Miguel Roberto Jorge que “logra esgotar a história das classificações nosográficas brasileiras”(01). E William Gomes, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estudava a relação entre pesquisa e formação do psicólogo, “buscando traçar um panorama histórico para justificar essa relação”(14).

Já, de outros países, vêm mais notícias. Sobre o transtorno bipolar, Akiskal aplicou o conceito de espectro ao próprio transtorno bipolar e cunhou a expressão “espectro bipolar” (33). Messer & Warren desenvolvem o Modelo Relacional a ser empregado na Psicoterapia Breve, “o mesmo era fruto de uma filosofia da ciência, a qual reconhecia a natureza contextualizada do conhecimento e a pluralidade de pontos de vista. Buscavam um modelo de psicoterapia Breve que desse ênfase a questões do desenvolvimento, este somado à compreensão psicodinâmica, permitiria olhar para os

problemas do paciente como dificuldades a serem enfrentadas e desafios propostos pelo próprio desenvolvimento” (36).

Ainda em 1995, Prochaska buscava maior integração teórica na Psicoterapia Breve(36). Bertolino, seguindo uma linha de crítica ao movimento objetivo em psicologia, tece uma perspectiva histórica do desenvolvimento do aspecto científico em Psicologia (14). Ainda nesse ano, quanto a relação existente entre psicologia e seu objeto de estudo, Marzagão “propunha a reflexão sobre a dicotomia entre acontecimentos e estrutura na pesquisa em Psicologia. Não se mostra totalmente favorável a essa multiplicidade de formulações teóricas, por colocar que a psicologia deveria seguir um objeto de investigação uniforme” (14).

Continuamos a encontrar dados referentes aos outros países que se referem a descobertas, formulações científicas e pesquisa.

Os dados de nossa pesquisa demonstram que existe algum entrelaçamento, pouco claro, no que tange à psicoterapia médica e não médica. Entretanto, observa-se nesse período um maior encorajamento no expor questionamentos sobre a área e também uma atitude de revisão crítica quanto ao ensino e a prática da psicoterapia. Essa atitude poderia estar sugerindo uma necessidade maior em atender aspectos de pesquisa, aplicação e ensino da área ‘psi’ e estes aspectos revelam-se, nesse período, principalmente no Brasil. Note-se que estamos já em pleno momento da globalização. Na década de 1990 acontece a inserção da internet, em nível mundial, e abarca todos os aspectos do fazer humano, a área ‘psi’, e conseqüentemente a psicoterapia começa a ser exigida em constantes adaptações à nova realidade globalizada. Nesse sentido, permanece uma questão aberta como o fazer psicoterápico vai se posicionar frente à nova realidade globalizada e ‘internetiana’.

Como se vê, lendo os textos completos encontramos dados que, desfiados um a um e recolocados na trama de um novo tecido, estão disponíveis a entrar na corrente da história, para quem se dispusesse a escrever alguma. Agora, sobre a Psicoterapia, podemos dizer: “uma história com algum registro”.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO I

Fontes Primárias

1. AGUIAR, Rogério Wolf. Psicoterapias: desafios atuais e perspectivas futuras-uma proposta pluralista. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 93-105, 1999.
2. ANDRADE, Y.; NARDI, A. E.; FIGUEIRA, I.; MARQUES, C.; MENDLOWICZ, M.; CAMISÃO, C.; COSCARELLI, P.; VERSIANI, M. Seguimento de Pacientes Fóbicos Sociais – Parte I. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 7, p. 369-377, 1995.
3. ANDRADE, Yasmin; NARDI, Antônio Egídio; MENDLOWICZ, Mauro; MARQUES, Carla; FIGUEIRA, Ivan; CAMISÃO, Carlos; COSCARELLI, Pedro; & VERSIANEI, Márcio. Seguimento de pacientes fóbicos sociais (6 anos) Parte II – Descrição da evolução. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 8, p. 423-430, 1995.
4. ANDRIATTE, Aparecida Malandrin; PIMENTEL, Eulalia M.P.; *et al.* Manifestações transferenciais e contratransferenciais na tríade mãe-observador-bebê. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, v. 2, n. 2, p. 77-85, 1994.
5. AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: um texto perdido em suas sucessivas edições. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 2, 1995.
6. BANDIM, José Marcelino; SOUGEY, Everton Botelho; CARVALHO, Tércio Fabio Ramos de. Autismo: características clínicas e tratamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 12, p. 649-654, 1995.
7. BARRETO, Kleber Duarte. Acompanhamento Terapêutico: uma clínica do cotidiano. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n. 73, 1997.
8. BASTOS, Othon. O Conceito de Doença Mental. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 111-115, 1995.

9. BASTOS, Othon. Vida Associativa Psiquiátrica Brasileira: alguns dados históricos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 213-216, 1998.
10. BÓ, Dênis Eduardo Bertini; BARBOSA, Renan. Anorexia, Bulimia e Família: uma experiência com trabalho em grupo. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 533-537, 1999.
11. CAMESCHI, Carlos Eduardo. Comportamento de Esquiva: teorias e controvérsias. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 13, n. 1, p. 143-152, 1997.
12. CAMPOS, Luiz Fernando de Lara, SOUZA, Keli Cristina Cambi, CATÃO, Elaine Cristina; CAMPOS, Patrícia Ribeiro. Fatores Motivacionais na Escolha de Abordagens Teóricas em Psicologia Clínica. **Rev. Estudos de psicologia**, Campinas, n. 01, v. 13, p. 41-54, 1996.
13. CARDOSO, Cláudia Lins. Psicoterapia de Grupo com Pacientes Diabéticos e Hipertensos em Centros de Saúde Pública. **Rev. Estudos de psicologia**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 5-15, 1999.
14. CASTRO, Paulo Francisco de. Reflexões em Psicologia e Ciência: uma análise da pesquisa aplicada à psicologia clínica. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo. v.1 n.1, p. 3-13, 1999.
15. CATAFESTA, Ivonise Fernandes da Motta. A Relação Psicoterapeuta-Cliente. **Psicologia USP**, São Paulo, vol.6, n. 2, p. 139-144, 1995.
16. COSTA JR. Anderson L. Atuação Profissional do Psicólogo em Aconselhamento Genético. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 3, p. 19-23, 1996.
17. COSTA JR., Anderson Luiz; HOLANDA, Adriano Furtado. Estágio em Psicologia: discussão e critérios para o exercício de supervisor de estágio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 02, p. 4-9, 1996.
18. DATTILIO, Frank. A Formação em Psicoterapia Cognitiva por Frank Dattilio. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, v. 5, n.51, maio, 1995.
19. DIAS, Cristina Maria de Souza Brito; BUCHER, Júlia S. N. Ferro. Modalidades de Supervisão em Terapia Familiar e a Realidade Brasileira. **Mudanças: psicoterapia e estudos psicossociais**, São Bernardo do Campo, n. 5/6, p. 41-58, 1996.

20. DONADI, Delmosides Conceição. Algumas Considerações Teóricas Sobre a Evolução do Pensamento. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, v. 2, n. 2, p 9-20, 1994.
21. ENÉAS, Maria Leonor Espinosa. Considerações Sobre o Emprego da Psicoterapia Breve Psicodinâmica. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.1 n.1, p.19-23, 1999.
22. FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Terapia Familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 01, 1996.
23. FORBES, Jorge, Os 100 Anos da Psicanálise e EBP. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n. 57, 1995. Entrevista.
24. FRAZÃO, Lilian Meyer. A Relação Psicoterapeuta-Cliente. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 144-149, 1995.
25. FREUD, Joseph Knobel. La Interpretación de Los Sueños en La Psicoterapia con Niños. **Mudanças: psicoterapia e estudos psicossociais**, São Bernardo do Campo, v.7 n.12, p. 47-71, jul/dez, 1999.
26. GALANO, Mônica H. A Influência dos Psicanalistas Argentinos no Brasil na Década de 70. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n. 54, 1995.
27. GILLIERON, Edmond. Evolução das Psicoterapias Breves. **Interações: Estudo e Pesquisa em Psicologia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 7-28, 1996.
28. HORTA, Rogério Lessa; ALBUQUERQUE, Fernando Pires de; COZZATTI, Luís Cesar. A Abordagem Sistêmica da Urgência Psiquiátrica no Domicílio. **Revista ABP-APAL**, São Paulo, v. 18, n. 4, 1996.
29. ITO, Ligia M.; ROSO, Miréia C. Transtorno de Estresse Pós-Traumático: definição, classificação e tratamento. **Revista ABP APAL**, São Paulo, v. 17 n. 4, 1995.
30. LEITE, Eliana Borges Pereira. Dez Anos de Percurso. **Revista Percurso**, São Paulo, n. 20, 1998.
31. LIMA, Mônica Colares Oliveira; CAETANO, Dorgival. Evolução Histórica do Conceito de Esquizofrenia. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 11, p. 559-562, 1995.
32. MÄDER, Maria Joana. Avaliação Neuropsicológica: aspectos históricos e situação atual. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 03, 1996.

33. MENDLOWICZ, Mauro; *et al.* Como Identificar o Transtorno Bipolar II Dentre os Transtornos do Humor e da Personalidade: implicações terapêuticas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 39-45, 1998.
34. MILAN, Marília Pereira Bueno. Considerações Sobre a Psicoterapia Psicanalítica do Paciente Deprimido. **Revista ABP-APAL**, São Paulo, n.19, v.03, p.112-116, 1997.
35. MIODOWNIK, Bernard. Psicanálise e Psicoterapia: o vértice do psicanalista. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 32 n. 4, p. 865-884, 1998.
36. OLIVEIRA, Iraní Tomiatto. Psicoterapia Psicodinâmica Breve: dos precursores aos modelos atuais. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 9-19, 1999.
37. PELUSO, Marco Aurélio Monteiro, NASCIMENTO, Andréia; SHOUERI, Patrícia de Campos Lindenberg. Grupo de Psicoterapia Breve: organização e funcionamento, **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 9, p. 421-426, 1999.
38. PRISZKULNIK, Léia. O distúrbio psicomotor e a clínica psicanalítica. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, n.10, p.41- 53, 1998.
39. RIBEIRO, Elisa Maria P. de Campos. A Relação Psicoterapeuta-Cliente. **Psicologia USP**. São Paulo, v.6, n. 2, p. 129-134, 1995.
40. ROMARO, Rita Aparecida. Avaliação da Psicoterapia Breve Dinâmica com Pacientes Borderline. **Mudanças: Psicoterapia e estudos psicossociais**, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 12, p. 109-133, jul-dez 1999.
41. ROMARO, Rita Aparecida. O estabelecimento do diagnóstico em psicanálise. **Revista Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 3, p. 23-37, jul/dez, 1998.
42. ROSA, Ivete Pellegrino; SILVA, Jussára C. Van de Velde V. da. Una Contribución al Concepto de Identificación Proyectiva Durante el Proceso Psicodiagnóstico em Psicoterapia. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, ano 2, n.2, p. 69-76, 1994.

43. ROSA, José Tolentino. Evolução em Psicoterapia: reações de melhoria maníaca como obstáculos à elaboração do luto. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos**, São Bernardo do Campo, n. 02, v. 02, p. 87-99, 1994.
44. ROSA, José Tolentino. Revista Brasileira de Psicanálise Comemora 25 Anos de Divulgação Científica: seu sistema gráfico e organizacional editorial. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos**, São Bernardo do Campo, n. 02, p. 129-135, 1994.
45. ROSA, José Tolentino; OLIVI, Marta Elisabete Wentzcovitch. Evolução Histórica da Psicoterapia de Grupo no Brasil. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, n. 02, p.101-111, 1994.
46. SARFATT, Heloísa Sussmann. Psicoterapia Psicanalítica x Psicanálise: um levantamento bibliográfico. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 199-204, 1994.
47. SCHOUERI, Patrícia de Campos Lindenberg; SEGRE, Carlos David. Conceito de Psicoterapia Dinâmica Breve (P.D.B.). **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 5-8, 1999.
48. SEGAL, Adriano. Psicoterapia e Psiquiatria: dicotômicas? **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n. 78, out.; 1997.
49. SIMON, Ryad. Principais Contribuições de Melanie Klein à Teoria e à Técnica da Psicoterapia Psicanalítica. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, n. 02, v. 02, 1994.
50. SONENREICH, Carol; ESTEVÃO, Giordano; FRIEDRICH, Sonia; SILVA, Luís De M. A. A Evolução Histórica do Conceito de Depressão. **Revista ABP-APAL**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 29-40, 1995.
51. VALENÇA, A.; NASCIMENTO, I.; NARDI, A. E.; MARQUES, C.; FIGUEIRA, I.; VERSIANI, M. Pânico e Suicídio. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 12, p. 647-655, 1998.
52. ZASLAVSKY, Jacó. A Questão da Intersubjetividade na Prática Clínica. **Revista Brasileira de Psicanálise**. São Paulo, vol. XXXI, n. 2, p. 309-321, 1997.

CAPÍTULO II

PARA UMA HISTÓRIA DA PSICOTERAPIA NO BRASIL*

Nesse trajeto, muito do que quisemos foi buscar conhecer uma história da psicoterapia no Brasil, percorrendo o modo como os diversos autores contam essa história nestes periódicos. Nesse sentido concordamos com Campos (1992) que “é na história que podemos encontrar a gênese das matrizes contraditórias que têm orientado nosso trabalho e, quem sabe, a partir da lição dos caminhos já percorridos, visualizar novas sínteses”.¹²

Iniciamos com a história das idéias psicológicas e um olhar que trata do estudo da oratória sagrada no Brasil colonial – profundamente moldado pela tradição católica – na qual os sermões contribuiriam para o auto-conhecimento “e a reforma dos costumes dos ouvintes e dos pregadores”. Nesse sentido, para tomar em consideração a origem, o sentido e o destino da existência humana, o tempo litúrgico privilegiado seria a Quaresma, que revisita a morte e ressurreição de Cristo e seu significado. Nesse período, que culmina com a Páscoa, “os ouvintes são convidados a refletir e discernir o que é essencial e permanente, do que é aparente e contingente na condição humana”.

Trata-se portanto, do período mais propício para que as enfermidades espirituais do homem sejam desveladas e a Medicina da Alma atue com maior eficácia. Entende-se por Medicina da Alma a longa tradição que, iniciada por Platão, Demócrito, Hipócrates, Cícero, Sêneca e Galeno, consolidou-se ao longo da Idade Média, sendo retomada e ampliada no Humanismo e na Renascença. Baseada na analogia entre a alma e o corpo, pressupõe a existência das *enfermidades da alma*, concebidas como objeto de cuidados médicos, pois trata-se de uma doença, mas cuja natureza seria espiritual e, portanto, demandando abordagem filosófica e religiosa, sendo a alma o objeto acometido pela moléstia. Na mentalidade ocidental, a Medicina da Alma corresponde à “ciência” ou à “arte de viver”: teologia, filosofia e medicina encarregam-se de construir seu domínio, cada uma com suas competências e perspectivas próprias, abarcando assim um conjunto de conhecimentos de várias naturezas, desde as teorias médicas até aos conselhos sugeridos pela sabedoria dos Padres do deserto, da antiga tradição da Patrística cristã. (MASSIMI, 2006, p.104)

¹² 30 Anos de Regulamentação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.12, n.2, p.7, 1992.

*Como no capítulo I, os números entre parênteses informam a fonte, indicando o número do artigo, cuja relação se encontra no final deste capítulo (pp.104-116).

Essa prática “da arte da retórica e de suas influências no dinamismo psíquico, deriva da psicologia filosófica aristotélico-tomista”. A confiança no poder da palavra foi reforçada pela tradição cultural dos índios brasileiros. Tem-se notícias de pregações realizadas seja pelos missionários, seja pelos povos nativos da Terra de Santa Cruz.

A informação mais antiga a respeito aparece em 1593, narrada pelo padre português da companhia de Jesus, Fernão Cardim. Outras datas e sermões da mesma Ordem encontramos no relato de outros religiosos que passam pelo século XVII e XVIII (114).

Chegando ao século XIX, os artigos mencionam elementos históricos e nos conduzem a outro início para uma história de psicoterapia, referindo-se já à fundação de escolas de medicina. Essas escolas são momentos do germinar de “uma medicina”, de “uma psicologia” e de “uma psicoterapia” no Brasil, formalizadas com o passar do tempo, permeadas pelos movimentos sócio-econômicos, políticos e da própria ciência no país.

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, promoveu progressos como a abertura dos portos, a industrialização e o surgimento dos cursos de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro. “Uma particularidade da família Real é que a rainha, Dona Maria I, quando chegou ao Brasil, era dada como insana. Foi então “interditada” pelo cirurgião-mor do Reino, considerado o fundador da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia (69). A Carta Régia de D. João VI funda em 1808 a “Escola de Medicina da Bahia”, nomeada “Escola de Cirurgia”, e renomeada, em 1815, “Academia Médico-Cirúrgica”. Em 1832, por ato da Regência Trina, torna-se Faculdade de Medicina. “Os estudos, naquela Casa, norteavam-se, de preferência para a aplicação social da *Psicologia*, para a Criminologia, para Psiquiatria Forense e Higiene Mental” (59, 69).

Os autores escrevem a história do desenvolvimento de uma medicina, a partir das pesquisas realizadas pelos estudiosos da época, que demonstravam um olhar sobre o homem considerando não somente o aspecto fisiológico, mas buscando abarcar também o aspecto psicológico. E contam que em 1841, foi criado o primeiro Hospício para cuidar dos doentes mentais no Brasil. Para tratar dos enfermos, os primeiros ‘alienistas’ formavam-se autodidatas, ou na França, sob influência dos grandes psiquiatras daquele país como Esquirol, Janet, Pierre Marie e Dèjerine (69). Entre 1853 e 1888 os estudos

da Faculdade da Bahia já denotam a problemática da interação indivíduo-cultura, ‘antecedendo posições de psicanalistas culturalistas’ (59). Ou, como Ernesto Carneiro Ribeiro, em 1864, apontava a necessidade da pesquisa psicológica na formação do médico, no texto “Relação da Medicina com as Ciências Filosóficas: Legitimidade da Psicologia” (59).

Continuando, no período entre 1890 a 1897, encontramos dados que registram o desenvolvimento de pesquisa e divulgação do conhecimento por meio de teses e publicações. Veríssimo Castro e José Estelita Tapajós defendem tese, respectivamente com os títulos, “Das Emoções” e “Psicofisiologia da Percepção e das Representações”. Também publica-se a obra “Epilepsia e Crime”, a qual fez seu autor, Júlio Afrânio, conhecido no Brasil e no exterior. Surge o primeiro trabalho brasileiro no campo da memória: “A Memória e a Personalidade”, por Alberto Seabra. Abrindo uma aproximação com a Psicoterapia, Odilon Goulart, 1891, escreve o primeiro trabalho no Brasil sobre Psicologia Clínica dedicando-se ao “Estudo Psicoclínico da Afasia” (59). O termo “psicoclínica” teria sido usado pela primeira vez no Brasil por esse autor, antecipando o termo “clínica psicológica”, usado pela primeira vez por Lightner Witmer em 1907, nos Estados Unidos, lembrando que “a clínica psicológica é historicamente associada à psicoterapia” (100).

As duas faculdades de Medicina, Rio e Bahia, dizem os textos, “tiveram nomes que ilustram a medicina brasileira e a ciência psicológica”, alguns são mencionados sem contudo citarem sua obra. São eles: no Rio, Deolindo Couto, Pernambucano Filho, Antonio Austregésilo, Costa Rodrigues; na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e Arthur Ramos (59).

Chegamos a Juliano Moreira que gradua-se em 1891, então com 18 anos, na Faculdade de Medicina da Bahia. Cinco anos depois, era professor substituto da seção de doenças nervosas e mentais da mesma escola (124). Em 1899 ele traz as idéias de Freud, relativas à neurose, na cátedra da Faculdade de Medicina da Bahia. Juliano Moreira é considerado pelos autores o primeiro precursor das idéias psicanalíticas no Brasil (48, 67).

De 1895 a 1902, Juliano Moreira “freqüentou cursos sobre doenças mentais e visitou muitos asilos na Europa (Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Escócia)”. De

1903 a 1930, no Rio de Janeiro, dirigiu o Hospício Nacional de Alienados e começou a aumentar a influência dos psiquiatras alemães como Kraepelin, Alzheimer e Nils (69, 124). Neste hospício, embora não fosse professor da Faculdade de Medicina do Rio, recebia internos para o ensino de psiquiatria. Aglutinou ao seu redor médicos que viriam a ser, eles também, organizadores ou fundadores na medicina brasileira, de diversas especialidades: neurologia, psiquiatria, clínica médica, patologia clínica, anatomia patológica, pediatria e medicina legal, tais como Afrânio Peixoto, Antonio Austragésilo, Franco da Rocha, Ulisses Viana, Henrique Roxo, Fernandes Figueira, Miguel Pereira, Gustavo Riedel e Heitor Carrilho, entre outros (124). É Juliano Moreira que funda a primeira revista psiquiátrica brasileira, em 1905 (69).

Na construção dos saberes que levam ao nascimento e à institucionalização da psicoterapia no Brasil, nota-se o confluir de mais vertentes. Mas, principalmente, a matriz desse nascimento, conforme a escrita desses autores, até o momento, tem berço na medicina.

2.1 MÉTODO EM PSICOLOGIA E FUNDAMENTOS PARA UMA PSICOTERAPIA

De acordo com o que encontramos, ainda nesses artigos, a partir da primeira década de 1900, as teses, ensaios e atividades dos médicos, saídos das duas Faculdades de Medicina, Rio e Bahia “trazem caráter científico mais preciso e interesse Psicológico mais definido, pelo uso de métodos e técnicas de Psicologia de maior objetividade e confiabilidade”. Por exemplo, a tese de Maurício Campos Medeiros, 1907, demonstra tendência a um maior rigor científico: “Métodos em Psicologia”. E a de Plínio Olinto, 1911, “A Psicologia Experimental no Brasil” (59).

Entretanto, é de 1900 a tese de Henrique Roxo, primeiro trabalho de Psicologia Experimental: “Duração dos Atos Psíquicos”, na Faculdade do Rio de Janeiro. Inspirado na Psicologia Experimental do Laboratório de Leipzig e nos trabalhos de Pavlov, Henrique Roxo defende em sua tese que a Psiquiatria tivesse “por propedêutica a Psicologia Científica” (59). Foi ele também o primeiro a orientar teses usando as provas Binet-Simon no Hospício Nacional, e organizou o laboratório de experimentação

psicológica junto à cátedra de psiquiatria. Esse teria o escopo de associar a Psicologia Experimental à Neurologia e à Psiquiatria (59).

É o período em que começam a surgir os Laboratórios de psicologia em hospitais e Clínicas psiquiátricas (59). Os autores nos contam que em 1911, Rivadávia Correa, então Ministro da Justiça, dá início à Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, “ampliando a assistência aos alienados, criando uma colônia para mulheres, semelhante à que existia para homens na Ilha do Governador” (13).

Ocorre-nos questionar por que foi necessário criar este hospital para mulheres nesse período, ao mesmo tempo que associamos as causas aos movimentos migratórios, entre outras possíveis. Nesse período, os imigrantes continuavam a dar conta do trabalho que antes era realizado pelos escravos. Podemos inferir que a mudança radical nas vidas dos imigrantes seria um fator desencadeador de distúrbios. Esses distúrbios poderiam ter se manifestado preponderantemente nas mulheres que tinham o papel social de manter a unidade familiar e ser esteio de todos no momento de crise onde se deixava para trás, e para sempre, a própria casa, para enfrentar o ‘novo mundo’.

Nessa primeira década de 1900 temos notícias de pesquisas realizadas por brasileiros e divulgação do conhecimento, com comunicações científicas, teses e publicações. E Juliano Moreira, em 1914, faz uma comunicação à Sociedade Brasileira de Neurologia sobre o método de Freud (59). No mesmo ano Genserico de Souza Pinto defende tese sobre psicanálise no Rio de Janeiro com o tema “Da Psicanálise: A Sexualidade das Neuroses”. A Tese de Genserico seria o primeiro trabalho, escrito em português, sobre psicanálise (59). E o livro de Franco da Rocha sobre a doutrina de Freud, de 1919, teria sido o primeiro dedicado inteiramente à Psicanálise (59). Em 20 de março desse ano é publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a preleção que o professor Franco da Rocha havia feito na cátedra de Clínica Psiquiátrica para o 6º ano da Faculdade de Medicina, intitulada “Do Delírio em Geral”, em que ressaltava a importância das idéias de Freud para a compreensão dos delírios, dos sonhos e da criação literária. Desse modo a informação sobre a psicanálise chegou ao conhecimento de Durval Marcondes que estava no início do curso de Medicina (19).

2.2 APLICAÇÃO DOS FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER

Embora houvesse estudos teóricos sobre a psicanálise, no Brasil, já a partir de 1899, segundo o que temos em nossos registros, foi somente a partir da década de 1920 “que a disciplina freudiana encontrou maior ressonância no meio intelectual brasileiro. Essa inserção veio influenciar também as práticas dedicadas ao cuidado da criança existentes no país, tanto no âmbito da saúde quanto no da educação” (67, 69).

A difusão das idéias psicanalíticas teria se processado com os trabalhos de Francisco Franco da Rocha, em São Paulo, a partir de 1918 e Júlio Porto-Carrero, no Rio de Janeiro, em 1928 (59).

Nesse mesmo período, Juliano Moreira demonstrava especial interesse pela então chamada “psiquiatria comparada”, ou seja, as manifestações das doenças mentais em culturas diversas, como atesta a sua correspondência com Emil Kraepelin (124). Também, “seu espírito aberto e inquieto” não ignorou a psicanálise; tendo domínio do alemão, conhecia as obras de Freud e tinha uma avaliação crítica delas. Numa resenha em que elogiou o livro de Franco da Rocha, “*O pansexualismo na doutrina de Freud*”, de 1920, referiu que a Sociedade Brasileira de Neurologia vinha promovendo palestras de divulgação da psicanálise e comentou, “com sua ironia peculiar”, que esta era pouco conhecida no país porque, “no Brasil em geral os colegas, em obediência à lei do menor esforço, aguardam que as idéias e as doutrinas passem primeiro pelo filtro francês para que nos dignemos a olhá-las contra a luz (...)” (124).

Note-se que, estando em uma lógica de divulgação do conhecimento, encontramos esse aceno de Juliano Moreira. Uma crítica sutil sobre uma possível necessidade de desenvolver uma atitude de curiosidade e ampliação do conhecimento por parte dos intelectuais brasileiros. Mesmo que essa sua afirmativa possa ter sido apenas uma crítica aos seus opositores, revela o espírito da época.

Adentrando na década de 1920, encontramos que em 1922 é criada a Liga Brasileira de Higiene Mental, responsável pela promoção das “Jornadas Brasileiras de Psicologia”. Com a realização das jornadas a liga “tentava despertar o interesse pela

pesquisa pura e pesquisa aplicada” (59). O médico Gustavo Riedel foi o idealizador e fundador da Liga de Higiene Mental, possivelmente influenciado pela sua viagem aos Estados Unidos, da qual retornava quando deu início à Liga. É o mesmo Riedel que, em 1922, adquire os aparelhos para a fundação do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro. “É provável que ele tenha adquirido os aparelhos – em Paris e Leipzig – como parte dos planos de uma idealização anterior, a do Serviço de Profilaxia Mental, lá mesmo na colônia” (13).

A história do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro talvez teria tido outros contornos se não tivesse encontrado a figura de Waclaw Radecki. Com vasto currículo, adquirido nos maiores centros de formação da época, aluno da Faculdade de Ciências em Florença na Itália, onde forma-se também violoncelista e maestro de orquestra, foi aluno de Flournoy e Claparede na Faculdade de Ciências Naturais de Genebra e assistente do Laboratório de Psicologia, dirigido por esse último. Viajando pela Europa, Radecki tem passagens pelos laboratórios de Kraepelin, Kulpe e Toulouse. “Obtém título de doutor pela Universidade de Genebra com a Tese intitulada “Os Fenômenos Psicoelétricos”. Essa tese seria citada mundialmente em trabalhos que se ocupam de fenômenos eletrodérmicos como em “Ruckmick”. Após seu doutoramento retorna a Cracóvia, para apresentar trabalho em congresso, e é convidado a organizar um Laboratório de Psicologia na Universidade de Cracóvia, onde anos antes havia iniciado seus estudos de Psicologia. Aceita o convite e destacando-se na condução do mesmo produz vários escritos sobre seus experimentos em psicologia e também sobre a psicanálise. Sobre esta última é considerado um dos precursores no estudo da obra de Freud na Suíça, “onde a psicanálise se desenvolveu antes de florescer na França” (13).

Em 1923, Radecki, recém chegado de Varsóvia, Polônia, e tendo passado um curto período em Curitiba, Paraná, onde teria lecionado Psicologia na Faculdade de Ciências Jurídicas, vem à São Paulo e promove conferência no Círculo Oswaldo Cruz e na Sociedade de Medicina e Cirurgia, em cujo boletim publica “Métodos Psicanalíticos em psicologia” (13). Radecki não permanece em São Paulo, pois, viajando para o Rio de Janeiro, encontra em uma livraria o livro “Noções de Psychologia” de Manuel Bonfim (1917) e entrando em contato com ele, esse lhe oferece informações que o levam ao Laboratório de Engenho de Dentro (13). Não encontramos registros em nosso

universo de pesquisa sobre as razões de sua transferência para o Brasil. Encontramos somente que veio acompanhado de Halina Radecka, que teria sido sua aluna e posteriormente tornou-se sua companheira e assistente (13).

Em 1924 nasce e se desenvolve o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro (59, 13), já com um diretor, Waclaw Radecki. Faziam parte da equipe de Radecki no laboratório, sua assistente Halina Radecka, Nilton Campos, Gustavo de Rezende, Lucilia Tavares, Ubirajara da Rocha, Arauld Bretas, Alberto Moore, Antonio de Bulhões Pedreira, Oswaldo Guimarães, Flávio Dias e o último colaborador a ingressar, Jaime Grabois. “Rezende era psiquiatra da Colônia que, com Radecki, desenvolveu algumas produções sobre terapia psicológica e psicopatologia” (13). Note-se que, no universo de nossos registros, até o momento, Radecki é a primeira notícia quanto a atuação de um psicólogo no Brasil, ou seja, não vem de um curso de medicina e nem da área de educação, e sim da formação em psicologia.

São também de 1924 as informações a respeito das produções de João Cesar de Castro e do Professor Durval Bellegarde Marcondes. O primeiro, apresentou tese de doutorado em medicina com o título “Concepção Freudiana das Psiconeuroses”. João Cesar, além da medicina e da psicanálise, interessava-se pela literatura e foi fundador e presidente da Academia Rio-grandense de Letras (48). O segundo, destaca em sua biografia: “Ao começar minha vida profissional em 1924, estimulado pelas lições de divulgação teórica do grande mestre da Psiquiatria em São Paulo, Professor Franco da Rocha, bem como pela leitura das obras de Freud, tive iniciativa de introduzir o tratamento psicanalítico na atividade clínica do país” (06, 19). Poder-se-ia referir então que, os conhecimentos sobre a psicanálise, até esse momento, no Brasil, eram de cunho teórico e que o primeiro exercício de aplicação dessa, teria sido implantado na clínica por Durval Marcondes. “Os primeiros frutos de seu trabalho clínico o entusiasmaram, pois via confirmados, na prática, os primeiros achados da Psicanálise de então” (19).

Já Osório Cesar, baseando-se no referencial freudiano, é considerado o precursor da perspectiva terapêutica por meio da arte no Brasil. Sua prática foi realizada com pacientes internos do Hospital Psiquiátrico do Juqueri e seu primeiro artigo sobre esse tema, datado de 1925, intitula-se: “A Arte Primitiva nos Alienados” (140).

Essa nova perspectiva aparece pela primeira vez em nossos registros, demonstrando o fortalecimento do interesse e formalização da prática psicoterápica. Visto que, até o momento, encontramos referências a trabalhos teóricos relacionados a medicina, a relação dessa com a psicologia, o início da afirmação da psicologia baseada nos laboratórios e a crescente prevalência da psicanálise freudiana, preponderantemente no âmbito da medicina.

Em 1926, Durval Marcondes apresentou como tese de concurso para a cátedra de Literatura no Ginásio do Estado, a monografia que se intitulava “O simbolismo estético na literatura; ensaio de uma orientação para a crítica literária baseada nos conhecimentos fornecidos pela Psicanálise”. Lembrando que Durval Marcondes era um cultor de obras literárias, pintura e música. Sua tese foi prefaciada por Franco da Rocha e é considerada o marco inicial da aplicação da Psicanálise aos estudos literários no Brasil. Freud, em carta que enviou a Marcondes em 18 de novembro de 1926, estimulava-o e dizia que graças ao seu conhecimento da língua espanhola pode entender seu trabalho e “lhe assegurava um sucesso compensador na sua dedicação ao assunto” (19).

Nesse mesmo ano, 1926, Waclaw Radecki e Gustavo de Rezende publicam o livro *Introdução à Psychotherapia*, no Rio de Janeiro (13). É também desse ano, 1926, a afirmação de Ulysses Pernambucano de Mello que “a psicanálise é o meio sutil de penetrar o espírito do ser humano” (48).

Parece que nesse início da década de 1920 houve um maior encorajamento para aplicações relativas as terapias que vinham amadurecendo em termos teóricos: muito claramente com Durval Marcondes e a aplicação clínica da psicanálise (06), a controvertida presença de Waclaw Radecki desenvolvendo seu constructo teórico-prático no Laboratório de Psicologia sobre o “Discriminacionismo Afetivo” – tendo sugerido as premissas dessa aplicação na Psicoterapia no livro escrito com Rezende (13) – e o pioneirismo de Osório Cesar com a Arte Terapia, no Juqueri (140).

Já, em 24 de outubro de 1927, Durval Marcondes, juntamente com Lourenço Filho e Franco da Rocha, entre outros, fundam a Sociedade Brasileira de Psicanálise. (59, 19). Realizada a eleição, Franco da Rocha tornou-se presidente e Marcondes secretário da Sociedade. A criação desta Sociedade foi muito apreciada por Freud, e

sobre ela fez uma referência especial em carta que enviou a Ferenczi em 04 de janeiro de 1928 (19). Esta Sociedade promovia cursos e conferências de divulgação da psicanálise e nas sessões científicas liam e discutiam os trabalhos realizados pelos sócios (19). Nesse ano, também em São Paulo, com a criação do “Instituto de Higiene”, “médicos da estatura intelectual de um Benjamin Ribeiro e de um Paula Soares levam a termo estudos de “psicologia Aplicada”, originando, através dos seus resultados, o “Serviço de Inspeção Médico-Escolar”, onde, onze anos mais tarde, Durval Marcondes, criaria a primeira “Clínica de Orientação Infantil” (59). São também desse ano as publicações sobre psicanálise e educação dos autores Deodato de Moraes e Júlio Pires Porto-Carrero, o primeiro com o livro *A psicanálise na Educação* e o segundo com o artigo “O Caráter Escolar Segundo a Psicanálise”. Essas publicações evidenciam “como as idéias da psicanálise de crianças foram sendo apropriadas pelos teóricos nacionais e como foram sendo incorporadas na prática da assistência à criança no Brasil” (67). Esse dado nos informa que, uma das matrizes da aplicação psicoterápica em relação à criança no Brasil, tem sua origem na educação e assistência escolar.

Até aqui pode-se observar os relatos de um intenso movimento de pesquisa e aplicação de métodos, técnicas e iniciativas direcionadas a redimir os sintomas da doença mental e denotam a preocupação com a compreensão dos mecanismos, etiologia, processos e prevenção dessa. Surgem iniciativas como a arte-terapia, a aplicação da psicanálise e dos princípios da higiene mental na assistência às crianças. E, em nossos registros, aparece o primeiro livro que traz no título a palavra *Psychoterapia*, o de Radecki e Rezende.

De 1928 temos notícias de que Porto Carrero, Deodato de Moraes, Murillo de Campos e Carneiro Ayrosa, fundam a Subsede da Sociedade Brasileira de Psicanálise, no Rio de Janeiro, e nasce a primeira revista brasileira de psicanálise (48). Na sessão de 09 de março de 1928 da Sociedade Brasileira de Psicanálise – de São Paulo – Durval Marcondes foi incumbido de ir ao Rio de Janeiro, para fundar um núcleo de psicanálise, “a fim de constituir uma agremiação que abrangesse todo o país”. Em 17 de junho do mesmo ano no Hospital Nacional de Psicopatas, organizou-se a seção do Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Psicanálise, com a presença de Durval Marcondes. Juliano Moreira foi aclamado presidente e Porto Carrero secretário geral da entidade nacional

(19). Já em 1929 Radecki e Rezende publicam “Contribuições Psychológicas ao Estudo da Demência Precoce”, no Rio de Janeiro (13).

Marco importante foi a criação, em 1928, da *Revista Brasileira de Psicanálise*, já mencionada, da qual foi editado apenas um número, no mês de junho desse ano (19). Este primeiro número traz no sumário os seguintes temas e autores: “A psychologia de Freud”, Prof. Dr. Franco da Rocha; “Os mythos e lendas na loucura”, Prof. Dr. Franco da Rocha; “Os nossos medos secretos”, J. Ralph; “O caráter do escolar segundo a psychanalyse”, Dr. J. P. Porto Carrero; “Um “sonho de exame”: Considerações sobre a “Casa de Pensão” de Aluizio Azevedo”, Dr. Durval Marcondes; “Brutus: Considerações psychanalyticas em torno de um facto histórico”, Paulo Jose de Toledo (19).

Na sessão de 30 de julho de 1929, no II Congresso Internacional de Oxford, houve comunicação de que esta primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise foi reconhecida pela Comissão Executiva Central da Associação Psicanalítica Internacional. O Boletim da Associação Internacional traz um relatório das atividades dessa Sociedade como entidade filiada (19).

Os registros nos dizem também que a divulgação da teoria psicanalítica no meio científico brasileiro, tornou-se uma realidade a partir da década de 1920, “contribuiu para a institucionalização do movimento psicanalítico, através da reorganização de sociedades de Psicanálise surgidas a partir de meados da década de 1940, nos principais centros culturais do país” (67, 19).

Curioso notar que no início de 1900 parecia haver uma dialética dos intelectuais da área permeada pelo pensamento Frances e Alemão. No final da década de 1920 observa-se um deslocamento desses centros influenciadores da intelectualidade brasileira para a Inglaterra, com a Psicanálise. Mesmo se o fundador da Psicanálise, Freud, continua em Viena.

Na história da psicoterapia contada por nossos autores emerge que nas primeiras décadas do século XX, as idéias de Adler competiam em igualdade com as idéias de Freud. “Não seria errôneo afirmar que os muitos sistemas psicoterapêuticos, ou assentam-se no fundamento relacional freudiano ou no fundamento reeducativo adleriano”. Embora este último não seja mencionado tanto quanto o primeiro (100).

2.3 EM DIREÇÃO À FORMAÇÃO DO PSICOTERAPEUTA

Já a fenomenologia, “teria chegado ao Brasil nos anos de 1930. Waclaw Radecki mencionava Husserl no seu *Tratado de Psicologia*, conforme a versão em espanhol”:

En este sentido, la función de discriminación, puede también, ser considerada como función de delimitación subjetiva de lo focal. El mecanismo de discriminación aquí analizado, corresponde, desde cierto punto de vista, a las funciones de abstracción en el sentido dado a este término por Husserl, Külpe y Titchener e al proceso de apercepción de Wundt. (Radecki, 1933, p. 61- apud GOMES e CASTRO, 2010, p. 88)

E Nilton Campos, como vimos, um dos membros da equipe de Radecki no Laboratório de Engenho de Dentro, publicou em 1930 “Psicologia da Vida Afetiva”, influenciado pela fenomenologia e “inspirado pelas idéias da Escola de Würzburg, conduzida por seguidores de Franz Brentano”. Nesse livro, Nilton Campos, “entende o procedimento de observação fenomenológica como a perspectiva mais apropriada para o desenvolvimento da psicologia contemporânea” (100).

Note-se que até essa data os autores nos trazem notícias de que no Brasil havia pesquisa, ensino, divulgação e aplicação do conhecimento, ou seja, institucionalização de perspectivas relacionadas a um franco desenvolvimento em direção à psicoterapia. Encontramos indícios de um esforço contínuo na aplicação do método freudiano, mas parece ter havido também um sério estudo da fenomenologia.

Ainda, na década de 1930, “no bojo das reformas educacionais promovidas no país sob a rubrica do movimento conhecido como ‘Escola Nova’, encontramos as condições necessárias para a introdução da psicanálise de crianças no país” (67). As clínicas de orientação infantil foram instituições criadas pelos serviços de higiene mental escolar surgidos no Brasil nessa década, “com a finalidade de dar exequibilidade aos programas de atendimento ao escolar deficitário, que foram inspiradas nas ‘child garden clinic’ americanas e pesquisavam as questões etiológicas dos problemas de conduta” (67). Com esse dado podemos dizer que a psicoterapia no Brasil tem uma nascente também na educação, além da medicina.

Durval Marcondes e J. Barbosa Correia, em colaboração, traduzem a obra “Cinco Lições de Psicanálise”. Essa vem a ser a primeira de Freud traduzida para o português e aparece nas livrarias em 1931. Nessa década Durval Marcondes difundiu a psicanálise em aulas e seminários e sua preocupação era levar esse conhecimento à comunidade médica. Antecipando o que viria a chamar-se “medicina psicossomática”, defendia que os sintomas corporais são muitas vezes determinados ou agravados por fatores psíquicos, que não respondem ao tratamento medicamentoso (19).

Contemporaneamente, o trabalho de Radecki no sentido de desenvolver pesquisa, ensino, divulgação e institucionalização da psicologia e suas aplicações, alcança seu ápice no Brasil em 1932, quando consegue levar o Laboratório de Psicologia a transformar-se em Instituto de Psicologia. Contudo, após sete meses se dá também o seu fim, e Radecki, juntamente com sua companheira e assistente, Halina, deixa o país, levando seu conhecimento para o Uruguai e Argentina. O Instituto tinha seus objetivos bem definidos e o principal dele era formar os novos psicólogos no Brasil, por meio de um curso de psicologia. Esse curso que “Radecki e seus assistente planejaram em 1932, não era muito diferente dos que encontramos hoje nas faculdades de psicologia espalhadas pelo país” (13). Possivelmente por razões derivadas de luta de poder entre diferentes ideologias impediu-se a continuidade do desenvolvimento desse conhecimento “que já influenciava a formação profissional de psicólogos, médicos e terapeutas no Brasil” (13).

Curioso notar que nesse mesmo ano, 1932, a Liga Brasileira de Higiene Mental propõe a criação do Gabinete de Psicologia ao Ministério da Educação e Saúde (59).

O Brasil desse período sofria profundas transformações sócio-políticas e econômicas. Sugere-se que aspectos não relacionados diretamente ao desenvolvimento da ciência, mas sim dinâmicas de um jogo de forças, em âmbito internacional, influenciavam fortemente todas as áreas de nossa sociedade, da educação à saúde, da política à ideologia e economia. Essa tensão em âmbito mundial redefiniu e selecionou alguns percursos que prevaleceram em todas as áreas do social. Essa seleção realizada por meio de lutas pelo poder, por vezes mais explícita e outras vezes menos, definiu também os rumos da psicoterapia que viria a se desenvolver em nosso país, influenciada por ideologias que prevaleceram em detrimento de outras.

Também nesse ano, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul é instituída a cadeira de Psicologia no curso de Medicina por Décio de Souza. Esse foi aluno de Wertheimer, Murphi, Salomon e Kohler (59).

A partir do final da década de 1920 até o início de 1940 encontramos uma profusão de publicações sobre a psicanálise da criança, esse incentivo a disseminação pode ter se dado devido à influência de analistas brasileiros que fizeram sua formação com Melanie Klein na Inglaterra. Observa-se que a maioria desses autores refere também seu vínculo com a prática higienista, decorrente do trabalho dos precursores desse enfoque no Brasil. Os principais autores da aplicação da vertente psicanalítica nesse período são: Deodato de Moraes, Júlio Pires Porto-Carrero, Hosannah de Oliveira, Arthur Ramos, Gastão Pereira da Silva, Pedro de Alcântara, Durval Marcondes, Virgínia Bicudo e Lygia Alcântara do Amaral.

Durval Marcondes “mesmo combatido, algo marginalizado em sua luta”, persistia em trazer um analista didata para o Brasil. E enquanto “a ciência oficial se opunha ao desenvolvimento de suas primeiras atividades”, ouviu de seu velho professor Franco da Rocha: “Há de chegar um dia em que a Psicanálise será coisa assentada e sabida, aceita por todo mundo. Os próprios detratores dirão: não fui nunca contrário a ela; sempre a aceitei; era lá um ou outro tópico que provocava dúvida, mas sempre admirei Freud e sua doutrina, etc., etc.” (19). Assim como outros estudiosos da Psicanálise, tendo o conhecimento teórico do método de Freud, Durval Marcondes sabia da necessidade de se submeter à análise, para se formar um verdadeiro psicanalista. Na ótica de uma história para a psicoterapia, encontramos aqui a primeira referência concreta a uma séria formação do técnico/ terapeuta. Esta preocupação está implicitamente relacionada ao desenvolvimento da própria psicoterapia como ciência aplicada.

Em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “a partir de 1933, Martim Gomes realiza pesquisas na área da Psicologia Médica”(59).

Em 1936 realiza-se em São Paulo uma “Jornada de Psicologia”, a partir da qual teria sido efetivada a idéia de congregar os psicólogos em uma Associação – futura Sociedade de Psicologia de São Paulo (44). E finalmente nesse ano, os esforços de Durval Marcondes obtêm uma resposta e chega ao Brasil, procedente da Sociedade

Psicanalítica de Berlin, a Dra. Adelaide Lucy Koch, designada pela International Psychoanalytic Association (IPA), por meio de Ernest Jones e Otto Fenichel, para dar início a formação psicanalítica oficial em nosso meio (69, 19). A vinda da Dra. Koch para o Brasil foi favorecida pelo clima insustentável que se estabeleceu em Berlim na iminência da segunda Grande Guerra. O primeiro sintoma foi a queima, em público, das obras de Freud e de outros autores em 1933.

Em julho de 1937, inaugurou-se, em São Paulo, o primeiro centro de formação de psicanalistas. “Pode-se dizer que foi São Paulo que introduziu o ensino sistemático para a formação de analistas na América Latina”, e teve como sede inicial o consultório privado de Dr. Marcondes. Os primeiros alunos foram, além de Durval Marcondes, Virgínia Bicudo, Flávio Dias e Darcy Uchôa e em seguida, como candidatos, Frank Philips, Lígia Amaral, Henrique Mendes e outros (19). Dra. Koch formou-se em medicina na Universidade de Berlin, em 1924. Iniciou sua análise didática em 1929 com Dr. Otto Fenichel, no Instituto da Sociedade Psicanalítica de Berlin e supervisão das Dras. Salomé Kempner e Tereza Benedek. Foi eleita membro da Sociedade Psicanalítica de Berlin em 1935 com o trabalho “Análise de resistência em uma neurose narcísica”.

Cabe abrir um parêntese para dizer que, eventualmente, a vinda da Dra. Koch para o Brasil não se dá somente pela insistência de Durval Marcondes, ou pelo clima insustentável na Alemanha, mas em função de variantes políticas que teriam como centro a dialética de poder da Inglaterra e Estados Unidos. Curioso notar que nesse mesmo período, conturbado, se dá a extradição de Olga Benário, do Brasil para a Alemanha, essa também de descendência judia, assim como Dra. Koch, porém com outro ofício, o Partido Comunista. Compreende-se, aqui, que o desenvolvimento de uma ciência está diretamente relacionada ao aspecto histórico, político, econômico, social e do *zeitgeist*.

Nesse mesmo ano, Antônio Gomes Penna, Eliezer de Carvalho e Nilton Campos, “com a incorporação do Laboratório de Psicologia do Engenho de Dentro pela Universidade do Brasil, produziram trabalhos relevantes”(59). E é em 1939 que Virgínia Leone Bicudo inicia sua experiência na Clínica de Orientação Infantil e faz o segundo ano de análise didática com a Dra. Koch (06). Durval Marcondes relata:

“Fundei e organizei no serviço público de São Paulo a Seção de Higiene Mental Escolar, que foi pioneira na instituição, entre nós, das clínicas de orientação infantil”. Foi nessa clínica, criada por decreto assinado em 28/12/1938, que teve origem o psicanalista de criança no Brasil (06). É também em 1938 que funda-se a *Revista de Neurobiologia*, em Recife, “e seu primeiro número era voltada às idéias Freudianas”(69).

E “o ano de 1940 funge de divisor de águas entre o autodidatismo e a preparação específica. Mas somente em 1950, no campo médico, é que se criam as cadeiras de psicologia” (59).

No período entre 1942 a 1949 encontramos que: foi inaugurado o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil – Engenho de Dentro, o primeiro da América Latina (36); primeiro núcleo de formação técnica e profissional de psicanalistas na América Latina – Koch e Marcondes – (06, 69); é fundada a Sociedade de Psicologia de São Paulo (44); fundado o Instituto Brasileiro de Psicanálise no Rio de Janeiro (69); em Porto Alegre, Mário e Zaira Martins, iniciam, em 1948, a psicanálise infantil com base nas teoria de Melanie Klein (02); Mário Martins, analisado por Angel Garma, na Argentina, em seu retorno começou a atrair vários candidatos para a formação analítica, entre esses estava Davi Zimmermann, que posteriormente inicia “um trabalho revolucionário no atendimento psiquiátrico no Estado do Rio Grande do Sul com difusão para o país” (69); formar-se em psicanálise na APA, a Dra. Maria Alzira Perestrello (61).

Em 1946 temos publicações: Durval Marcondes, “Clínica de Orientação Infantil: suas Finalidades e Linhas Gerais de sua Organização”; Bicudo, “Funções da Visitadora Psiquiátrica na Clínica de Orientação Infantil e Noções de Higiene Mental da Criança” e “Papel do Lar na Higiene Mental da Criança”; Amaral, “Lar substituto e seu Papel na Higiene Mental da Criança” (67).

Outro momento a ser destacado ao longo do desenvolvimento histórico da psicanálise de criança no Brasil é a passagem de um modelo prático de aplicação da psicanálise à higiene mental da criança para um trabalho específico de psicoterapia psicanalítica, que começa a surgir sobretudo a partir das décadas de 1940 e 1950, em instituições voltadas ao atendimento da criança (67).

Encontramos referências às formalizações e produção científica da psicanálise no Brasil, contudo são movimentos já implantados em períodos anteriores e quase exclusivamente na relação Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. Cabe salientar que nesse período, estamos em plena segunda grande guerra, na qual o Brasil também esteve implicado. Podemos inferir que os conflitos de ordem política e econômica determinam também uma “estase” no desenvolvimento global da ciência, particularmente daquelas que se referem ao humano. Sendo um momento de patologia social geral, como é uma guerra, poderíamos dizer que as ciências que se referem a ampliar a consciência do humano, ou de primar pela sua saúde, são preteridas, ou selecionadas conforme interesse de quem vence nessa situação conflitual e patológica.

2.4 TENTATIVA DE RETORNO AOS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA A PSICOTERAPIA

Halley Bessa apresentou no Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em 1948, um trabalho que analisava o modelo de assistência psiquiátrica no Brasil e que identificava como “sub-humano”. Foi a partir da psicanálise que criou um método de aconselhamento psicológico tecnicamente psicanalítico, “porém com grande respeito pela experiência e problemática situacional do paciente e com abordagem cristã no processo de aconselhamento e terapia”. A prática psiquiátrica de Bessa enquadra-se na psicanálise existencial, que tem origem em Sartre (1905-1980), porém dentro da corrente filosófica existencial cristã de Gabriel Marcel (1889-1973), e, como método, na forma de abordagem clínica praticada pelo psiquiatra austríaco Viktor Emil Frankl (1905-1997) (101).

Na década de 1950 dois fatores históricos teriam contribuído para inserir a psicanálise da criança no âmbito da medicina: a disseminação relativa a psicanálise de criança no meio científico – influenciada pela educação – e o fato de ter surgido uma área de atuação denominada psiquiatria infantil dentro da psiquiatria. Tomando como referência o modelo teórico e técnico da psicanálise, surgem instituições, vinculadas a serviços públicos de saúde, com a finalidade de prestar atendimento psicoterápico às crianças que manifestavam problemas de ordem emocional (67). Essas instituições são

respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, Clínica de Orientação Infantil do Serviço de Higiene Mental Escolar e Clínica de Orientação Infantil do Departamento Nacional de Saúde Mental (DINSAM) do Ministério da Saúde e a Clínica de Orientação Infantil do Instituto de Psiquiatria da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, vinculada à então Universidade do Brasil (67). E Maurício Knobel dedica-se à Psiquiatria e Psicologia infantil e da adolescência desde a década de 1950 (142).

É de 1951 o livro *O Método Fenomenológico na Psicologia*, de Nilton Campos; esta publicação resultou de sua tese de doutorado na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e indica a vertente comum dos “conceitos fundamentais do método fenomenológico e da psicologia da Gestalt e sua relação com a psicologia empírica de Brentano” (100).

Em 1952 a Dra. Maria Alzira Perestrello profere uma série de palestras para as mães, a partir do referencial winicottiano, juntamente com Ana Eliza Mercadante e Mara Salvini de Souza. E em 1953, institui a “Hora do Brinquedo” segundo Melanie Klein, na Clínica de Orientação da Infância do Instituto de Psiquiatria, no Rio de Janeiro (61). Nesse ano, ainda, nasce a Clínica de Orientação Infantil do Instituto de Psiquiatria da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Essa clínica converteu-se em um importante pólo de difusão do pensamento kleiniano, por intermédio da atuação de Décio Soares de Souza junto à instituição (67). Professor da Clínica Psiquiátrica da Universidade do Rio Grande do Sul, Décio Soares de Souza retorna ao Brasil depois de sua formação em psicanálise no Instituto da Sociedade Britânica de Psicanálise. Colaborou na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e foi professor analista didata na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano pronuncia na “Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal”, uma conferência sobre o relato de uma criança tratada por ele na Inglaterra sob a supervisão de Melanie Klein (61, 67, 06).

Em meados da década de 1950 teria lugar a “associação entre fenomenologia e existencialismo nos círculos acadêmicos brasileiros”. Nesse sentido, no campo da psicoterapia, o trabalho apresentado por Enzo Azzi, em 1954, seria considerado um “importante capítulo” desse encontro. Azzi discorre sobre a “atitude filosófico-científica da pesquisa fenomenológica em psicopatologia. Considera Heidegger o maior

influenciador do campo e Binswanger, o principal elaborador”. Azzi destaca uma importante distinção entre a Analítica Existencial, entendida como “classificação filosófico-fenomenológica da estrutura *a priori* transcendental do *Dasein*, e a Análise Existencial, que significa a análise empírico-fenomenológica dos modos e formas concretas do *Dasein*” (100).

Note-se que das duas últimas décadas temos notícias quase que exclusivas da disseminação do conhecimento e da institucionalização da psicanálise. Porém, no final da década de 1940 e meados da década de 1950, encontramos referências como a logoterapia, a fenomenologia e o existencialismo. Esse último bem analisado por Azzi em seu fundamento filosófico e aplicação prática psicoterápica.

2.5 QUEM SÃO OS “LEGÍTIMOS À PRÁTICA PSICOTERÁPICA” ?

Já em 1955, encontramos o contundente artigo “Do Ensino e Regulamentação da Psicoterapia”, escrito pela Dra. Iracy Doyle, curiosamente o artigo mais antigo que compõe o universo de nossa pesquisa. Nele, a autora apresenta os fatos externos e os bastidores de caráter técnico e político, tanto nacionais como internacionais sobre as disputas, nessa década, em relação ao monopólio do exercício da psicoterapia. Entre outros dados refere que é nesse período que a Associação Brasileira de Psicotécnica apresentou ao Ministério de Educação e Cultura um projeto regulamentando o ensino de psicologia, na Faculdade de Filosofia e Letras, com um curso de 3 anos, que seriam considerados básicos e mais 2 anos de especialização no âmbito educacional e clínico. Ao mesmo tempo em que se realiza o 1º Congresso Latino-Americano de Saúde Mental em São Paulo, que “aprova duas moções”: a primeira “recomenda que uma comissão de médicos-legistas, bem inteirada a respeito das exigências da preparação analítica, estude o assunto meditadamente, a fim de sugerir que os progressos já conseguidos no campo da psicanálise em nosso meio não sejam amputados, contrariando o próprio espírito da lei”. A segunda estabelece, apressadamente, que a “prática da psicoterapia por pessoas não diplomadas em medicina constitui infração penal” (15). E continua:

Gordon Hamilton, um dos grandes nomes atuais no campo da psicoterapia, insiste na vantagem da análise pessoal, mas ressalta a ‘importância de uma aptidão natural para a psicoterapia, condição nem sempre presente, quer entre médicos, quer entre assistentes

sociais'. Nem mesmo a análise extensiva compensará as deficiências de um terapeuta que não tem capacidade de se envolver emocionalmente, e de modo espontâneo, em relações humanas. Continua a ser verdade, como disse Francis Peabody, que, 'a despeito de todo treinamento formal do mundo, o segredo do tratamento continua a residir no interesse genuíno pelo paciente (DOYLE, 1955, p. 39).

Notamos também aqui o esforço em definir o que seria um psicoterapeuta e as condições necessárias para formar-se e exercer este ofício.

Nessa época aparecem indícios de um grande movimento em direção à institucionalização da psicoterapia, e parece haver uma disputa entre as áreas – médicos e não médicos – para consolidar-se como “legítimos à prática psicoterápica”. Veja-se que em 1954, em São Paulo, contemporaneamente, Anita de Castilho Cabral, da Faculdade de Psicologia, apresenta projeto ao legislativo e Durval Marcondes iniciou o curso de psicoterapia na Faculdade de Filosofia, sem aguardar a legislação (15). Já em outro texto aparecem informação de que Durval Marcondes teria iniciado, nessa data, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo curso de formação especializada em psicólogo clínico (06).

Em 1954, psicólogos brasileiros criam a Associação Brasileira de Psicologia e o Arquivo Brasileiro de Psicologia publica o anteprojeto da lei sobre a formação de Psicólogo (59).

Em 1962, quando regulamentada a profissão de psicólogo pela Lei n.4.119, em 27 de agosto, foi referido que cada curso de Psicologia deveria organizar serviços de atendimento para que os alunos, sob supervisão docente, praticassem o que lhes foi ensinado nas disciplinas da graduação. “Esses serviços, conhecidos como clínica-escola, passaram a constituir tanto locais onde os alunos da graduação pudessem exercer os estágios e aplicar o que aprenderam nas disciplinas, como oferta, feita pela universidade, de prestação de serviços de atendimento psicológico, gratuito ou semi-gratuito, à comunidade” (77). Ainda, ao implementar a referida lei, o Ministério da Educação afirmava que o “treinamento de psicólogo” deveria ser feito na Faculdade de Filosofia [em vez de em institutos fora da Universidade, como queriam os psicotécnicos, no projeto enviado a MEC em 1953]. “Com essa lei ganhou status legal a profissão de psicólogo, complementada pelo registro obrigatório no Ministério da Educação” (01). Essa lei, promulgada pelo Presidente da República João Belchior

Goulart, em 27 de agosto, “é o primeiro diploma legal específico sobre ‘Cursos de Formação de Psicólogos’”. No primeiro item do texto encontramos: “Permite aos portadores de diplomas ou certificados de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica e Psicologia Aplicada ao Trabalho (...)” (59).

Em 1958, “antecipando a lei, algumas Faculdades de Filosofia inauguram cursos básicos de psicologia”, como a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (01). Este dado revela que, sobre a institucionalização da psicologia, houve movimentos, antecedendo de muito a lei que viria a ser aprovada em 1962, sobre a “profissão e atuação do psicólogo no país”. Note-se que na década de 1930 aconteceu uma reunião que precedeu à formalização da Associação de Psicólogos, na década de 1950, consolidada esta Associação e criando-se os cursos, em 1958, houve lastro para legalizar a atuação profissional do psicólogo. Essa informação contribui para revelar como foi construído o percurso que sustenta também um trajeto de psicoterapias no Brasil.

2.6 NOVAS PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO A “VISÃO DE HOMEM E DE MUNDO” E “OUTROS HORIZONTES PARA A PSICOTERAPIA”

É em 1954 que Virginia Bicudo desenvolveu um programa de divulgação de princípios de higiene mental segundo a Psicanálise em São Paulo, esses textos geraram o livro *Nosso Mundo Mental*, publicado em 1955. Nesse ano, participa de seminário dirigido pela Dra. Thelma Reka, nessa oportunidade conheceu Dr. Luiz Prego e Silva e Dra. Vida de Prego, uruguayos, vindo a convidá-los para cooperar no Instituto de Psicanálise, na formação de analista de criança. Também, Ligia Alcântara Amaral inicia seu trabalho “Observação Mãe-Bebê” (06).

Na década de 1950, Nise da Silveira, no Rio de Janeiro, coordenou e desenvolveu ateliês de arte com pacientes psiquiátricos internados. “Ela rompeu barreiras, trazendo inovações com suas propostas terapêuticas e recebendo notoriedade nacional e internacional”. Em 1952, reunindo material produzido nos ateliês de pintura, fundou o Museu de Imagens do Inconsciente. Em 1954 enviou correspondência a Jung com o objetivo de obter mais informações sobre o que observava nas imagens

produzidas pelos pacientes no ateliê, imagens em formas circulares, de mandala. “A partir de então, houve um estreitamento na relação entre os dois, abrindo portas para a exposição de obras produzidas pelos pacientes do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro, intitulada “A Esquizofrenia em Imagens”, que ocorreu em Zurique em paralelo ao II Congresso Internacional de Psiquiatria” (140). Em 1957 e 1958 ela realiza estudos no Instituto C. G. Jung de Zurique, com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa. Nise foi uma grande incentivadora da arte terapia (140).

Davi Zimmermann inicia em 1957, em Porto Alegre, o primeiro curso de “formação psiquiátrica com orientação psicodinâmica e especial enfoque na psicoterapia de orientação analítica”. Os novos psiquiatras formados nesta orientação passaram a trabalhar nos grandes hospitais públicos (69).

Na década de 1950 entraram os psicofármacos no tratamento dos transtornos mentais, abrindo-se outras possibilidades como o atendimento ambulatorial, as psicoterapias grupais, as breves e outras modalidades de psicoterapia. “Aos poucos foi-se observando a diminuição dos leitos hospitalares e o florescimento da clínica privada” (69).

De 1955 a 1959 Virginia Bicudo esteve em Londres em análise com Frank Philips e seguiu os cursos da Tavistok Clinic com Dr. Bowlby e no Instituto de Psicanálise da Sociedade Britânica “frequentando os seminários de Mrs. Klein, Mrs. Esther Bick com quem fez curso de observação do bebê e as supervisões de análise de criança” (06). E o Dr. Manoel Thomaz Moreira Lyra chega ao Rio de Janeiro após sua formação psicanalítica em Londres e com o título de analista de criança (61). Já o Dr. Haim Grünspum, em sua publicação, traz uma série de casos recolhidos na clínica de psiquiatria do Hospital dos comerciários, onde mantinha uma seção de arteterapia. Além de material de sua clínica particular (23). Ainda, em Porto Alegre, de 1950 a 1970 “pode-se afirmar que o referencial dominante foi o de Melanie Klein” (02).

Iniciamos 1960 ainda com os higienistas. “Com base na psicanálise os higienistas passaram a dar maior consideração aos primeiros anos de vida, como período mais importante para o procedimento profilático”. Organizam-se e propagam-se clínicas de orientação pré-natal, infantil, orientação de noivos, creches, etc., no intuito

de levar aos pais e mestres e a todos tendo sob seu cuidado a criança, novas atitudes para com ela (06).

Em Porto Alegre Marcelo Blaya cria a Clínica Pinel – Associação Encarnación Blaya – após ter finalizado sua formação nos Estados Unidos. Oferece serviços como socioterapia, grupos operativos, ambientoterapia, reuniões comunitárias. Em suas atividades, insere o trabalho do psicólogo e do assistente social nas equipes de trabalho. Como parte desses “novos serviços”, incluía-se a prática de um agente específico, que, nesse momento tinha o nome de “atendente psiquiátrico”. A inclusão desses “atendentes” na equipe foi proposta por Blaya, que, durante a sua formação, teria ficado interessado no trabalho desenvolvido por esses agentes que andavam com os “loucos” pelas ruas americanas. (134).

Em 1961, Germano Vollmer, Emília Messias e Beatriz Piccoli criam o Serviço de psiquiatria Infantil do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre (02). Nesse mesmo ano Beti Katzenstein, em São Paulo, passa a utilizar o teste de Rorschachs em avaliações de crianças e refere que o mesmo foi aperfeiçoado nos últimos 40 anos pelos autores Zulliguer, Klopfer, Behn, Bonm e outros (55). É a primeira vez que encontramos referência à utilização de teste psicológico em nossos registros, aplicado à área clínica de crianças.

O histórico da Gestalt-terapia no Brasil possui alguns marcos e datas, mas remonta à década de 1960, “à luz da influência do pensamento de Carl Rogers, do psicodrama, da pedagogia de Summerhill (na Inglaterra) e da famosa revolta estudantil de 1968, em Paris” (103).

É importante ressaltar também que em 1961 é evidenciada a nova ordem psicanalítica de Jaques Lacan pelo Professor Luiz Carlos Nogueira. Encontra a psicanálise por meio de Durval Marcondes no Curso de Especialização em Psicologia Clínica, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Nogueira, tendo formação filosófica – realizada com Padre Henrique de Lima Vaz – e uma formação intelectual baseada em pensamento rigoroso, “no sentido de pensar a partir de fundamentos”, sentiu necessidade de buscar os fundamentos da psicanálise. Nesse período foi-lhe indicado o livro de Paul Ricoeur, *Da Interpretação – Ensaio sobre Freud*, “me dei conta de que havia lá uma elaboração a partir da linguagem pelo

psicanalista Jacques Lacan. E isso me interessou muito, porque eu encontrava aí bases não biológicas para a prática psicanalítica, que era já certa hipótese que eu estava construindo” (121).

De 1963 temos notícias de que “na separata de ‘Regulamentos, Cursos e Programas’, publicada pelo Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, já constava o ‘Regulamento para a formação de Psicanalistas de crianças’” (61). E, também no Rio de Janeiro, o Professor E. Portella Nunes apresenta tese de Livre Docência intitulada “Fundamentos de Psicoterapia”, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal, introduzindo com pioneirismo as idéias de Heidegger e Binswanger no campo da Psicologia no Brasil (17). Note-se que sobre a relação Heidegger e Binswanger, já encontramos a análise aprofundada pelo Prof. Azzi, como anteriormente citado.

Cinco anos de silêncio. Após 1963 nossos autores voltam a referir dados somente a partir de 1968. Este silêncio poderia ser a expressão de uma realidade semovente que perpassava a nossa sociedade, materializada no golpe de 1964, refletida na repressão da intelectualidade e criatividade no país neste período.

De 1968 nos chegam notícias do Rio de Janeiro, quando já se estruturava uma experiência de comunidade terapêutica na seção Olavo Rocha do Hospital Odilon Gallotti, tem início uma tentativa de grupos dramáticos (10). Nesse mesmo ano Maurício Knobel publica com Jaime Spilka, também psicanalista, o artigo “Acerca da Psicoterapia Breve”, na “Acta Psiquiátrica e Psicológica da América Latina” (142).

É de 1969 a primeira publicação sobre “Fenomenologia Relacionada à Psicologia”, da qual se tem conhecimento, intitulada “Aspectos Existenciais do Suicídio”, de Zacaria Ali Ramadan, médico, psiquiatra e psicanalista, foi aluno de Portella Nunes (17). Nesse ano a “experiência em Acompanhamento Terapêutico” de Porto Alegre rendeu alguns “frutos” e produziu “férteis sementes”, como as que brotaram no Rio de Janeiro, em novembro de 1969, quando iniciaram os trabalhos da Clínica Villa Pinheiros. A experiência carioca atribuiu um novo nome e acabou tomando um referencial teórico distinto para demarcar essa prática: tratava-se agora do “auxiliar psiquiátrico”, com uma influência mais para o lado da psicanálise do que propriamente dos pressupostos teóricos da comunidade terapêutica americana” (134).

Nos conta Bernard Rangè que “nessa época, sobretudo no Rio de Janeiro, por influência de um velho amigo, Geraldo Lanna, a terapia comportamental era chamada de “condutoterapia”, e as primeiras informações que tive sobre trabalhos nessa área vieram de uma aula de Octávio Soares Leite sobre a sessensibilização sistemática de Joseph Wolpe, em um curso que ele ministrava sobre Aprendizagem Humana, em 1969. Foi assim que começou a surgir, no Rio de Janeiro, um grupo de pessoas interessadas em terapia comportamental, rodeadas em torno de Octávio” (130).

Rachel Léa Rosemberg, juntamente com seu Professor Oswaldo de Barros Santos, do qual era assistente na época, criou em 1969, o Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), na Universidade de São Paulo, “que coincide com o período inicial do reconhecimento da profissão de psicólogo no Brasil, no delicado momento político em que o país atravessava, em função do regime militar” (117). É uma das primeiras instituições a integrar oficialmente a Abordagem Centrada na Pessoa como opção de prática na formação de psicólogos e oferecer aconselhamento psicológico à população. “No pós-graduação em psicologia Clínica do Instituto de Psicologia dessa mesma universidade, a primeira Dissertação de Mestrado em Psicanálise foi a de Yutaka Kubo, “Algumas Considerações sobre a Inveja do Pênis: Breve Estudo de um Caso Clínico”, em 1969, sob a orientação do Professor Durval Marcondes, psicanalista e fundador da Clínica Psicológica do mesmo Instituto” (129).

Durante a década de 1960 na América Latina também foram ocorrendo mudanças nos trabalhos em Saúde Mental. No Brasil isso se evidencia, por exemplo, com a criação de comunidades terapêuticas no Rio, São Paulo e Porto Alegre (71). “A década de 1960, no Brasil e no mundo, pode ser caracterizada como os *anos instituintes*, quando pensávamos mudar o mundo, quando nossos sonhos e utopias seriam realizados”. Acontece no início dessa década o movimento antimanicomial, iniciado por Basaglia, na Itália (71).

Esse foi um período onde floresceram muitas visões de homem e sua relação com o mundo. Por exemplo, se quisermos pensar em termos de “escolas de psicologia” vemos aqui a expressão de uma psicologia presente na realidade brasileira sublinhando as três principais correntes: psicanálise, psicologia comportamental e psicologia

humanista. Podemos dizer que, nesse momento já fazíamos história como psicologia e consequentemente como psicoterapia.

2.7 PSICOTERAPIA: REPENSANDO A PRÓPRIA PRÁTICA

Sobre a virada da década de 1960 para 1970 contam que “algumas práticas ‘psi’ entraram num processo de repensar as suas atividades terapêuticas”. Nesse contexto, surgem reflexões que conduzem à análise da “implicação política” dos profissionais que trabalham na área ‘psi’. A subjetividade passa a ser pensada “enquanto produção histórico-social” e, além disso, surgem reflexões sobre “[...] os efeitos que nossas práticas, nossos modelos e saberes estão produzindo/ reproduzindo e fortalecendo no mundo” (134).

Dizem também que a “imagem da psicanálise, ao longo dos anos 1960 e 1970 foi associada a movimentos de transformação social, constituindo-se numa estratégia de grande valor político. A ênfase na privatização e nuclearização da família, na responsabilidade individual de cada um dos seus membros, a ênfase nos projetos de ascensão social, na descoberta de si mesmo, na busca da essência e na libertação das repressões, foram algumas destas estratégias que culminou na produção de uma psicologização do cotidiano e da vida social e num esvaziamento político” (119).

Também nas décadas de 1960 e 1970, Maurício Knobel, em companhia de Arminda Aberastury, sua grande amiga e parceira no desenvolvimento da Psicanálise Infantil e da Adolescência, publica *Adolescência Normal* (142).

Nesse mesmo período se dá o “desenvolvimento mais expressivo e intenso das vertentes de psicopatologia e psicoterapia associadas à fenomenologia no Brasil”(100). “Historicamente, desde o emparelhamento com as vertentes humanistas – muito pela aproximação com o Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa ou Psicologia Humanista – a fenomenologia e o existencialismo passaram a ser impulsionados e identificados com o humanismo no Brasil” (100).

Curiosamente todo esse movimento acontece em um período “duro” da história de nosso país. Mas, parece que a situação dos psicólogos não era de todo serena nestes

anos, especialmente os dedicados ao âmbito terapêutico, embora celebrassem as conquistas recentes.

Após várias tentativas e encontros com presença parcial das entidades representativas dos psicólogos, já atuantes em diversas regiões do Brasil, estes unem-se como classe e profissão.

A 17 de janeiro de 1973, uma Comissão, composta pelos Psicólogos Clínicos: *Elisa Dias Velloso e Therezinha Lins de Albuquerque* e pelo médico psiquiatra *Samuel Menezes Faro*, entrega ao Senhor Ministro da Saúde, Dr. Mário Machado Lemos, um *Memorial*, assinado pelo Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, Psicólogo *Aroldo Soares Rodrigues*, solicitando a anexação do documento aos autos dos processos no. 000918/72, 000944/72 e 000031/72, onde se contrariam e se contrastam posições explícitas daquele Ministério contrárias aos direitos do Psicólogo ao uso da Psicoterapia. (SOARES, 1979, p.31)

Expondo a posição da ABPA a missiva declarava-se contrária a proposição do Ministério da Saúde de alterar a legislação que regulamentava a formação do Psicólogo no Brasil. Como se vê as dificuldades para a afirmação dos direitos, já adquiridos de fato, para o exercício da psicoterapia, pelo psicólogo no Brasil, eram muitas e de diversas ordens.

Entre 1970 e 1973, Zacaria Ali Ramadan publica “Esboço de uma Fenomenologia do Psicodrama” e “Elementos para uma Psicoterapia de base Fenomenológica”, entre outras publicações que irão aparecer nas décadas de 1980 e 1990 (17).

A idéia do auxiliar psiquiátrico teve início na década de 1970 em Porto Alegre, como já vimos, na experiência da Clínica Pinel, chegando depois às comunidades terapêuticas do Rio de Janeiro. “Mesmo com o fechamento das comunidades terapêuticas, no final da década de 1970, os auxiliares psiquiátricos continuaram a ser solicitados por terapeutas e familiares que buscavam alternativas à internação” (71).

Nessa década, 1970, “trabalhando de forma independente, Knobel, na Universidade de Campinas e Universidade Católica de Campinas, e Simon, na Universidade de São Paulo, desenvolveram modelos psicoterápicos flexíveis, nos quais ganha expressividade a figura do terapeuta” (63). Chegam notícias também de que “as

psicoterapias breves, que surgiram na Europa e nos Estados Unidos após a segunda grande guerra, começaram a ser praticadas no Brasil, destacando-se o trabalho de Hess e Meira” (63).

A exemplo a Gestalt-terapia é reconhecida como tendo sido efetivamente introduzida no Brasil a partir das figuras de Thérèse Tellegen – uma holandesa que conheceu a nova abordagem em Londres e que fez treinamento com os Polster, em San Diego – e de Jean Clark Juliano, que, em idos de 1970, realizaram trabalhos no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (103). Já o trabalho com técnicas dramáticas começou anteriormente a esse período. “No entanto, é em torno de 1970 que atingimos as condições mínimas de discernimento e maturidade para proporcionar alguma formalização à experiência em questão” (10, 21).

É também em 1970 que acontece o III Congresso Internacional de Psicodrama e I de Comunidade Terapêutica em São Paulo (10). E, especificamente, “tem início em junho de 1971, quando já funcionava, há mais ou menos 3 anos, uma experiência terapêutica de Comunidade Terapêutica em que participavam alunos e professores do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor E. Portella” (10). A Terapia Familiar desenvolve-se em meados dessa década, com a “criação de Centros de Atendimento em várias regiões do país, bem como a inclusão da disciplina de Terapia Familiar nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia, mais especificamente na área da Psicologia Clínica” (35).

Nesse período, como já se viu anteriormente, é o momento da influência dos profissionais da área ‘psi’, vindos da Argentina. De 1970 até 1972 houve a colaboração da Dra. Arminda Aberastury, da Associação Psicanalítica Argentina, mensalmente em São Paulo, para desenvolver um seminário sobre análise de criança (06). Durante esse mesmo período o programa da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, patrocinado pela Fundação do Bem-Estar do Menor, chamado mais tarde de Help, atendeu a 702 jovens, compreendendo 1.500 horas-consultas (63). Enquanto a Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre, em 1972, recebeu a visita de Arminda Aberastury e Elizabeth Garma, que ministraram conferências, seminários e supervisões (02).

O ano de 1972 parece ser pródigo em produções na área da psicoterapia, em diferentes abordagens. É de Thérèse Tellegen o primeiro artigo sobre Gestalt-terapia no Brasil, intitulado “Elementos de Psicoterapia Gestáltica”, publicado no *Boletim de Psicologia* da Sociedade de Psicologia de São Paulo. Esse artigo foi produto de uma apresentação sobre o tema no “Ciclo de Estudos sobre Temas Atuais em Psicoterapia”, realizado entre maio e junho do mesmo ano, em São Paulo, promovido pela SPSP (103). Do Rio de Janeiro, relata Bernard Rangé: “meu primeiro cliente, ICC, apresentou-se com um quadro que, naquele longínquo ano de 1972, era chamado de “neurose de angústia”, mas que hoje será classificado como Transtorno de Pânico (TP) com Agorafobia (AGO)” (130). Enquanto isso, Jorge Ponciano Ribeiro recebe o título de mestre com o trabalho intitulado “Introdução ao Pensamento Psicoterapêutico de Sigmund Heinrich Foulkes” (106).

Em 1973 continua a multiplicidade em direção à especialização. Thérèse Tellegen, Jean Clark Juliano, Walter da Rosa Ribeiro e Tessy Hantzschel passaram a desenvolver um grupo de estudos sobre a Gestalt-terapia (103).

Dentre os psicanalistas pioneiros nos estudos da Psicanálise em Lacan no Brasil, o professor Luiz Carlos Nogueira foi certamente um dos mais produtivos. Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, defendeu seu doutorado em 1973 (129). Relata E. B. Pinto: “Conheci Luiz Carlos Nogueira no início dos anos 1970, como professor e supervisor de psicoterapia no curso de graduação em psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IP USP. Já naquela ocasião ele estudava Lacan e se interessou pela minha contribuição em sala de aula a respeito dos conceitos de significado/ significante em Saussure” (129).

E Rachel Léa Rosemberg doutorou-se em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP, também em 1973, defendendo a tese “Um Estudo da Percepção de Condições Psicoterápicas em Grupos de Anconselhamento Psicológico” e nesse ano também publicou “Psicologia do Superdotado” (117).

Como pioneiro no uso do termo “psicoterapia breve” foi o trabalho de Oliveira, Pereira e Bastos, em 1974, que se refere a uma experiência com grupos de tempo limitado, realizado no setor de Pesquisas Psicanalíticas do Instituto de Psiquiatria da

Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte de estudos mais amplos que vinham se desenvolvendo ali há cerca de doze anos (63).

É também em 1974 que o Professor Luiz Carlos Nogueira, já tendo defendido seu doutorado baseado no texto de Paul Ricoeur, convida Durval Checchinato, que havia feito mestrado na França, para participar do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, coordenado por ele na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Em seguida contataram Jacques Laberge, sediado em Recife, que havia feito análise na Escola Freudiana em Paris. Os três realizaram um primeiro encontro na casa de Nogueira e decidiram organizar um encontro maior (121).

Na área de Humanidades da Universidade Federal do Ceará foi fundado, em 1974, o Curso de Graduação em Psicologia no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia (82). Já, no Centro de Estudos de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bastos, em 1974, busca aplicar a técnica de psicoterapia breve, em substituição à análise de grupo até então praticada, e que se verificava incompatível com a realidade institucional vivida (94). E Rachel Léa Rosemberg, a partir de 1974, dedicou-se especialmente ao atendimento psicoterápico do idoso, tornando-se membro do Grupo de Planejamento e Coordenação do Centro de Gerontologia do Instituto Sedes Sapientiae (117).

Em outubro de 1975, Nogueira, Checchinato e Laberge realizaram um encontro maior e decidiram criar o “Centro de Estudos Freudianos, primeira instituição para transmitir a psicanálise do ensino de Lacan no Brasil”. No mesmo ano no Rio de Janeiro Magno Machado Dias e Betty Milan, que também haviam estado em Paris, criam o “Colégio Freudiano do Rio de Janeiro” (121).

Em 1976, em São Paulo, o casal Prego e Silva realiza um curso sobre Psicanálise de Criança, desenvolvendo programa baseado em Sigmund Freud, Melanie Klein e Esther Bick (06). Nesse mesmo ano, um grupo formado por Walter Ribeiro, Paulo Barros, Lilian Frazão e Abel Guedes, entre outros, passou a reunir-se, enquanto grupo de estudos em Gestalt-terapia ou grupo de “formação informal”. A partir dessa data, a Gestalt-terapia passou a disseminar-se pelo País (103). Nesse mesmo ano refere-se a publicação no Brasil do livro de John Stevens, intitulado *Tornar-se Presente*, onde o autor descreve um conjunto de experimentos utilizados em Gestal-terapia. Essa

publicação – com ênfase primordialmente técnica, teria antecedido uma série de reflexões teóricas, filosóficas e epistemológicas relacionadas à Gestalt-terapia e teria concorrido para a delimitação de uma imagem de abordagem “ateórica”, ou frágil, no meio acadêmico da Psicologia brasileira (103). Retornando ao Brasil, nesse ano, Jorge Ponciano Ribeiro, inicia no Instituto Brasileiro de Psicologia e Educação – IBPE – o curso de Especialização em Psicoterapia de Grupo. Ribeiro havia concluído seu curso de Doutorado em Psicologia na Pontefícia Università Salesiana de Roma. (106).

No ano de 1976 acontece o curso de especialização “Gestalt – Reich”, coordenado por Thérèse Tellegen e Tessy Hantzschel (Gestalt) e Ana Verônica Mautner e Antônio Carlos Godoy (Reich) (103).

Em 1977 surge a primeira formação propriamente dita com Walter Ribeiro em Brasília, contudo o primeiro núcleo formal de Gestal somente veio a ser iniciado em 1981, em São Paulo (103). É também em 1977 que Maurício Knobel traz outra valiosa contribuição publicando *Psiquiatria Infantil Psicodinâmica*. Com um olhar diferenciado sobre os cuidados da criança e debruça-se em uma compreensão dinâmica das psicopatologias infantis, desprezando rotulações simplistas antes descritas sobre essas manifestações patológicas. Essa obra, apesar de nunca ter sido publicada em português, contribuiu muito para a Psicologia brasileira, ao abrir uma visão compreensiva das psicopatologias infantis, respeitando-se o desenvolvimento da criança em seus aspectos psicológicos, culturais, de relações psico-afetivas e também orgânicos, compreensão esta já muito moderna para a época em que foi publicada (142). Em Recife, Gercileni Campos participa de um workshop coordenado por Carl Rogers, criador da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Rogers veio ao Brasil para realizar um grande Workshop que ocorreu na Fazenda Arcozelo, no Rio de Janeiro. Junto com Rogers veio sua equipe constituída por John Wood, Maria Constança e Jack Bower, e Maureen Miller O’Hara (82). Da participação efetiva de Rachel Léa Rosemberg com Carl Rogers, surgiu *A Pessoa como Centro*, em 1977 (117).

Já em São Paulo, nesse movimentado 1977, em meados de junho, Mário Fuks foi apresentado a Madre Cristina Sodré Dória (Madre Cristina Maria), diretora do Instituto Sedes Sapientiae. Recém chegado ao Brasil, vindo da Argentina, entrou em contato com um grupo de psicanalistas brasileiros que haviam iniciado um projeto de

formação em psicanálise no âmbito do Sedes. Esses estavam interessados em que o grupo de argentinos se incorporasse ao grupo de professores. (Juntamente com outros psicanalistas o autor, no momento, era exilado político) (18). Com a riqueza e a clareza de idéias que caracterizavam Madre Cristina, expôs o processo de elaboração e maturação ideológica que tinha percorrido o Sedes (e que pouco tempo depois ficaria plasmado na Carta de Princípios), concluindo com as seguintes palavras: “Sejam bem-vindos; sabemos do momento que vocês estão passando porque em 1968 e 1974 passamos por circunstâncias muito parecidas. Hoje abrem-se aqui algumas brechas que podemos aproveitar e pelas quais podemos avançar. Fiquem conosco – é muito o que nos podem ajudar. Esta é a sua casa” (18).

“O projeto nasceu com o nome de “Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”. Depois, descobrimos que não se tratava de uma iniciativa para desvincular-se de uma “identidade psicanalítica” estereotipada que tínhamos reconhecido como um obstáculo para o próprio desenvolvimento da psicanálise, mas o nome tinha sido uma solução de compromisso, uma concessão às pressões da Sociedade de Psicanálise. Mudar o nome para “Curso de Psicanálise”, aconteceu em determinado dia “sem maiores cerimônias” (18, 42).

Note-se aqui também um movimento de alas da psicanálise procurando sair de uma visão individualista e hermética, como era percebida, para um movimento também de abertura.

O Brasil nesse período – 1977 – procurava sair de uma ditadura que já durava 13 anos. “O questionamento científico, ideológico e político da instituição oficial – Sociedade de Psicanálise – e do perfil do analista que ela promovia, não como crítica das pessoas individuais que faziam parte dela, mas como efeito de dominação de um sistema, caracterizou, por muito tempo uma boa parte de nosso trabalho. Era também sobre estas questões de base que se recortavam os problemas da construção do ‘alternativo’, principalmente na hora em que a consolidação e um projeto desse tipo encarava a possibilidade e os riscos de uma ‘institucionalização’” (97).

No Rio Grande do Sul, inicialmente, a psicoterapia infantil esteve ligada à psiquiatria e, somente em 1978, foi criado o primeiro Curso de Aperfeiçoamento em Psicoterapia, no Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC RS, sob a

coordenação de Isaac Sprinz e Inúbia Duarte (80). E no Rio de Janeiro, o grupo ligado à Psicanálise de criança, por meio de intercâmbio com analistas franceses, como Janine Chasset-Smirgel e René Diatkine, passou a estudar outros autores ligados à Psicanálise francesa (02). Desse ano se tem notícias também da Análise Transacional, de Eric Berne, no Brasil (59).

No período de 1978 a 1986, Yolanda Cintrão Forghieri orienta Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado no enfoque fenomenológico na PUCSP. A partir de 1980, dedica-se também à realização de pesquisa nessa linha no Instituto de Psicologia da USP (17).

Durante o biênio de 1978 a 1980 Jorge Ponciano Ribeiro realiza no “Center for Studies of the Person” – CSP (EUA) o curso de especialização em Gestalt-terapia (106).

Cabe trazer que, em 20 de dezembro de 1971 é promulgada a lei no. 5.766 que cria os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, “e a profissão assume estatura jurídica definitiva” (59). A institucionalização e legalização da profissão de psicólogo no Brasil traria maiores possibilidades para a formação profissional e também para a formação em psicoterapia, com o passar do tempo. Porém, note-se que o exercício de práticas psicoterápicas passavam ao largo dessa formalização e vinham se desenvolvendo continuamente no Brasil. Exemplo do que já vimos até aqui e que constam em nossos registros, temos notícias da prática da psicanálise, do comportamentalismo, da fenomenologia, das premissas da gestalt, do existencialismo e da psicologia humanista.

Nesse período temos o florescer destas abordagens, já procurando considerar o homem inserido em seu contexto histórico, buscando compreendê-lo em constante interação ambiental, produzindo e sendo produzido por este.

2.8 PARA UMA HISTÓRIA DO INDIVIDUAL AO SOCIAL – BUSCANDO RESPOSTAS

Conforme o que encontramos, “com o recrudescimento da ditadura militar no final dos anos 1960 e até praticamente o início dos anos 1980, assistimos a uma brusca

interrupção no movimento de crítica ao modelo manicomial, havendo um implemento da lógica asilar com a proliferação de novos hospitais psiquiátricos” (134). Nesse mesmo período, 1960 a 1980, “não eram trabalhados nos cursos de Psicologia temas tais como: perspectiva histórica da Psicologia, análise crítica da sua relação com a sociedade, questionamento da mesma enquanto ideologia, enquanto possível instrumento de dominação de classe. Não contemplava o homem como um ser social; ele era apenas um ser individual, sem inserção social e histórica” (46).

Com a abertura política, observa-se ensaios de críticas ao regime anterior e a influência que este teve no exercício do âmbito ‘psi’. Influência que perpassou todas as áreas das ciências humanas e limitou o exercício de ampliação da consciência, principalmente daquelas disciplinas que se dedicavam a desenvolver esta consciência em seu aspecto crítico, seja em sentido filosófico-científico, que político. Essa realidade não passou sem afetar, também, os que se dedicavam ao desenvolvimento da psicologia e da psicoterapia em nosso país.

Enquanto se consolidam as práticas psicoterápicas que já possuem um histórico no país, se dá o repensar dessa prática e a possibilidade de criticar o modelo instituído até então. Paralelamente, encontramos notícias das perspectivas teórico-práticas permeando este cenário e avançando em seu caminho.

Iniciamos 1979 contando que José Fonseca participa das “Open Session” de Psicodrama em Nova Iorque, no Beacon Hill Sanatorium – comprado por Moreno em 1936 e tornando-se o ‘Moreno Sanatorium’ em 1950 – e inspira-se para introduzir no Brasil as Sessões Abertas de Psicoterapia, em São Paulo (98).

Em 1979, Gercileni Campos facilita juntamente com Thérèse Amelie Tellegen, docente da USP, um workshop em Gestalt-terapia para a primeira e segunda turma do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, sendo o primeiro grupo em Gestalt-terapia realizado em Fortaleza (82). Em 1981 Gercileni realiza o primeiro Workshop em Gestalt-Terapia e ACP de Fortaleza, juntamente com Afonso Henrique da Fonseca, psicólogo de Maceió, tornando-se referência em Psicologia Humanista e influenciando pelo menos duas gerações inteiras de psicólogos no Ceará (82). A partir de então passou a supervisionar estágio curricular na área clínica dentro desse enfoque, e entre 1983 a 1987 coordenou e orientou o primeiro curso de formação de Gestalt-

terapeutas do Ceará e em São Paulo. Nesta ocasião passou também a compor o Conselho Diretor do Centro de Estudos de Gestalt de São Paulo por um biênio (82). Nesse mesmo ano, Ligia Alcântara Amaral assumiu um curso sobre Observação do bebê, em São Paulo (06). No Rio de Janeiro, o Dr. Noé Marchesky recebe o título de psicanalista de crianças, ele é o primeiro aluno formado na especialidade pela Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (S.B.P.R.J.) (61). Enquanto, em 1980, Judith Wallerstein esteve em Porto Alegre para a realização da conferência “Efeitos do divórcio sobre os filhos” (02).

Para a terapia familiar a década de 1980 é uma ocasião para consolidar-se em todas as regiões do Brasil, por meio de Centros de Atendimento a família, tanto em nível particular quanto comunitário (35). E no início da década de 1980 a Psicoterapia Breve foi introduzida no Brasil tanto pela obra, do também argentino, Hector Fiorini, quanto por Maurício Knobel (142). Nesta década, com Maurício Knobel, Simon e Lengruber, as psicoterapias breves passaram a ser mais claramente definidas e pesquisadas (94). De 1980 a 1982, na Universidade Federal do rio Grande do Sul (UFRGS) merece destaque as contribuições de Zimmermann para as Psicoterapias Breves (63).

“No final da década de 1970 e início de 1980 foi realizado um trabalho que visava abarcar várias áreas da manifestação da violência no município de Osasco, em São Paulo. Este foi desenvolvido por uma associação denominada Associação para o Desenvolvimento do Cidadão – ADC, com fundos de agências européias de ajuda a projetos desenvolvidos no Terceiro Mundo. A instituição pretendia ter uma ação interdisciplinar, e de seus quadros faziam parte psiquiatras, psicólogos, sociólogos, advogados e um padre. Os trabalhos eram desenvolvidos com o apoio do Poder Judiciário e abrangiam a Cadeia Pública de Osasco, uma delegacia de polícia onde estavam detidos menores, uma Central de Atendimento para egressos, familiares destes e também, o trabalho com adolescentes de rua no Largo de Osasco (08).

“O trabalho com adolescentes de rua no Largo de Osasco foi desenvolvido por aproximadamente dois anos, também realizado em equipe. Consistia em visitas semanais ao Largo, onde eram contatados os menores, tanto do sexo feminino como do masculino. O atendimento dava-se na própria rua, algumas vezes em grupo, mas

predominantemente de forma individual. Tratava-se de desenvolver, já na época, o que foi por nós formulado anteriormente em outros trabalhos com menores, de uma psicoterapia de orientação psicanalítica na rua” (08). “Os três últimos trabalhos foram interrompidos ao mesmo tempo, no ano de 1980, em função, basicamente, das pressões sofridas pela equipe por parte do aparato policial. As formas de pressão foram as comuns na época da ditadura militar, isto é, telefonemas, técnicos sendo seguidos, ameaças por escrito, etc” (08).

Foi realizado pela ANPEPP um mapeamento do que era a pesquisa em psicologia clínica no Brasil, no período que compreendia 1979 a 1981. “Nota-se na pesquisa desse período a preponderância de temas relacionados a aspectos psíquicos e da personalidade de pacientes com sintomatologia física diversa, intervenção terapêutica, testes e medidas “que se recobrem por psicodiagnóstico”, aspectos ligados à sexualidade feminina, conceitos psicanalíticos. Seguem-se Família, Instituição e Comunidade, Neuropsicologia e Formação do Psicólogo, os dois últimos de surgimento mais recente no período” (32).

No período compreendido entre 1981 e 1986 aconteceram seis “Encomum” – Encontros Comunitários – com participantes oriundos de todo o Brasil, sendo os primeiros em Sapucaí Mirim e os três últimos em Belo Horizonte. Encontros facilitados ou co-facilitados por Gercleni Campos (82).

No período entre 1979 e 1984, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Ernildo Stein, filósofo e psicanalista, desenvolve trabalhos e publicações nos quais estabelece relações entre fenomenologia e psicanálise, e apresenta esclarecimentos sobre o método fenomenológico (17).

De 1982 temos a notícia de que Rachel Rodrigues Kerbauy, a convite da Sociedade de Psicologia, ministra curso sobre Terapia Comportamental Cognitiva em Ribeirão Preto (28). Horácio Etchegoyen coordena o 9º Pré-Congresso sobre Formação de Análise de Criança, que acontece antes do “Congresso Latino-americano”, com o tema “A Análise de Criança na Formação do Analista” (06). Thérèse Tellegen publica um capítulo no livro organizado pela Dra. Ieda Porchat, intitulado “Atualidades em Gestal-Terapia”, um texto da introdutora da Gestalt-Terapia no Brasil, onde a autora, com base em sua ampla experiência clínica e docente, faz uma reflexão sobre o estado

da arte de Gestalt-Terapia (103). A primeira dissertação de mestrado relacionada à Gestalt-Terapia no Brasil, foi defendida nesse ano. Ainda nesta década de 1980 a Gestalt-Terapia conheceu mais três produções dessa natureza, sendo todas dissertações de mestrado em Psicologia (103). Também deste ano, 1982, é o Primeiro Encontro Nacional de Terapia Familiar, promovido por Mathilde Neder na PUC de São Paulo (115).

O Professor Jorge Ponciano Ribeiro foi professor didata do Centro de Estudos em Gestalt Terapia de Brasília – CEGEST, entre 1980 e 1988. Tem participação fundamental em outros centros formadores, como é o caso dos Institutos de Gestalt Terapia de Recife, Fortaleza e Goiás dentre outros (106).

Sobre os anos 1970, até meados dos anos 1980, encontramos a seguinte análise: “dava-se na Psicologia o florescimento de um ideário que perseguia o desenvolvimento das potencialidades humanas. Os movimentos de contestação social e político-econômico ao redor do mundo clamavam pela transformação, pela justiça, pela abertura. A influência do pensamento existencialista ainda se disseminava, convocando a que cada um, envolto em suas contingências, se responsabilizasse pelas escolhas feitas na vida. No Brasil, a ditadura militar provocou a emergência da luta contra a censura, contra a usurpação dos direitos civis e humanos, contra a ausência de liberdade. Estendia-se na cultura brasileira de então o impacto dos Beatles, da minissaia, do movimento hippie que marcaram os anos 1960. E a Psicologia também partilhava e expressava esse ideário. As pessoas precisavam se juntar, um fato por si só proibido na ditadura. E juntar-se para pensar e compartilhar, com autenticidade, suas vidas, seus medos, seus sonhos, seus ideais”. (82).

Na década de 1980, no Brasil, assistimos a um boom da psicanálise. De um período em que a psicanálise era relativamente restrita ao ambiente da Sociedade de Psicanálise, passamos a conviver com sua ampla difusão, assim como seu debate com o campo da filosofia ou de fenômenos políticos e sociais (83). Ao mesmo tempo em que assistimos movimentos sociais que preconizavam a necessidade de formação de profissionais integrados ao sistema de saúde (8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986) e o reconhecimento das instituições de ensino superior como pólos de formação e capacitação de profissionais, objetivando a reformulação curricular conforme as

necessidades da rede pública assistencial em saúde mental (1ª Conferência Nacional de Saúde Mental de 1987) (119).

Encontramos, também, a observação de que “no Brasil, desde a década de 1980, alguns pesquisadores têm estudado a difusão do saber psicanalítico e a constituição da cultura psicanalítica. Estes estudos partem do pressuposto de que o saber psicanalítico surgiu em uma determinada circunstância do individualismo no ocidente, propondo modalidades específicas de agenciamento e de emergência da subjetividade, típicas de sujeitos que se pensam livres e iguais” (108).

Encontramos que a pesquisa em psicologia clínica no Brasil no período entre 1980 e 1989 envolvia intervenção terapêutica, implantação de programas de atendimento comunitário, psicodiagnose, caracterização de distúrbios psicossomáticos, emocionais e de conduta (39). E, pesquisas realizadas em clínicas-escola brasileiras, nas décadas de 1980 e 1990, “indicaram uma taxa elevada de evasão dos atendimentos, o que mostra que os atendimentos oferecidos são ineficientes” (77).

Em pesquisa efetuada nessa mesma época, 1988, “com o intuito de conhecer os campos emergentes de exercício dos psicólogos, o Conselho Federal de Psicologia denuncia a clínica tradicional como prática hegemônica e centrada no indivíduo. De acordo com o órgão, essa atividade tem objetivos analíticos, psicoterapêuticos e/ou psicodiagnósticos, e baseia-se em uma concepção da clínica como um saber/fazer universalizado, associado a uma concepção de sujeito universal e a-histórico, metas e fundamentos que, sem dúvida, circunscrevem a clínica como espaço de reprodução e mantêm a cisão entre clínica e política” (118).

A inserção da Psicologia no campo da saúde pública no Brasil se deu devido a alguns fatores políticos e sociais presentes entre as décadas de 1970 e 1990. Conforme essa análise, “a decadência do milagre econômico brasileiro provocou um descompasso entre a oferta e a busca de serviços de saúde, tanto em função da redução da procura de pacientes por atendimento particular, como pelo aumento do número de profissionais lançados no mercado de trabalho. Esse fato associado ao contexto das políticas públicas de saúde nesse período, com particulares repercussões no setor de recursos humanos. Desta forma, surgiu uma pressão para a oferta de serviços de saúde pública” (119, 107).

Seguindo o desenvolvimento de cada perspectiva, em relação à psicanálise, em 1983, sabemos que Renata Gadini – discípula de Winnicott – visita a Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre e a partir de então passa-se a estudar e discutir trabalhos ligados às determinantes primitivas do “self-objeto” e fenômenos transicionais, constância do objeto (02). Também neste ano, Jorge Ponciano Ribeiro lança o livro “Gestalt-Terapia. Refazendo um Caminho”. Foi o primeiro livro brasileiro a tratar dos fundamentos teórico-conceituais e filosóficos da nova abordagem. Além de ser pioneiro nesse tipo de reflexão no País, o autor também é pioneiro no desenvolvimento e na abertura de novos campos da Gestalt-Terapia, tais como o trabalho com grupos e com psicoterapia de curta duração, dentre outros (103). Já no IPUSP a segunda Dissertação de mestrado em Psicanálise ocorreu nesse ano sob a orientação do Professor Dr. Luiz Carlos Nogueira, como já vimos, psicanalista de orientação lacaniana e do Departamento de Psicologia Clínica (129).

É Lengruber, em 1984, a responsável pela realização do I Encontro Nacional de Psicoterapia Breve que acontece no Rio de Janeiro (64). Também desse ano o livro de Thérèse Tellegen, *Gestalt e Grupos*, associado diretamente a sua dissertação de mestrado, a primeiro sobre o tema no país (103). Em São Paulo, José Fonseca, funda o DAIMON (Centro de Estudos do Relacionamento) e inicia esta atividade dirigindo a primeira sessão no Teatro Terapêutico do DAIMON (98).

Como já vimos, as linhas de trabalho vão sendo aprofundadas com o aprimoramento e aperfeiçoamento dos intelectuais e dos técnicos psicoterapeutas. O aprofundamento das práticas é permeada pelo novo olhar do compromisso com o histórico, bem como com o social e político do momento.

A “8ª Conferência Nacional da Saúde ocorreu em 1986 criando as novas diretrizes do sistema único de saúde (SUS), que seria pautado pela “universalidade, integralidade e democratização” da saúde. Muitos autores consideram que esse foi o começo do processo que culminou com a reforma psiquiátrica brasileira (134). Neste ano Knobel, tendo interesse especial pela psicoterapia breve, publicou um livro com esse mesmo título. Cabe salientar que o pesquisador Tales Santeiro aponta em sua tese, defendida na PUC Campinas, que Sigmund Freud, David Malan, Maurício Knobel e

Hector Fiorini, são os autores mais citados na produção nacional, quando se trata de Psicoterapia Breve Psicodinâmica (142).

Com o crescimento da abordagem da Gestalt no País, surgiu, em 1986, organizado pelo grupo do Rio e coordenado por Teresinha Mello, o I Encontro de Gestalt-terapeutas do Rio de Janeiro que contou com a presença de gestalt-terapeutas de todo o País (103).

Entre 1986 e 1987, o Conselho Federal de Psicologia realiza pesquisa em âmbito nacional sobre quem é o psicólogo brasileiro. Entre as tantas conclusões a pesquisa demonstra que “a psicoterapia individual foi citada por 42,9% dos entrevistados sendo essa atividade exercida por 68,5% dos psicólogos que atuam em clínica” (04). É em São Paulo, em 1987, que um grupo de psicólogos inspirados nas propostas de Knobel e Simon, criam o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicoterapia Breve. E ainda neste ano dá-se início ao atendimento à comunidade pelo referido Núcleo, tendo como objetivo o desenvolvimento de estratégias terapêuticas compatíveis com a realidade brasileira (64). Em Canela, Rio Grande do Sul, acontece o XI Congresso Brasileiro de Psicanálise (02) e o Serviço de Atendimento Psicológico e Psiquiátrico ao Estudante (SAPPE) é criado no Universidade Estadual de Campinas com o objetivo de prestar assistência psicológica e/ ou psiquiátrica, de modo preventivo e terapêutico, através de: grupos de encontros; primeira entrevista; psicoterapia de grupo; psicoterapia individual; psicoterapia de família; psicoterapia de casal e espaço D – trabalho de prevenção em saúde mental aos alunos regulares de graduação e pós-graduação da UNICAMP (84).

Observou-se, no período que segue, que as publicações nacionais que abordam a intersecção entre fenomenologia e clínica trazem aspectos do fundamento da filosofia fenomenológica e existencial e essa é, também, uma tendência internacional. “Tal evidência pode indicar tanto uma preocupação com o domínio do argumento, quanto o revigoramento de um passado epistemológico comum” (100).

É de 1987 o primeiro registro da Revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa* abordando o tema da fenomenologia de autoria de V. Moreira, sendo a fenomenologia o “eixo de interpretação em um tratamento orientado pela Abordagem Centrada na Pessoa” (100).

Em 1988, Gomes, Rech e Ganzo “empreendem uma investigação sobre a experiência retrospectiva de estar em psicoterapia, [descrição feita pelos clientes] estudo que teve seu seguimento publicado pela Revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa* dois anos depois” (100, 43, 17). Nesse ano, vinculado à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP), foi criado o Programa de Pronto-Atendimento Psicológico ao Aluno (PPAPA), com o intuito de oferecer à comunidade discente um lugar de escuta clínica (125).

Ainda, Bernad Rangè nos traz que em 1991 houve um Congresso Brasileiro de Psiquiatria em Maceió, no estado de Alagoas, para o qual “eu havia sido convidado para dar um curso de três aulas sobre terapia cognitiva” (130).

Somente no final dos anos 1980, com a consolidação do processo de abertura política no País, foram retomadas as discussões em torno da reforma psiquiátrica (134). Nesse período, no II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, “configurou-se o campo de forças que possibilitou a criação do “Movimento da Luta Antimanicomial”, congregando inúmeros profissionais da área da saúde, principalmente da saúde mental, além de usuários desses serviços e seus familiares”. Esse movimento caracteriza-se por ser regido pelos próprios usuários dos serviços em saúde mental, que colocam em xeque as “intervenções terapêuticas” às quais são submetidos, tendo como foco de problematização o exercício constante de luta contra toda e qualquer forma de opressão e massificação subjetiva. O movimento produz, assim, forças fundamentais que transformam não só a imagem que se tem dos usuários, mas também os próprios saberes e práticas daqueles que trabalham com os mesmos (134). E, finalmente, em 1989, após 11 anos da Lei italiana, surgiu no Brasil o projeto de Lei no. 3657/89, que trata da “Lei da Reforma Psiquiátrica” (134).

A ampliação do pensar e do agir em direção ao social, no final da década de 1970, até meados de 1980, foi uma resposta à situação social, política e econômica vivida no país. O movimento de retomada da democracia, por meio do desenvolvimento da consciência crítica, fazia-se necessário, respondendo aos anseios de liberdade. Em meados de 1980 o país enfrentava o fim da ditadura militar e a retomada da democratização, com as “diretas já”, para a eleição presidencial, após 21 anos de ditadura. Após um período de extrema repressão e cerceamento da liberdade, parece

consequente, na abertura, a tendência de manifestar atitudes que se contraponham ao sistema anteriormente estabelecido. Ao mesmo tempo, é ocasião para florescer possibilidades, abrindo-se portas para a criatividade e novos movimentos.

2.9 ESPECIALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

Boadella nos relata que o primeiro indício da tentativa de regulamentar a profissão de Psicoterapeuta encontra-se na Declaração de Strasburgo para a Psicoterapia, de 1990. Essa declaração serve de base para mais de 500 organizações psicoterapêuticas na Europa e no mundo (138, 137).

Entre 1988 e 1990 o professor Jorge Ponciano fez pós-doutorados em *Sussex University* na Inglaterra, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, período no qual desenvolveu projeto de pesquisa sobre “Mecanismos de Cura” e atuou como Professor Visitante (106).

Em 1989, a *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa* publicou um estudo de Jorge Ponciano Ribeiro sobre o conceito de resistência na psicoterapia grupo-analítica do psicanalista Siegmund Foulkes. O artigo indica uma aproximação da modalidade grupo-analítica com traços de psicoterapias fenomenológico-existenciais (100).

Em 1989 é publicado o livro *Psicoterapia de Orientação Analítica: Teoria e Prática*, encontra-se ali trabalhos envolvendo todas as etapas do processo terapêutico, questões teóricas, metodológicas e formação do terapeuta. O livro reúne a produção do grupo de profissionais ligado ao Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal, que ocupa-se de psicoterapia dinâmica. Os responsáveis por essa edição foram Cláudio Eizirik, Rogério Aguiar, Sidnei Schetatsky e colaboradores (63, 139). Nesse mesmo ano o encontro de Gestal-terapia, realizado em Caxambu, organizado pelo grupo de São Paulo, assume status de II Encontro Nacional de Gestal-terapia e passou-se a realizá-lo a cada dois anos: Brasília (DF), 1991; Recife (PE), 1993; Vitória (ES), 1995; Florianópolis (SC), 1997; Goiânia (GO), 1999; Fortaleza (CE), 2001 e Gramado (RS); 2003 (103). Ainda em 1989, inicia o Curso de Especialização para Formação de Terapeutas de Família na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na área de Psicologia Clínica. Concomitante ao curso de especialização foi organizado um Núcleo

de Pesquisa em Família e Comunidade no Programa de Pós Graduação da mesma área (35).

Lemgruber, em 1990, responsabilizou-se pela organização do II Encontro Nacional de Psicoterapia Breve, com a participação de Peter Sifneos e Miguel Leibovich (63). No mês de julho desse ano, aproximadamente 10 anos após o encerramento do trabalho, foi retomado o contato com o campo na Psicoterapia de Orientação Analítica de Rua. A relação da equipe – composta por dois psicólogos, um do sexo feminino e um do sexo masculino – abrangia aproximadamente 25 pessoas. O grupo operativo acontecia uma vez por semana no mesmo horário e local (8). Nesse mesmo ano, em Salvador, ocorreu a inserção dos psicólogos nas Unidades Básicas de Saúde, “um pouco mais tardiamente do que em outros estados do Brasil” (107).

Nessa década surge uma nova questão: a bioética. “De que forma podemos pensar a Bioética na Psicoterapia? Desde um olhar mais amplo e geral, quanto à Bioética, salientamos o respeito ao ser humano que busca nosso atendimento. É por essa e outras razões que acreditamos ser importante os cursos de graduação e pós-graduação contemplarem a disciplina de Bioética no seu currículo. Neste sentido, no Brasil, a Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul iniciou a disciplina de Bioética no início da década de 1990, e o de Pós-Graduação em Psicologia, da mesma universidade, em 2001, sendo os primeiros a incluir tal disciplina em seus currículos”. (112).

Ainda, nos anos 1990 observou-se o início da utilização da ‘realidade virtual’ no campo da psicoterapia. “Na terapia cognitivo-comportamental, o uso de técnicas de exposição é uma intervenção já estabelecida, que pode ser estendida a ambientes virtuais, de acordo com as necessidades específicas do paciente. As exposições em ambientes virtuais têm se provado eficazes no tratamento de vários transtornos e de vários tipos de pacientes: tanto os que não utilizam computadores quanto os que têm grande contato com esta tecnologia. A introdução tecnológica não implica nova abordagem teórica da psicoterapia. O objetivo é justamente potencializar os tratamentos já existentes e expandir a utilidade das técnicas já utilizadas. Dessa forma, preserva-se a necessidade de considerar os elementos fundamentais da psicoterapia, como a relação terapêutica e o uso pertinente das técnicas já estabelecidas”. Em 1990 houve um

aumento no número de exposições e publicações sobre a realidade virtual na psiquiatria e na psicologia. Já em 1993 nenhuma publicação foi encontrada e apenas duas apresentações profissionais foram feitas sobre o tema. O ápice deste período sobre o tema ocorreu em 1998, com 61 publicações (81).

Nos anos 1990, a Gestalt brasileira conhece seu maior impulso, com 20 trabalhos de mestrado e doutorado – com destaque para os anos 1992 e 1997, que tiveram cinco trabalhos apresentados (103).

Na apresentação do livro *A Rua como Espaço Clínico*, em 1991, primeira obra organizada pela equipe de acompanhantes terapêuticos d'A Casa, o psiquiatra e psicanalista Nelson Carozzo, um dos fundadores em São Paulo deste Hospital Dia, diz que o serviço de acompanhantes terapêuticos foi criado em meio a um conflito. Como ideal de tratamento, era fundamental que o paciente saísse da instituição ao final da tarde e fosse para a rua, para a cidade, para a sua família; por outro lado, percebia-se que isso não era possível, era necessária maior continência dos doentes por parte da instituição. Daí a investida no recurso do acompanhante terapêutico (71). É também nesse ano que se dá o I Encontro Paulistas de ATs (71).

Knobel e Marília Vizzotto, a partir de 1991, desenvolvem a pesquisa “Tipos de Psicoterapia que se aplicam no Brasil”, sendo esta “decorrente de uma preocupação do professor com a proliferação de alguns modelos psicoterapêuticos, veiculados nos meios de comunicação populares que não eram condizentes com o que Knobel tinha como ideal de Psicoterapia” (142).

Em 1991, mais uma pesquisa sobre o processo terapêutico é publicada no periódico da UnB, *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Dessa vez, um estudo de caso coletivo com cinco terapeutas busca acessar, por meio de grupos de supervisão, os conjuntos de perguntas que configuram a experiência do terapeuta na reflexão sobre os casos clínicos. Os pesquisadores são: Amatuzzi, Solymos, Ando, Bruscatin e Costabili (100).

É deste ano, 1991, a Tese de Livre Docência de Yolanda Forghieri, na USP, sobre fenomenologia (17).

Em fevereiro de 1992 se dá a constituição da APEP – Associação de Psicoterapia e Estudos Psicanalíticos – “consolidando um grupo de estudos que vinha funcionando junto ao Programa de Pós-graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior. Era um grupo aberto formado por alunos e ex-alunos do centro de pós-graduação, professores e psicoterapeutas. O principal objetivo é fortalecer o ensino de pós-graduação, incentivando a divulgação de pesquisa e a formação continuada” (53).

Entre os anos de 1992 e o início de 2002 não foi encontrada publicação na *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, associando psicologia à fenomenologia. Em 2002, Rigotto e Gomes analisaram 11 relatos de experiência sobre a abstinência e recaída em dependentes químicos, publicado nessa Revista (100).

A primeira tese de doutorado especificamente relacionada à Gestal-terapia no País foi defendida em 1992, na Universidade de São Paulo (103).

Em 1992 Gercileni Campos defende Tese com o título “Histórias de Amor no Cordel e Psicoterapia”. Esse estudo “fez-me percorrer o imaginário nordestino de lendas, histórias, fábulas, contadas e cantadas no Cordel, ao mesmo tempo em que me exigiu a busca da referência mítica, desde os mitos gregos, atravessando as concepções de amor na tradição judaico-cristã, na Cortesia e na modernidade” (82).

Em 1992, 30 anos após a regulamentação da profissão, a atuação dos psicólogos centra-se nas clínicas, na educação e na área do trabalho. “Se aumentou o número de profissionais, por outro lado, abriram-se novas oportunidades de trabalho. Da psicologia clínica, individual, passou-se ao tratamento grupal e até comunitário” (62).

Nas décadas de 1980 e 1990 os trabalhos publicados sobre psicoterapia individual continuam tendo a maior expressão, houve uma diminuição em relação às psicoterapias de grupo, em especial as de orientação analítica, e as psicoterapias breves aparecem em decréscimo na literatura na última década. (69).

Em 1992, na “II Conferência Nacional de Saúde Mental”, foi declarado um dever ‘efetuar a desinstitucionalização de todas as instituições com características manicomiais’. Nesse momento, foi aprovada a criação de uma “Rede de Atenção Integral em Saúde Mental” em substituição ao Hospital Psiquiátrico. No dia 07 de

agosto de 1992, foi aprovada a Lei Estadual no. 9.716, que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul (134).

Em novembro de 1992 acontece o I Congresso Brasileiro de Ontopsicologia, em São Paulo, promovido pela Associação Brasileira de Ontopsicologia, intitulado “Sistema e Personalidade”. Antonio Meneghetti, realizou a abertura do Congresso e refere que a Ontopsicologia nasceu da prática clínica. “Com a efetivação e demonstração prática da cura do homem, a Ontopsicologia enfrenta então o problema crítico do conhecimento e os problemas fundamentais de toda filosofia. A Ontopsicologia, sobretudo na primeira fase, leva à psicoterapia. Enquanto psicoterapia, a Ontopsicologia não exclui nenhum dos conhecimentos que as grandes escolas maturaram até hoje, mas une e acrescenta um conhecimento extraordinário, o Campo Semântico. O Campo Semântico é o interior dinâmico de uma relação. Com o Campo Semântico o terapeuta entra em uma dinâmica onde percebe a ação do cliente enquanto ele esta se significando organismicamente. Conscientizando em si a ação do cliente, pode verbalizá-lo, esta é a leitura do Campo Semântico” (41).

Conforme conta Bernard Rangè, em 1993 ocorreu um Congresso Mundial de Psiquiatria no Rio de Janeiro. Nesse congresso estiveram presentes David Barlow, Samuel Turner, Jack Maser, Joseph Wolpe, Rafael Navaro Cuevas, Gualberto Buela-Casal, Vicente Caballo, Herbert Chapa, Sergio Pagés e Hector Fernandez-Alvarez. (130)

Na década de 1990 começam a aparecer trabalhos sobre a observação de bebês associados a mais estudos sobre o tema evidenciado no Primeiro Simpósio Brasileiro de Observação da Relação Mãe-Bebê em 1995, em São Paulo. Nesse mesmo ano, 1995, houve também um aumento do interesse pela publicação de trabalhos referentes à formação e ao treinamento do psicoterapeuta e a maioria dos trabalhos foi realizada no Rio Grande do Sul (69).

Nota-se também nessa década de 1990, um crescimento dos trabalhos relacionados aos transtornos de ansiedade, com o predomínio das escolas de psicoterapia psicodinâmica, possivelmente relacionado com a história do estabelecimento e desenvolvimento da psicoterapia no país. Entretanto, “observa-se o crescimento da escola cognitivo/ comportamental, principalmente no Rio de Janeiro e

em São Paulo, que crescem enfrentando fortes resistências, o que também ocorre com outras correntes psicoterapêuticas. Este crescimento parece acompanhar uma tendência que se verifica nas publicações internacionais” (69).

A partir de 1993, no encontro de Recife, houve um acréscimo na nomenclatura do encontro que transcende a mera questão lingüística e reflete uma realidade de crescimento. A partir dessa data, ao “Encontro Nacional de Gestalt-terapia” passou a ser associado o “Congresso Brasileiro da Abordagem Gestáltica”. Esse fato é relevante, primordialmente, por delimitar a expansão do campo de atuação da Gestalt-terapia a outras áreas, para além da clínica (103).

Embora alguns dos Centros de Atendimento à Família se proponham à investigação de problemas da família brasileira, sua produção, em 1993, ainda é mais voltada para a prática da Terapia e relatos de experiências, sendo ainda muito pequeno o número de publicações sobre o tema (35).

Como professor da UFMG, Pierre Weil trabalhou em Psicoterapia de Grupo, Dinâmica de Grupo, Psicodrama e Psicologia Transpessoal. Em 1994, foi agraciado com o título de Professor Emérito da UFMG. Entre as suas obras publicadas nesse período, destacaram-se: Liderança, Tensões e Evolução: Aspectos Psicossociológicos da Organização Moderna (1972), Dinâmica de Grupo e Desenvolvimento em Relações Humanas (1976), O Psicodrama (1979), O Corpo Fala: Uma Liguagem Silenciosa da Comunicação Não Verbal (1981) e A Revolução Silenciosa (1983) (127). Em 1995 ocorre a fundação da Escola Brasileira de psicanálise (121).

Jorge Ponciano Ribeiro fundou em julho de 1996 o IGTB – Instituto de Gestalt Terapia de Brasília, do qual foi presidente (106). Nesse ano de 1996 Bernard Rangé desenvolve um protocolo integrativo (tratamento farmacológico, terapia cognitiva, terapia comportamental, terapia racional-emotiva-comportamental). Durante os anos de 1997 e 1998 aprimora o protocolo, até alcançar a forma final denominada “*Vencendo o Pânico: Programa de Tratamento Multicomposto Específico para o Transtorno de Pânico e a Agorafobia*”, em duas versões: uma para terapeutas não treinados em TCC e outra para pacientes (130).

Em 1997, no XV Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em Brasília, foi proposta uma instigante mesa-redonda que se denominava “Psicoterapia: especialidade, profissão ou terra de ninguém”, a qual não chegou a se realizar. “Entretanto está na pauta dos psiquiatras brasileiros a inquietação sobre a identidade, a prática, a formação profissional e a ética no exercício das psicoterapias” (69). Nesse texto encontra-se também que “o exercício da psicoterapia no Brasil é legalmente conferido a médicos e psicólogos. Sua prática entretanto, não tem regulamentação própria, devendo atender aos paradigmas éticos de cada profissão” (69).

Ainda, “é curioso assinalar que o ‘marco’ da criação da Gestalt-terapia – a publicação, em 1951, do ‘Gestalt Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality’, de autoria de Fritz Perls, Ralph Hefferline e Paul Goodman – e considerado por muitos como a “bíblia” da Gestalt, por ser o primeiro livro que desenvolve essa nova abordagem – somente conheceu sua tradução para o português em 1997” (103).

Mathilde Neder, entre 1991 e 1997, realizou pós-doutorado em terapia familiar nos Estados Unidos, no México e na Itália (115).

O professor Luiz Carlos Nogueira foi certamente um dos mais produtivos na abordagem lacaniana. Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, apresentou sua tese de Livre-Docência em 1998 (129). Já no ano de 1999, o Prof. Luiz Carlos Nogueira foi convidado para apresentar e discutir com os alunos suas idéias sobre a pesquisa em psicanálise. O convite partiu da professora Jussara Bauer e da professora Dra. Sonia Meyer – pela disciplina Metodologia Científica e Psicologia Clínica, respectivamente (129).

Entre 1999 e 2002 se deu uma experiência de capacitação de trabalhadores de saúde mental pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Esse curso foi direcionado a trabalhadores de nível médio, sem formação universitária, da rede pública. Chamava-se “Curso Básico de Qualificação em Acompanhamento Terapêutico”, tinha duração de oito meses e ocorreram no total três edições. “Esse curso pode ser considerado um marco importante para pensar a prática dos trabalhadores da área da saúde, remetendo a uma discussão que envolve outras ações de cuidado, e,

principalmente, para problematizar o AT como uma estratégia de produção de novos sentidos e não como um programa que visa à "profissão" de um "agente independente" e "formado" em acompanhamento terapêutico (134).

Na década de 1990 consolida-se a democracia no Brasil e também a globalização. Nesse sentido, o mundo científico também foi exposto à possibilidade de trocar informações com maior rapidez e verificou-se um momento de rever valores. Com a possibilidade de mais culturas em interação, contemporaneamente se dá a necessidade de fortalecer a identidade. Pode-se pensar então que, havendo uma maior liberdade de expressão dos intelectuais, há também a tendência de ampliação das áreas dedicadas ao humano. O momento sócio político é de internacionalização e abertura, principalmente em direção à Europa.

2.10 PSICOTERAPIAS: A MULTIPLICIDADE EM BUSCA DE UMA UNIDADE

Enquanto no período anterior vislumbramos alguma preocupação quanto à formação do psicoterapeuta, à especialização e ao fortalecimento das práticas psicoterápicas, agora, contemporânea à multiplicidade, continuamos encontrando tentativas de consolidar a psicoterapia como uma profissão que se constitua por meio de uma legislação.

Encontramos que, de 1999 a 2009, foram publicados poucos trabalhos relacionando o tema da psicoterapia psicodinâmica e a transferência com base em atendimentos realizados em serviços-escola (128).

Na primeira década de 2000 observa-se um incremento significativo na média de trabalhos apresentados sobre a Gestalt brasileira, em relação aos demais anos. Observa-se que, apenas nos três últimos anos, já houve um incremento de cerca de 55% em relação à década passada (103).

Na internet, desde 2001, existe uma página na qual são descritas psicoterapias, e, em meio às definições de psicodrama, psicanálise, análise transacional, neurolinguística, psicoterapia familiar, dentre outras, o AT (Acompanhamento Terapêutico) é descrito da seguinte forma: "Não é propriamente uma teoria de psicoterapia, mas um modo de atuação do psicoterapeuta. De maneira resumida, consiste na articulação que é feita pelo

psicoterapeuta fora do setting, acontecendo no contexto em que o paciente vive. A princípio utilizada nos casos mais graves de ajustamento social, vêm sendo também utilizada nos demais casos como um fator potencializador do processo psicoterápico” (71). “Ao qualificar o AT como um “modo de atuação” do psicoterapeuta dá a entender que o psicoterapeuta utiliza esta modalidade para potencializar o processo psicoterápico, o que revela uma condição do profissional AT bem diferente das anteriormente mencionadas, tais como: o acompanhante ser um leigo, um estudante, ou mesmo um profissional que complementa o trabalho do terapeuta. É o psicoterapeuta-at que atua para potencializar o processo psicoterápico” (71).

Em 06 de abril de 2001 “ocorreu a aprovação da Lei Federal n. 10.216, da reforma psiquiátrica brasileira, que estabelece uma diretriz não asilar para o financiamento público e o ordenamento jurídico da assistência psiquiátrica no País. Contudo, o processo da reforma psiquiátrica não acaba com a criação dessa Lei Federal, pois a vontade de retomar a *lógica manicomial* está sempre presente, inclusive no funcionamento das entidades médicas. É preciso que esse movimento se espalhe por todo o tecido social com a implicação de vários setores da sociedade” (134).

É somente em 2002 que “o primeiro livro de Fritz Perls, *Ego, hunger and Aggression*, que em si representa a ruptura do autor com a Psicanálise clássica e se constitui, portanto, no verdadeiro “embrião” da Gestalt-terapia, teve sua publicação brasileira” (103).

Na entrevista de 2003 Nogueira refere que “era preciso fazer um estudo aprofundado dos fundamentos da psicanálise. Isso Lacan fez, já em 1953, dando com isso um lugar seguro à psicanálise em um contexto cultural, o que é uma contribuição inestimável, dando-me segurança para falar da psicanálise. Vejo que muitas pessoas não têm uma formação dos fundamentos, não estão acostumadas a pensar nos fundamentos, mas apenas a partir da prática, não conseguindo, muitas vezes, situar o que estão fazendo quando fazem psicanálise” (121).

Em 2004 aparece uma leitura sobre a situação do psicólogo no Brasil referindo que, “desde 1962 a área clínica se configurou como sendo a mais destacada, a mais procurada e a mais valorizada, tendo grande influência na construção da imagem social

do psicólogo. Esta marca da área clínica teria provocado uma identificação generalizada do profissional psicólogo com a função de um psicoterapeuta” (93).

“Da abordagem psicoterápica de orientação psicodinâmica, preconizada na década de 1970 – 1980, assistimos em 2004 um movimento, principalmente entre os psicoterapeutas de orientação dinâmica, para uma integração entre a terapia psicodinâmica e os princípios do manejo ativo dos sintomas, ou seja, para a utilização de técnicas cognitivas e comportamentais no tratamento dos transtornos alimentares” (123).

Encontra-se em 2005 que, no Brasil, a profissão de psicoterapeuta não possui legislação que a regule, nem código de conduta específico que normatize sua prática ou que a distinga de outras práticas profissionais da área ‘psi’. Dessa maneira, é um campo de atuação possível de ser exercido por profissionais de diferentes formações (138). Nesse ano ainda, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia estão iniciando uma tentativa de elaboração de um projeto nacional de diretrizes para a psicoterapia que possa contemplar questões sobre formação, avaliação de novas abordagens e questões éticas.

Em agosto de 2005, de 2 a 28, em Campinas, São Paulo, realizou-se o XIV Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental. A abertura do evento foi feita pelo presidente da ABPMC, Prof. Hélio José Guilhardi. Houve mini cursos em que lecionaram vários professores behavioristas das abordagens comportamental e cognitiva do Brasil. “Encontros como estes refletem as inúmeras contribuições dadas pelo Behaviorismo Radical, enquanto filosofia de uma efetiva ciência do comportamento” (137).

Em 2007, Jorge P. Ribeiro publica um texto teórico que endereça novamente o tema da resistência na clínica, descrevendo os mecanismos de defesa tradicionalmente identificados como resistência na psicanálise para uma releitura fenomenológica do processo. Trata-se de uma revisão do artigo original publicado em 1989 na *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa* (106).

Em 2007 houve o XVII Congresso Latino-Americano da Flapag/ VI Congresso do Nesme e VIII Jornada da Spagesp. “O congresso intitulado ‘Saúde, Cultura e

Diversidade' foi um evento promovido por instituições que se dedicam ao estudo dos fenômenos grupais: Federação Latina de Psicanálise de Grupo (Flapag); Núcleo de Estudos em Saúde Mental (Nesme) e Psicanálise das Configurações vinculares; e Sociedade de Psicoterapias Grupais do Estado de São Paulo (Spagesp). Estiveram presentes Waldemar José Fernandes e Luiz Miller de Paiva, “ambos conhecidos por terem prestado importante papel na história da psicoterapia analítica de grupo de São Paulo e responsáveis pela formação de muitos dos especialistas da atualidade” (90).

No ano de 2008, Espinha e Amatuzzi publicam um estudo fenomenológico sobre a vivência de internação em uma enfermaria de adultos em um hospital geral na *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. No mesmo ano, Gauer e Gomes indicam um sentido distinto para a relação entre fenomenologia e psicologia ao publicar um texto sobre memória autobiográfica, consciência e julgamento. Pautado por um modelo experimental de fenomenologia, o estudo discorre sobre as propriedades cognitivas e a qualidade fenomenal da experiência de recordação. Fenomenologia assume aí uma definição distinta, um sentido descritivo do fenômeno de memória autobiográfica (100). Esse dado, embora não concorra para esclarecer diretamente eventos ou modos de uma psicoterapia fenomenológica, nos conta como é a pesquisa realizada por essa abordagem e pode inspirar um modelo de pesquisa para a psicoterapia.

Em 2008 Maurício Knobel, no Brasil, aos 85 anos, disposto, ainda trabalhava como psicoterapeuta e revisava algumas de suas obras. Faleceu no dia 22 de janeiro. “Durante sua vida acadêmica produziu perto de 400 textos científicos e orientou centenas de dissertações e teses, publicou em torno de 12 livros e mais de 50 capítulos de livros (142).

Recentemente, em 2010, Jost apresenta um estudo na *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa* sobre as motivações do adolescente em conflito com a lei. O trabalho foi baseado em entrevistas individuais com adolescentes privados de liberdade. O objetivo foi articular os núcleos temáticos, formulados a partir de análise fenomenológica hermenêutica dos relatos, com as motivações subjacentes dos adolescentes (100).

Em 2010 refere-se que “três pesquisadores brasileiros se destacaram na apresentação de um posicionamento articulado e sistemático com relação à fenomenologia existencial. Foram eles, Daniela Schneider, da Universidade Federal de

Santa Catarina, Yolanda Forghieri, da Universidade de São Paulo, e Mauro Amatuzzi, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas” (100).

“Schneider realizou uma análise pertinente da direção do pensamento sartreano em direção à clínica psicológica. Forghieri descreveu o processo terapêutico a partir da vivência imediata e pré-reflexiva entre terapeuta e cliente, seguido da reflexão de ambos sobre esse encontro. “O trabalho de Forghieri sugere, sem dúvida, uma efetiva clínica fenomenológica. É uma teoria que merece maiores considerações e estudo”. Amatuzzi concentra-se no fenômeno da fala em terapia, numa perspectiva hermenêutica. O autor destaca três dimensões presentes na fala: o significado, o sentido e o sinal. A dimensão do significado diz respeito ao conteúdo do que é dito, circunscrito a um contexto e horizonte de enunciação. A dimensão do sentido é o fluxo da interlocução e os intervalos entre vocalização e silêncio. A dimensão do sinal é a indicação de expressão não contida na enunciação” (100).

O que é o Brasil hoje, senão um país que conseguiu consolidar a democracia? Mais do que isso, um país que avança na direção de uma economia forte e participa da dialética internacional de igual para igual. Essa realidade não exclui a compreensão de que a dialética social internacional e as lutas de poder são contínuas, contudo parece que não sofremos mais somente as conseqüências, mas conseguimos também determinar rumos e resultados. Esse amadurecimento sócio político e econômico parece refletir-se também no âmbito da ciência. Esse amadurecimento abre horizontes para a multiplicidade, e no âmbito ‘psi’, em uma aparente contradição, volta-se para um objetivo comum, encontrar uma unidade que defina, constitua e caracterize a prática psicoterápica, seja como disciplina, seja como profissão. E, curiosamente, nesse sentido, também não estamos atrasados, nem diferimos do que acontece em outros países, mas parece que compartilhamos da mesma problemática, ou seja, encontrar a unidade na multiplicidade quando se refere ao tema “psicoterapia”.

Eis aqui a história da psicoterapia no Brasil que podemos contar, com base nos dados históricos trazidos por nossos autores de 1955 a 2010. Não é toda a história, e nem poderia ser, mas é uma história que contempla muito do que tem sido a manufatura da psicoterapia no Brasil, construída, mais do que por atores, por artesãos sociais que colaboram para construir a prática, a ciência e, quem sabe, os rumos de nosso país.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO II

Fontes Primárias

PERÍODO ANTERIOR A 1994

1. ANGELINI, Arrigo Leonardo; MARIA, Madre Cristina. Contribuição para a Formação Básica do Psicólogo. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 16 - 17, n. 47 - 50, 1964/65.
2. ARAUJO, Marlene Silveira. Aspectos Históricos do Desenvolvimento da Psicanálise da Criança no Brasil. Parte II: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Psicanálise**. São Paulo, n. 22, p. 673-684, 1988.
3. AZZI, Enzo. A Situação Atual da Profissão de Psicólogo no Brasil. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 16 - 17, n. 47 - 50, 1964/65.
4. BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GOMIDE, Paula Inez Cunha. O Psicólogo Brasileiro: Sua Atuação e Formação Profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.9 ,n.1 ,p.6-15, 1989.
5. BENETTON, Jô. Terapia Ocupacional. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.1, p.8, 1990.
6. BICUDO, Virgínia Leone. Aspectos Históricos do Desenvolvimento da Psicanálise da Criança no Brasil. Parte I: Instituto de Psicanálise da S.B.P.S.P. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, n. 22, p. 661- 672, 1988.
7. BICUDO, Virgínia Leone. Contribuições da Psicologia a Higiene Mental no Lar. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v.12, n. 39 - 40, p.51-65, 1960.
8. BROIDE, Jorge. A Psicoterapia Psicanalítica na Rua Realizada Através de Grupo Operativo: A Rua Enquanto Instituição das Populações Marginalizadas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 12, n. 2,1992.
9. CALLIGARIS, Contardo. Um Psicanalista Europeu no Brasil. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.11, p.4-6, 1991.
10. CAMPOS FILHO, C. J. de ; ARAUJO, F. de A. Teatro Terapêutico: Conclusão de Uma Experiência de Psicoterapia Institucional de Oito Anos – Primeira Parte. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 253-260, 1982.
11. CAROTENUTO, Aldo. A Psicologia Junguiana. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.10, p.4-6, 1991.

12. CARVALHO, Regina Maria Leme Lopes. O Ensino das Psicoterapias Analíticas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.1, n.3 - 4, 1984.
13. CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, C.F.P., Brasília, v.3, n.1, p.2-50, 1982.
14. CHNAIDERMAN, Mirian. A formação Psicanalítica e suas Variantes. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.7, p.4-7, 1991.
15. DOYLE, Iracy. Do Ensino e Regulamentação da Psicoterapia. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 4, n. 1, jan – mar, 1955.
16. ERTHAL, Tereza C.; VERISSIMO, Luiz, J. Jurandir Freire Costa. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.12, p.11-14, 1991.
17. FORGHIERI, Yolanda Cintrão. [A Investigação Fenomenológica da Vivência: Justificativa, Origem, Desenvolvimento, Pesquisas Realizadas](#), in Macedo, Rosa Maria Stefanini de (org): Mapeamento da pesquisa em Psicologia no Brasil. **Cadernos da ANPEPP**, Rio de Janeiro, n. 2, p.19-42, 1993.
<http://www.infocien.org/Interface/Cadernos02.htm>
18. FUKS, Mário. Por uma História do Curso de Psicanálise. **Revista Percurso**, São Paulo, n.1, 2o.sem., 1988. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/percurso/>
19. GALVÃO, Luiz de A. Prado. Notas para a História da Psicanálise em São Paulo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v.1, n.1, p. 47-63, 1967.
20. GIL, Antonio Carlos. O Psicólogo e sua Ideologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, [online], vol.5, n.1, pp. 12-17, 1985.
21. GODOY FILHO, José Carvalho de. A Psicologia da Gestalt. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.1, p.15-16, 1990.
22. GOMES, W.B.; RECK, A.C.; GANZO, C.R.A. Experiência Retrospectiva de Estar em Psicoterapia: Um Estudo Empírico Fenomenológico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.4 n.3, 1988.
23. GRÜNSPUM, Haim. A Arteterapia e a Arte em Psicoterapia. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v.1, n.10, p.95-102, 1958.
24. GUIMARÃES, L. A. M. Efeitos da Psicoterapia de Grupo de Orientação Psicanalítica com Pacientes Portadores de Cefaléia Tensional. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 37-61, 1993.
25. GUIRADO, Marlene. Novos Horizontes para a Prática da Psicologia. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.2, p.19-20, 1990.

26. HERRMANN, Fábio. O Originário da Psicanálise. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.12, p.4-7, 1991.
27. KALINA, Eduardo. Alternativas Terapêuticas para o Combate à Droga. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.10, p.7-9, 1991.
28. KERBAUY, Rachel R. Terapia Comportamental Cognitiva: uma Comparação entre Perspectivas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, C.F.P., Brasília, v.3, n.2, p.10-23,1983.
29. KERNBERG, Otto. O Narcisismo e Seus Transtornos Atuais. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, , n.5, p. 04-07, 1991.
30. KNOBEL, Maurício. Psicoterapia: Comunicação Verbal e Não Verbal. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 1, n. 2,1984.
31. KRIPPNER, Stanley. Os Mitos Pessoais. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.6, p. 04-07, 1991.
32. LEITE, Therezinha Moreira. [Questões Sobre Mapeamento de Pesquisas em Psicologia Clínica](#), in: Macedo, Rosa Maria Stefanini de (org): Mapeamento da Pesquisa em Psicologia no Brasil. **Cadernos da ANPEPP**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 9-18, 1993. <http://www.infocien.org/Interface/Cadernos02.htm>
33. LEMOS, Paulo. O Psicólogo e sua Atuação Profissional. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.12, p.15-17, 1991.
34. LIPP, Marilda Novaes; KNOBEL, Maurício. Médicos e psicólogos: Quando Encaminham Pacientes Um para o Outro e Como Definem Psicoterapia. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2 - 3, Campinas, 1985.
35. MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. A Pesquisa sobre Família em Psicologia a Partir da década de 80, in Macedo, Rosa Maria Stefanini de (org): Mapeamento da Pesquisa em Psicologia no Brasil. **Cadernos da ANPEPP**, Rio de Janeiro, n.2, p. 91-120, 1993. <http://www.infocien.org/Interface/Cadernos02.htm>
36. MANHÃES, Maria P. Aspectos Históricos do Desenvolvimento da Psicanálise da Criança no Brasil. Parte III: Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Psicanálise**. São Paulo, Associação Brasileira de Psicanálise, n. 22, p. 659-1988.
37. MARIA, Madre Cristina; DELGADO, Paulo; GABRIEL, Pedro; FIORILLO, Celso; FUCKS, Mário. A Luta Anti-Manicomial em Debate. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.8, p.04-07, 1991.

38. MARTINS, Mário; RIBEIRO, Roberto Pinto. Critério para a Formação de Novos Núcleos Psicanalíticos no Brasil. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, n.7, p. 401-407, 1973.
39. MATOS, Maria Amélia. [A Pesquisa em Psicologia no Brasil na Década de 80: Características, Instrumentos e Distribuição Institucional](#), in Gomes, William Barbosa; Rosa, José Tolentino (org): Divulgação de Pesquisas em Psicologia no Brasil. **Cadernos da ANPEPP**, Rio de Janeiro, n.1, p. 135-157, 1992.
<http://www.infocien.org/Interface/Cadernos01.htm>
40. MELO, Marcelo Feijó de. Prática Psicoterápica: Quem Pode Exercer? **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.07, p.28-29, 1991.
41. MENEGHETTI, Antonio. A Ontopsicologia. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, v.3, n.26, p. 4-7, 1993.
42. MEZAN, Renato: A Trajetória de um Psicanalista. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.1, p.4-7, 1990.
43. MOREIRA, V. Psicoterapia Centrada na Pessoa e Fenomenologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.9 n.21, 1993.
44. NEDER, Mathilde. Introdução à Semana de Estudos Comemorativa do 25º Aniversário. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v.22, n. 59-60, p.01-06, 1970.
45. OLIVEIRA, T. S. P. Psicoterapia e Psicanálise. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 41, n.8, p. 407-409, 1992.
46. PARREIRA, Walther Andrade. Algumas Reflexões Sobre a Prática Psicoterápica e a História da Formação de Psicoterapeutas em Minas Gerais. **Cadernos de Psicologia**. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 97-110, 1986.
47. PAVAN, Maria, de L. O. Técnicas Terapêuticas no Tratamento de Esquizofrênicos. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v.33, n. 81, p. 58-66, 1981.
48. PERESTRELLO, M. Primeiros Encontros com a Psicanálise: Os Precusores no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro v. 35, n.4, p.195-208, 1986.
49. PROUTY, Garry. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, v.1, n.1, p. 09-10, 1990.

50. RANGÉ, Bernard P. Psicoterapia Cognitiva – Fundamentos, Princípios, Processos, Limites. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 41, n.2, p.81-85, 1992.
51. RANGÉ, Bernard P.; LETTNER, Harald. A Psicoterapia Comportamental e sua Aplicação Clínica – I. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.10, p.19-22, 1991.
52. RIBEIRO, J.P. O Conceito de Resistência na Psicoterapia Grupo-Analítica: Repensando um Caminho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.5 n.1, 1989.
53. ROSA, José Tolentino; SIMON, Ryad. Associação de Psicoterapia e Estudos Psicanalíticos: um Grupo de Apoio para a Revista, *in* Gomes, Willian Barbosa; Rosa, José Tolentino (Org.): Divulgação de Pesquisas em Psicologia no Brasil. **Cadernos da ANPEPP**, Rio de Janeiro, n.1, p.81-96,1992.
<http://www.infocien.org/Interface/Cadernos01.htm>
54. SANTOS, Oswaldo de Barros. Evolução da Psicologia Aplicada a Partir de Roberto Mange. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 22, n. 59-60, p. 7-12, 1970. Verificar xerox da Luiza.
55. SCHOENFELDT, Betti Katzenstein. Distúrbios Sociais e Indicações para sua Solução em Rorschachs de Crianças. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v.18, n. 41 e 42, 1961.
56. SHIRAKAWA, Itiro. A Psiquiatria Humanizada – uma visão modernizadora. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.9, p. 04-07, 1991.
57. SIMON, Ryad. Fatores Psicológicos Indutores da Toxicofilia. **Boletim de Psicologia**. São Paulo, v.35, n.84, p.1-12, 1985.
58. SIMON, Ryad. Formação do Psicoterapeuta para a Realidade Brasileira. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 33, n. 81, p. 67-73, 1981.
59. SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, C.F.P, Brasília, n. 0, p. 09-59, 1979. Edição especial, comemorativa aos 100 anos da Psicologia.
60. SONENREICH, Carol: A Psiquiatria em um Hospital Geral. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, n.4, p. 04-07, 1991.

61. SOUZA, M. S. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo. n. 22, p. 685-691, 1988.
62. 30 Anos de Regulamentação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, C.F.P., Brasília, v. 12, n. 2, 1992 .
63. YOSHIDA, E. M. P. A Psicoterapia Breve na Realidade Brasileira. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 23-35, 1993.
64. YOSHIDA, E. M. P.; ENÉAS, M. L.; MITO, T. I. H.; YUKIMITSU, M. T. C. P. Psicoterapias Breves: Critérios de Indicação e as Estratégias Terapêuticas. **Estudos de Psicologia**, v.10, n.1, p.53-64, 1993.
65. ZANNON, Célia, M. L. da C. Atuação do Psicólogo em Setores de Assistência Pediátrica Hospitalar. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 33, n. 81, p. 40-51,1981.
66. ZIMMERMANN, David. Contribuição ao Estudo da Técnica da Interpretação em Psicoterapia Analítica de Grupo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v.4, n.1, 1970.

PERÍODO POSTERIOR A 1999

67. ABRÃO, J. L. F. As Origens da Psicanálise de Crianças no Brasil: Entre a Educação e a Medicina. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 3, 2009.
68. ABREU, Dorothy Bono de. SPAGESP: 10 Anos Formando Especialistas - uma Trajetória de Conquistas. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, 2006 .
69. ABREU, José Ricardo, PICCININI, W. ,CACILHAS, A., TRAHMAN, C., THORMANN, N. Psicoterapia no Brasil: duas Décadas Através das Publicações Psiquiátricas. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 89-104, 2000.
70. ABREU, R. S.; LEITÃO, C. F. e NICOLACI-DA-COSTA, A.M. Profissionais à Deriva: Professores e Psicoterapeutas na Sociedade em Rede. **Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo, v. 10, n. 19, p. 151-174, 2005.

71. ALVARENGA, C. PARAVIDINI, J. L. L. Acompanhamento Terapêutico e Saberes Psicológicos: enfrentando a história. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 2, n.1, 2009.
72. AZAMBUJA, Deodato Curvo de, Histórias de Linguagem e Psicanálise. **Revista Ide**, v.30, n.44, p.15-18, São Paulo, 2007.
73. BALIEIRO JUNIOR, Ari. P. Psicodiagnóstico e Psicoterapia: Dimensões e Paradoxos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, C.F.P., Brasília, v.25, n.2, 2005.
74. BOGOCHVOL, Maria Helena Barbosa. Escola Brasileira de Psicanálise: A orientação lacaniana. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, abril, 2001.
75. BORGES, L. M. POCREAU, J. B. A Identidade como Fator de Imunidade Psicológica: Contribuições da Clínica Intercultural Perante as Situações de Violência Extrema. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 11, n. 3, 2009.
76. BRUM, E. H. M. Patologias do Vazio: um Desafio à Prática Clínica Contemporânea. **Psicologia: Ciência e Profissão**, C.F.P., Brasília, v.24, n.2, 2004.
77. CAMPEZATTO. P. M.; NUNES, M. L. T. Atendimento em Clínicas-escola de Psicologia da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Estudos da Psicologia**, Campinas, v.24, n. 3, 2007.
78. CAMPOS, R. H. F. E BERNARDES, L. H. G. A revista Psicologia: Ciência e Profissão: um registro da história recente da Psicologia brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, vol. 25, n. 4, p. 508-525, 2005.
79. CARON, Nara Amália. Enriquecedoras descobertas ao longo de 100 anos de atividade. **Revista Brasileira de Psicanálise**. São Paulo, v. 34, n. 4, p. 767-780, 2000.
80. CASTRO, Maria da Graça. Reflexões Acerca da Prática da Psicoterapia com Crianças: uma Ponte Entre Passado, Presente e Futuro. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, São Paulo, v 6, n 3, p 305,2004.
81. CARVALHO, M. R.; FREIRE, R. C. NARDI, A. E. Realidade Virtual no Tratamento de Transtorno de Pânico. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2008.

82. CAVALCANTE JUNIOR, F. S.; SOUSA, A. F. Histórias da Psicologia no Ceará: Entrevista com Gercilene Campos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, 2007.
83. CAVALCANTI, A.E; DELOYA,D; DE SANTI, P,L.,R. Entre o divã e a cultura. **Revista Percurso**, São Paulo, v.2, n.41, 2008.
84. CERCHIARI, E. A. N. CAETANO, D. FACCENDA, O. Utilização do sério de saúde mental em uma universidade pública. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.25, n.2, 2005.
85. CHNAIDERMAN, Miriam, *et all.* Vinte Anos de Departamento de Psicanálise: Para Onde Vamos? Entrevista, **Revista Percurso**, São Paulo, n. 35, 2005.
86. COSTA, L. F. PENSO, M. A. ALMEIDA, T. M.C. O Grupo Multifamiliar como Método de Intervenção em Situações de Abuso Sexual Infantil. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 4, 2004.
87. DAL ZOT, J. e IANKLEVCH, E. Psicoterapia de Orientação Analítica Hoje: Refletindo a Partir de Nossa Experiência. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 196-206, 2009.
88. DEL PRETTE, Zilda Pereira; DEL PRETTE; Almir. Significância clínica e mudança na avaliação de intervenções psicológicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.24, n.4, p. 497-505, 2008.
89. DIMENSTEIN, Magda. A Metamorfose da Histeria no Limiar do Século XXI: o Discurso dos Profissionais do Campo “psi”. **Mudanças: Psicoterapia Estudos Psicossociais**, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 14, p. 167-195, 2000.
90. EMÍLIO, S. A. Relato sobre o XVII Congresso Latino-Americano da Flapag/VI Congresso do Nesme e VIII Jornada da Spagesp. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2007.
91. FERES-CARNEIRO, Terezinha; DINIZ-NETO, Orestes. De onde viemos? Uma Revisão Histórico-conceitual da Psicoterapia de Casal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 4, 2008.
92. FERES-CARNEIRO, T. e PONCIANO, E. L. T. Modelos de Família e Intervenção Terapêutica. **Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo, v.8, n. 16., p. 57-80, 2003.

93. FERREIRA NETO, J. L.; PENHAL. L. M. D. Ética, Clínica e Diretrizes: A Formação do Psicólogo em Tempos de Avaliação de Cursos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, 2006.
94. FERREIRA, N. S.; YOSHIDA, E. M. P. Produção Científica Sobre Psicoterapias Breves no Brasil e Demais Países Latino-Americanos (1990-2000). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 9, n.3, p.523-531, 2004.
95. FORTALEZA, P.M. História e Genealogia das Idéias Psicanalíticas Latino-Americanas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 38, n 2, 2004.
96. FREY, B. N., MABILDE, L. C.; EIZIRIK, C. L. A Integração da Psicofarmacoterapia e Psicoterapia de Orientação Analítica: uma Revisão Crítica. **Revista Brasileira Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.118-123, 2004.
97. FUKS, Mário Pablo. Um Caminho Percorrido, Uma História Para Contar. **Revista Percurso**, n.35, 2º. sem. 2005. Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/percurso/>
98. GOFFI JÚNIOR, Fábio S. Sessões Abertas de Psicoterapia: Os Benefícios do Ponto de Vista do Público. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v.12, n.1, p.119-133, 2004.
99. GOMES, Pedro. Psicanálise Relacional Contemporânea: Uma Nova Maneira de Trabalhar em Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 113-123, 2007.
100. GOMES, William Barbosa e CASTRO, Thiago Gomes de. Clínica Fenomenológica: Do Método de Pesquisa para a Prática Psicoterapêutica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. especial, p. 81-93, 2010.
101. Halley Bessa, **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v.27, n.2, p. 372-372, 2007.
102. HERRMANN, Fabio. Cem Anos de Psicanálise: O Brasil. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 731-747, 2000.
103. HOLANDA, A. F. KARWOWSKI, S. L. Produção Acadêmica em Gestalt-terapia no Brasil: Análise de Mestrados e Doutorados. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.24, n.2, 2004.
104. IZAURIETA, Miren de; FERNANDES, Beatriz Silverio; FERNANDES, Waldemar José. A Experiência do Grupo de Reflexão em Dois Países com

- Coordenadores de Duas Nacionalidades. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, 2005.
105. JARDIM, A. P.; GOMES, W. B. Psicoterapia e Personalidade: Impacto da Interação Entre Terapeuta e Paciente na Avaliação de Resultados. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 2009.
106. Jorge Ponciano Ribeiro. Professor emérito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.23, edição especial, 2007.
107. LIMA, M. Atuação Psicológica Coletiva: uma Trajetória Profissional em Unidade Básica de Saúde. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, 2005.
108. LIMA, N.; NUNES, M. O. Práticas Psicológicas e Dimensões de Significações dos Problemas de Saúde Mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.26, n.2, 2006.
109. LIMA, Maurício S. de; SOARES, Bernardo GO e BACALTCHUK, Josué. Psiquiatria Baseada em Evidências. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. [online], vol.22, n.3, p. 142-146, 2000.
110. LOPES, José Leme. A Psiquiatria na Época de Freud: Evolução do Conceito de Psicose em Psiquiatria. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. [online], vol.23, n.1, p. 28-33, 2001.
111. LUCION, Neusa Knijjnik. Sobre a Ação Terapêutica: Síntese do Artigo de Marília Aisenetein. **Revista de Psicanálise da SPP**, V.11, N.2, P.261-268, 2004.
112. LUDWIG, M. W. B.; REDIVO, L. B.; JORGE, H. Z.; MULLER, M. C. Psicoterapia e Bioética: Aproximando Conceitos, Aperfeiçoando Práticas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, 2007.
113. MABILDE, Carlos Luiz. Minhas Lembranças sobre Paulo Martins Machado – Homenagem, **Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v.3,n.1, p. 5-9, 2001.
114. MASSIMI, Marina. Sermões Quaresmais e Conhecimento de Si Mesmo. **Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia**, São Paulo, v.11, n.21, p.97-120, 2006.
115. Mathilde Neder. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.25, n.2, 2005.
116. MONTAGNA, Plínio. Psicanálise: Os Próximos 100 Anos. **Revista Ide**, São Paulo, v.33, n.50, p. 193-195, 2010.

117. MORATO, H. T. P. Sobre Rachel Léa Rosenberg. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2008.
118. MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho e NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília [online], vol.27, n.4, pp. 608-621, 2007.
119. MÜLLER, A. C.; DIAS, A. C. G. O Psicólogo na Rede Pública de Saúde: um Estudo Sobre a Formação e Atuação Profissional. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2008.
120. NETO, Kyrillos Fuad. Basaglia em Desuso? Ou Notas Sobre a Importância de Dialogar com Basaglia e Basaglianos. **Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia**, São Paulo, v.9, n. 18. P.75-86, 2004.
121. NOGUEIRA, Luiz Carlos. Antes e Depois do Meu Encontro com Lacan: Paris – Julho de 1977 .Entrevista. **Psicologia USP**, São Paulo, v.15, n. 1-2, p. 109-123, 2004.
122. NORONHA, Ana Paula Porto; ALCHIERI, João Carlos. Conhecimento em Avaliação Psicológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n.1, p 45, 2004.
123. NUNES, Maria Angélica Antunes; GALVÃO, Ana Luiza; PINHEIRO, Andréa Poyastro. Tratamento Psicoterápico dos Transtornos Alimentares: Uma Proposta de Integração. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 255, 2004.
124. ODA, Ana Maria Galdini Raimundo e DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. [online], vol.22, n.4, p. 178-179, 2000.
125. PERES, R. S.; SANTOS, M. A.; COELHO, H. M. B. Perfil da Clientela de um Programa de Pronto-Atendimento Psicológico a Estudantes Universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, 2004.
126. PERFEITO, Hélvia Castro Silva; MELO, Sandra Augusta. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clinica-escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n 1, p. 36, 2004.
127. Pierre Weil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, C.F.P., Brasília, v.25, n.4, 2005.

128. PIMENTEL, C. B.; BARROS, I. P. M. Transferência e Desfecho Terapêutico em Psicoterapia Psicodinâmica Breve. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 11, n. 1, 2009.
129. PINTO, E. B. A Pesquisa Qualitativa em Psicologia Clínica. **Psicologia USP**, São Paulo, v.15, n.1-2, p.17-80, 2004.
130. RANGÉ, B. Tratamento Cognitivo-comportamental para o Transtorno do Pânico e Agorafobia: uma História de 35 anos. **Estudos da Psicologia**, Campinas, v.25, n. 4, 2008.
131. RABELLO,S.; LOPES, A.; LACANNA, F. e ALENCAR, R. A História de Alguns Anos de Pesquisa em Detecção Precoce de Psicopatologias Graves – PUCSP. **Psicologia Revista**, São Paulo, v.18, n.2, p. 231-245, 2009.
132. SANTEIRO, T. V. Psicoterapia Breve Psicodinâmica Preventiva: Pesquisa Exploratória de Resultados e Acompanhamento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, 2008.
133. SANTOS, Manuel J. Pires dos; ZASLAVSKY, Jacó. Pesquisando Conceitos e Tendências em Psicoterapia e Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 2, 2007.
134. SILVA, A. S. T.; SILVA, R. N. A Emergência do Acompanhamento Terapêutico e as Políticas de Saúde Mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.26, n.2, 2006.
135. SILVEIRA, Potiguara Mendes Jr. O Pensamento de Lacan no Rio: Notas Sobre MD Magno. **Revista Insight Psicoterapia**, São Paulo, abril, 2001.
136. TANIS, Bernardo. Considerações Sobre a Formação Psicanalítica: Desafios Atuais. **Revista Percurso**, São Paulo, v. 2,n.35, p.29-36, 2005.
137. TEIXEIRA, M. C. T. V.; GONÇALVES, F. L. Relato sobre o XIV Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2005.
138. TEIXEIRA, Rita P.; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. Algumas Questões Éticas da Psicoterapia. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 7, n. 2-3, p. 195-202, 2005.
139. THOMÉ, José T. Psicoterapia de Orientação Analítica: Fundamentos Teóricos e Clínicos. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 355-356, 2004.

140. VASCONCELLOS, E. A.; GIGLIO, J. S. Introdução da Arte na Psicoterapia: Enfoque Clínico e Hospitalar. **Estudos da Psicologia**, Campinas, v.24, n. 3, 2007.
141. VIDIGAL, M. A., *et all.* Vinte Anos de Departamento de Psicanálise: Para onde Vamos? Entrevista. **Revista Percurso**, n. 35, 2º. sem. 2005.
Disponível em: <http://www2.uol.com.br/percurso/>
142. VIZZOTTO, M. M. A Psicologia e a Psiquiatria Perdem um de Seus Maiores Exponentes: Uma Homenagem ao Dr. Maurício Knobel. **Estudos da Psicologia**, Campinas, v.25, n. 1, 2008.
143. XAVIER, Ione Aparecida. Psicoterapia Breve Familiar em Casos de Famílias em Situação de Violência. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, 2007 .
144. YOSHIDA, E. M.P.; SANTEIRO, T. V.; SANTEIRO, F. R. M.; ROCHA, G. M. A. Psicoterapias Breves Psicodinâmicas: Características da Produção Científica Nacional e Estrangeira 1980/2003. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 10, n. 1, 2005.
145. ZAVASCHI, M. L. S. Tributo a Salvador Célia (1940-2009). **Revista Brasileira de Psicoterapia**. Porto Alegre, v.11, n.1, p. 108-112, 2009.

CAPÍTULO III

“É POSSÍVEL UMA HISTÓRIA DA PSICOTERAPIA?”

Para tecer as conclusões, buscando integrar o todo em um fio condutor, fomos reler os títulos dos artigos analisados por nós e selecionamos apenas os que – além de psicoterapia, ou terapia, ou terapêutico – trazem também alguma expressão que indique a intenção do autor, ou autores, de que se trata, se não de história, ao menos de perspectiva histórica.

Wertheimer refere que, entre as muitas razões para se estudar a história da psicologia, “uma das melhores é que ela pode ajudar a integrar um campo de surpreendente diversidade”. E, citando Henle (1976, p.19) comenta a fragmentação que tomou conta da psicologia, com o advento da especialização. Em seguida pergunta: “quem vai poder juntar todas as peças?” E, propõe uma resposta: “Parece-me que olhando para nossa história, nós podemos esperar poder fazer isso” (BROZEK e MASSIMI, org.,1998, p.35). Verificando o que encontramos, entendemos que essa mesma razão aplica-se ao estudo da história da psicoterapia.

Assim, para auxiliar nossa análise, separamos os títulos dos artigos selecionados em duas categorias: 1) Gerais para a Psicoterapia X Específicos (por abordagem) e 2) Com dados Históricos X apenas “Reflexões”. Do universo de 197 artigos analisados por nós, apenas 67 deles, olhando os títulos, nos permitiriam classificá-los como “artigos com possível perfil histórico” para a psicoterapia. Destes, 33% trazem de modo geral o tema psicoterapia e 67% apresentam o tema especificando a abordagem. A maioria destes artigos, 95%, indicam trazer dados históricos, já os 5% restantes apresentam somente o tema “reflexões”.

Estes dados parecem confirmar que existe um relativo interesse pela história da psicoterapia, entretanto não se encontrava, até recentemente, uma narrativa na qual, de modo sistemático, eventos, personagens, datas, na área, trouxessem análise interpretativa suficiente para ser intitulada história da psicoterapia no Brasil. O mais próximo que se encontrou é de 2010, embora não traga o termo história no título. Intitula-se “Clinica fenomenológica: do método de pesquisa para a prática

psicoterapêutica”, de Gomes e Castro (2)¹³. Os autores, entre outros objetivos, “contrastam descrições do processo terapêutico existencial entre 1958 e 2007” e evidenciam que “o método fenomenológico vem perdendo foco e a análise existencial movendo-se para uma abordagem psicoterapêutica mais integrada”, principalmente no Brasil (p.81). Esse é um texto que discute com bastante profundidade a evolução histórica da aplicação do método fenomenológico e sua aproximação com a análise existencial. Os autores indicam também, quem, atualmente no Brasil, desenvolve o método fenomenológico existencial na psicoterapia. Pode-se dizer que é uma história de psicoterapia.

Um segundo texto, fazendo referência à história da psicoterapia, é o artigo de 2000, que traz no título “Psicoterapia no Brasil: duas décadas através das publicações psiquiátricas” de Abreu, J., *et all* (1). Nesse artigo os autores traçam um panorama da psicoterapia no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, contudo, tomam como fontes somente publicações médicas. Esse artigo também colabora para construir uma história da psicoterapia, com um recorte na área médica.

Outro artigo, este de 1999, “Psicoterapia Psicodinâmica Breve: dos precursores aos modelos atuais”, de Oliveira (4), apresenta uma visão panorâmica da psicoterapia breve, fazendo referência aos modelos teóricos e técnicos mais utilizados por seus principais representantes, nas últimas décadas, no Brasil e em outros países. Como os artigos anteriores, traz um relato histórico sobre o desenvolvimento de uma abordagem de psicoterapia, a psicoterapia breve.

Outro ainda, de 2003, tem por título “História da pesquisa empírica em psicoterapia” (3z), de Nunes e Lhullier. Não por acaso, mesmas autoras que nos provocaram com seu artigo de 2001: “Psicoterapia: uma história sem registro?” Trazendo, nesse texto, relato de pesquisa empírica desde os pioneiros de diversas abordagens até o momento de sua investigação, buscam uma avaliação empírica e sistemática de pressupostos da psicoterapia e de uma base comum de evidências. Concluem que não existiria uma unanimidade na área da pesquisa empírica em psicoterapia, alguns autores consideram que a efetividade da psicoterapia parece

¹³ O número entre parênteses indica, nas Referências ao final do capítulo, os quatro textos aqui analisados como fonte primária.

comprovada, enquanto para outros ainda restam dúvidas. E completam: “através da pesquisa empírica está estabelecida a idéia de que a psicoterapia age terapeuticamente, mas não se sabe ainda exatamente por que e como”(p.104).

Observamos até aqui que existe uma diversidade não somente na escrita da história, multiplicidade de abordagens e de histórias, como também parece existir uma multiplicidade de visões quanto aos resultados obtidos em psicoterapia.

Sobre a escrita da “história definitiva de alguma coisa”, Hobsbawm coloca a seguinte questão:

(...) podemos *algum dia* escrever a história definitiva de alguma coisa?
 (...) não é possível uma história definitiva. No entanto, a história como atividade séria é possível porque os historiadores podem concordar sobre o que estão falando, sobre quais questões estão discutindo e até sobre boa parte das respostas para reduzir suas diferenças o bastante para o debate significativo (HOBBSAWM, E., 2010, pp. 256-257).

Conforme Hobsbawm, não é possível escrever a história definitiva de alguma coisa. Mas pode-se estabelecer uma dialética que favoreça novos horizontes para a compreensão, seja da discussão, como de seu objeto.

Nesse sentido, Prost (2008) nos abre mais uma possibilidade para entendermos um pouco além as dimensões da relação escrita e história.

“Independentemente de ser uma narrativa, um quadro ou uma forma mista, a história é um texto acabado, um elemento recortado arbitrariamente no conjunto indefinido do continuum ilimitado da história. Qualquer empreendimento no domínio histórico define-se como algo de concluído” (PROST, A., 2008, p.217).

Assim, segundo Prost, é possível escrever a história de alguma coisa, contanto que se escolha e defina um recorte do qual se queira conhecer os percursos.

Além disso, cabe lembrar que a própria definição de psicoterapia parece indicar diversidade suficiente para impedir uma história única para a área.

Em nossa pesquisa encontramos muitos textos que trazem considerações sobre o termo psicoterapia e alguns procuram defini-lo. Por exemplo, o artigo mais antigo que encontramos, de 1955, escrito por Iracy Doyle, “Do Ensino e Regulamentação da Psicoterapia”, tem como primeira frase o que segue: “A série de movimentos, algo

caótica, a respeito, indica bem o interesse pelo assunto, aliado á falta de orientação ainda reinante em nosso meio”. (...) “Portanto, o assunto está francamente na ordem do dia” (p.37).

De 1955 a 2011, o tema parece continuar na ordem do dia: entre outros aspectos, continuamos buscando a melhor equação entre ensino, regulamentação, quem exerce, unidade, multiplicidade etc., e, principalmente, definição. Como se define psicoterapia?

Trouxemos apenas alguns exemplos, sem nos preocuparmos com a cronologia de como iam aparecendo estes textos em nossa pesquisa. Servem para ilustrar o que Santos e Zaslavsky, em seu artigo de 2007, chamaram de “Uma verdadeira Babel”, no caso, “Uma Babel Psicanalítica”. Estes autores, pesquisando “Conceitos e Tendências em Psicoterapia e Psicanálise”, constatam que o pesquisador em psicoterapia enfrenta algumas questões “paralisantes”. E uma delas, pertinente ao nosso tema, “é o número de teorias psicanalíticas que se defrontam e discordam umas das outras, na tentativa de explicar o funcionamento interno e externo, normal e patológico do ser humano” (p.118). E para ilustrar citam uma passagem do texto de Fonagy (2001/2003)¹⁴:

A pesquisa não está ao alcance de todos; ela é para aqueles que se sentem dispostos a viver no abismo, numa terra de ninguém profissional, sendo suas intenções consideradas suspeitas, ou mesmo desleais [...] para aqueles que querem trabalhar mais do que os outros, como os filhos que se esforçam para provar sua lealdade aos pais divorciados; para aqueles que podem suportar sentir-se incompetentes em suas duas profissões, e a quem somente sua convicção lhes permita sobreviver (p.336) (SANTOS e ZASLAWSKY, 2007, p.122)

Observando a conclusão de Fonagy e as observações dos autores, transpomos a crítica para o caso do estudo da história da psicoterapia. Assim como a pesquisa em psicanálise tem suas dificuldades, estas colocações talvez nos digam que escrever história seja uma tarefa para historiadores. O que nos parece coerente. Contudo, até o momento, continuamos sem encontrar definições para o termo psicoterapia.

¹⁴ “Apanhar Urtigas às Mancheias, ou porque a pesquisa psicanalítica é tão irritante”, publicado em *Psicanálise Contemporânea*, org. A. Green, Imago, RJ, 2003.

Considerando essa dificuldade de se encontrar definições nos artigos pesquisados, buscamos a definição de psicoterapia em dicionários gerais da língua portuguesa e dicionários da área “psi” e, entre os específicos para a psicoterapia, encontramos o “Diccionario de Psicoterapia”, do Conselho Mundial de Psicoterapia (2009). Adicionalmente, uma coletânea do Conselho Federal de Psicologia: “Ano da Psicoterapia – Textos Geradores”(2009) . A definição que procuramos é aquela que tem como elemento de ligação o verbo “ser”.

As definições que encontramos trazem como foco principal o tratamento de distúrbios, transtornos, desajustamentos, por meio de métodos e/ou técnicas psicológicas. Outros, em menor número, além de se referir a tratamento, trazem na definição de psicoterapia também o escopo de promover o crescimento ou desenvolvimento da personalidade. Ainda em número reduzido, os que concebem a psicoterapia como um processo que implica comunicação entre duas pessoas. E a que difere de todas é a definição de psicoterapia que encontramos no dicionário de ontopsicologia, no qual psicoterapia é “o reformar ou corrigir o Eu segundo a constante direção ou critério do Em Si ôntico, com dissociação do monitor de deflexão” (p.257).

Em entrevista à *Revista Insight*, em 1993, Meneghetti traz uma visão diferente. Ao falar de um Congresso, realizado em São Paulo, sobre o tema Sistema e Personalidade, “um problema clássico da Psicologia Social” (p.7), refere que “um homem com capacidades superiores tem necessidade de evidência, não pode simplesmente crer” (p.5). De um lado o indivíduo deve manter sempre “o compromisso com a verdade íntima de si mesmo; de outro, respeitar a legalidade social” (p.7). Nesse sentido, “num primeiro momento, é inevitável a psicoterapia”. Nessa entrevista, conta a história do nascimento da Ontopsicologia e traz uma interpretação que não encontramos em outros textos que compõem o universo de nossa pesquisa: o resultado que aportou à ciência, por meio de pesquisa, inicialmente, no âmbito da psicoterapia. As novidades são duas: o que chamou de “Campo semântico”, que seria a “linguagem base que a natureza usa entre as próprias individualidades”; e o “Em Si ôntico” que seria “um núcleo, uma virtualidade do sujeito, um critério de ser e existir de cada individualidade, que na psicoterapia é colhido pelo psicoterapeuta por meio do campo semântico”. Meneghetti refere que a ontopsicologia não exclui nenhum dos conhecimentos que as grandes escolas maturaram até hoje. A Ontopsicologia procura resolver o fato em si, o Em Si da

existência, portanto se aproxima de tudo o que é a filosofia existencial, “principalmente ontológica – de Parmênides a nossos dias, em particular com a fenomenologia de Husserl e Heidegger”. Encontramos nesse texto uma novidade no âmbito da história da psicoterapia e pensamos que deva ser considerada nas próximas pesquisas. Percebemos que o modo do proceder psicoterápico da ontopsicologia é similar ao que descrevem Gomes e Castro (2010) sobre o trabalho de Forghieri na clínica fenomenológica (p.89). A diferença, porém, é que Meneghetti dá nome à “vivência pré-reflexiva”, chama-a “Campo Semântico”, e, se é vivência, é vivência de algo, e este “algo” é o “Em si Ôntico”. “O Em Si ôntico é uma idéia antiga, do princípio, da alma. É um princípio interno, nucléico, como o entendia Parmênides ou Sócrates, como o self de Jung e Rogers. Quando digo Em Si ôntico, entendo uma concepção radical, é, tanto o primeiro momento lógico para posicionar uma cultura, uma ciência, como o critério individual que indica, em psicoterapia, onde está o erro, como aconteceu, ou como auxiliar a evolução para a maturidade” (p.6).

Trazemos, para completar, as definições do Conselho Mundial de Psicoterapia, da American Psychological Association e do Conselho Federal de Psicologia. Para o primeiro, psicoterapia é “método curativo para o tratamento de enfermidades, transtornos ou estados de sofrimento psíquicos ou psicossomáticos condicionados psicossocialmente” (p. 575). Para o segundo, psicoterapia é “qualquer serviço psicológico fornecido por um profissional treinado que usa principalmente formas de comunicação e interação para avaliar, diagnosticar e tratar reações emocionais, formas de pensamento e padrões de comportamento disfuncionais de um indivíduo, uma família ou um grupo” (p.765). Para o CFP, psicoterapia é “prática do psicólogo, por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e proporcionando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos”(pp.17-18).

Observa-se que somente na definição do CFP encontramos a expressão “promover a saúde mental”, enquanto que nos outros prevalece a concepção de psicoterapia como tratamento, evidenciando que é preponderante o enfoque na patologia para a psicoterapia. Com esses dados observamos que a diversidade começa na própria

definição de psicoterapia. A pluralidade é condição necessária para estabelecer-se a dialética e gerar conhecimento. Contudo, no caso da psicoterapia, corremos também o risco de entrar em um relativismo, que nos afasta do conhecimento e dos fundamentos necessários para o exercício da disciplina psicoterapia. Ou, eventualmente, ainda não encontramos o objeto de estudo da psicoterapia. Ou, ainda, não respondemos a questão de Husserl, quanto ao método adequado para investigar a subjetividade do homem enquanto pessoa (CAROTENUTO, 2007).

Outra razão para estudar a história, conforme Wertheimer, seria sua influência libertadora.

Watson (1966, p.69) começa a síntese de seu artigo sobre o papel e o uso da história com a mais importante função da história: “liberdade do que não é verbalizado”. Krantz (1965) desenvolve a analogia entre o psicoterapeuta e o cientista, destacando que o estudo da história pode ter a mesma função para um cientista que a psicoterapia pessoal para o psicoterapeuta: tomar consciência de seus próprios preconceitos, atitudes e suposições. Isso torna mais fácil detectar os efeitos da formação e do contexto sócio-intelectual de uma pessoa. O papel terapêutico da análise histórica é esclarecer o efeito do *Zeitgeist*, deixando-nos menos sujeitos aos cegos caprichos dos fatores contextuais externos. Segundo Cícero (Wertheimer, 1979, p.5), aqueles que conhecem apenas a sua própria geração estão destinados a permanecer para sempre crianças” (WERTHEIMER in BROZEK e MASSIMI, org., 1998, pp.37-38).

Interessante esta analogia de Krantz entre a função da história para o cientista e a psicoterapia pessoal para o psicoterapeuta. A função da história seria a de nos deixar menos cegos, tanto para os aspectos internos, das convicções e da personalidade individual, como para a compreensão dos aspectos sócio-ambientais.

Tratando-se a nossa pesquisa, constatou-se que temos muito ainda por fazer no que concerne à história da psicoterapia como “função libertadora”. Novas pesquisas em história encontrarão campo fértil na seara da psicoterapia, e são necessárias, pois, talvez, ainda não “verbalizamos”, se queremos seguir Watson, a história do Brasil e a história da psicoterapia no Brasil. O percurso sócio-econômico e político definiu também os resultados e os caminhos percorridos pelos psicólogos e psicoterapeutas brasileiros. Redescobrir este percurso nos dá clareza para encontrarmos as respostas, hoje, dando passagem para uma função libertadora, seja individual seja social.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO III

Fontes Primárias

1. ABREU, José Ricardo, PICCININI, W. ,CACILHAS, A., TRAHMAN, C., THORMANN, N. Psicoterapia no Brasil: duas Décadas Através das Publicações Psiquiátricas. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 89-104, 2000.
2. GOMES, William Barbosa e CASTRO, Thiago Gomes de. Clínica Fenomenológica: Do Método de Pesquisa para a Prática Psicoterapêutica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. especial, p. 81-93, 2010.
3. NUNES, M. e LHULLIER. Histórico da Pesquisa Empírica em Psicoterapia. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 97-112, 2003
4. OLIVEIRA, Iraní Tomiatto. Psicoterapia Psicodinâmica Breve: dos precursores aos modelos atuais. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 9-19, 1999.

Referências

ARNOLD, W., EYSENCK, H. J. e MEILI, R. Dicionário de psicologia. Loyola, São Paulo, 1982.

BROZEK, J e MASSIMI, M. **Historiografia da Psicologia Moderna**: a versão brasileira. Ed. Loyola, São Paulo, 1998.

CABRAL, Álvaro & NICK, Eva. Dicionário Técnico de Psicologia, Cultrix, São Paulo, 1989.

CALDEIRA, Jorge (org). Brasil: A História Contada por Quem Viu. Mameluco, São Paulo, 2008.

CAMPBELL, Robert J. Dicionário de psiquiatria. Trad. Cristina Monteiro. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CAROTENUTO, M. **Scheda Storica Sulle Teorie Della Conoscenza**. Roma: Psicologica Editrice, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ano da Psicoterapia: Textos Geradores, Coletânea, CFP, Brasília, 2009.

Dicionário Crítico de Análise Junguiana (Acessado em 12/06/2011)
<http://www.rubedo.psc.br/dicjung/verbetes/abaismen.htm>

Dicionário de Psicologia Moderna – Psicologia Moderna – as idéias, as obras, os homens, Verbo, 2ed., Lisboa/ São Paulo, 1978.

Dicionário Técnico de Psicologia. Álvaro Cabral e Eva Nick, - 14 ed. – São Paulo; Cultrix, 2006.

DOYLE, Iracy. Do Ensino e Regulamentação da Psicoterapia. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 4, n. 1, jan – mar, 1955.

DORSCH, Friedrich . Dicionário de Psicologia Dorsch. Vozes, Petrópolis, RJ, 2001.

Enciclopédia Barsa Universal, v. 14, 2 ed., Planeta, 2009.

EFG – Enciclopédia Garzanti di Filosofia e Logica, Linguistica, Epistemologia, Pedagogia, Psicologia, Psicoanalisi, Sociologia, Antropologia Culturale, Religioni, Teologia. Garzanti Editore, 1993, Milano.

ENGLISH, Horace B. Dicionario Manual de Psicologia. Buenos Aires, Libreria El Ateneo, 1951.

ENGLISH, H.B.e ENGLISH, A. CH. Dicionario de Psicologia y Psicoanalysis. Paidos, Buenos Aires, 1977.

HOBSBAWM, Eric, Sobre História. Companhia das Letras, 2ed. São Paulo, 2010.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Bertrand Jean. Vocabulário da Psicanálise. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

MENEGHETTI, Antonio. A Ontopsicologia. Entrevista. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, v.3, n.26, p. 4-7, 1993.

MENEGHETTI, Antonio. Dicionário de Ontopsicologia. Ontopsicológica Editrice, 2ed., Recanto Maestro, 2008.

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Melhoramentos, 1998.

MOORE, Burness E.e FINE, Bernard D. D. Termos e conceitos psicanalíticos. Artes Médicas, Porto Alegre, 1992.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3ed. Positivo, Curitiba, 2004.

PIÉRON, Henri. Dicionário de Psicologia. Globo, Rio de Janeiro, 1969.

PROST, Antoine, Doze Lições sobre a História. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2008.

RYCROFT, Charles. Dicionário Crítico de Psicanálise. Imago, Rio de Janeiro , 1975.

ROUDINESCO, ELISABETH. Dicionário de Psicanálise, Jorge Zahar Editor, RJ,1997.

SANTOS, Manuel J. Pires dos; ZASLAVSKY, Jacó. Pesquisando Conceitos e Tendências em Psicoterapia e Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 2, 2007.

TEIXEIRA, Rita Petrarca; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. Psicoterapia: uma história sem registro? **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 3, n. 1, p. 55-64, 2001.

SILLAMY, Norbert. Dicionário de Psicologia. Artmed, Porto Alegre, 1998.

STUMM, Gerhard; PRITZ, Alfred; QUINTANA, Teresa. Diccionario de Psicoterapia, Herder Editorial, Barcelona, 2009.

The New Encyclopedia Britannica, v. 9, Macropedia, Chicago, 1993.

VANDERBOS, Gary R., Ph.D. Dicionário de Psicologia, American Psychological Association, APA. ARTMED Editora, Porto Alegre, 2010.

WARREN, Howard C. Diccionario de Psicologia. Fondo de Cultura Económica, México, 1956.

REFERÊNCIAS NO TEXTO

ANTUNES, M. A. M. (org.). **História da psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BROZEK, J; MASSIMI, M. **Historiografia da Psicologia Moderna**: a versão brasileira. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

CALDEIRA, Jorge (org). **Brasil: A História Contada por Quem Viu**. Mameluco, São Paulo, 2008.

CAROTENUTO, M. **Scheda Storica Sulle Teorie Della Conoscenza**. Roma: Psicologica Editrice, 2008.

CONSELHO MUNDIAL DE PSICOTERAPIA. Disponível em:
<www.worldpsyche.org> Acesso em: 30 set. 2008.

D'AMBROSIO, U. Tendências historiográficas na história da ciência. In: ALFONSO-GOLFARB, A. M.; BELTRAN, M. H. (Org.). **Escrevendo a História da Ciência**: propostas e discussões historiográficas. São Paulo: EDUC, 2004.

GILLIERON, E. Evolução das Psicoterapias Breves. **Interações**: estudo e pesquisa em psicologia. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 7-28, jul/dez, 1996.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa**: tipos fundamentais. São Paulo: RAE, 1995.

GOTO, Akira. **A (Re) constituição da Psicologia Fenomenológica em Edmund Husserl**. 2007. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências da Vida, PUC/Campinas, Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=237> Acesso em: jan. 2010.

MASSIMI, M.; GUEDES, M. C. (Org.). **História da Psicologia**: novos estudos. São Paulo: Cortez, 2004.

MASSIMI, M. **História da Psicologia Brasileira**: da época colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990.

MASSIMI, Marina (Org.). **História da Psicologia no Brasil no século XX**. São Paulo: EPU, 2004.

MIODOWNIK, B. Psicanálise e Psicoterapia: o vértice do psicanalista. **Revista Brasileira de Psicanálise**. São Paulo, n. 32, v.4, p. 865-884, 1998.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Tradução Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

REY, F. L. G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

SCHNEIDER, D. R. **Uma Breve História da Clínica e da Psicologia Clínica**.

Disponível em:

<<http://www.psiclin.ufsc.br/Hist%F3ria%20da%20Cl%EDnica%20e%20da%20Psicologia%20Cl%EDnica.pdf>>. Acesso em: 6 de out. 2008.

SIRINELLI, J. F. Ideologia tempo e história. In: TÉTARD, A. C. (Org.) **Questões Para a História do Presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

TEIXEIRA, Rita Petrarca; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. Psicoterapia: uma história sem registro? **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 3, n. 1, p. 55-64, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.